

MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

OS VALORES ATRIBUÍDOS AO BAIRRO DO RECIFE

Susan Katharine da Silva



Recife

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

S586m Silva, Susan Katharine da
Mudanças e permanências: os valores atribuídos ao bairro do Recife /
Susan Katharine da Silva. – 2015.
125 f.: il., fig.

Orientadora: Virgínia Pitta Pontual.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco,
Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2016.

Inclui referências.

1. Bairros. 2. Centros históricos. 3. Patrimônio cultural. 4. Valores. 5.
Capitais (Cidades). I. Pontual, Virgínia Pitta (Orientadora). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2016-63)

Susan Katharine da Silva

**MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS:
Os valores atribuídos ao Bairro do Recife**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (PPDU/UFPE) como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Urbano, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Virgínia Pitta Pontual.

Ata da quarta defesa de Dissertação de Mestrado, do Programa De Pós-Graduação
em Desenvolvimento Urbano do Centro de Artes e Comunicação da Universidade
Federal de Pernambuco, no dia
04 de setembro de 2015.

Aos quatro dias do mês de setembro de dois mil e quinze (2015), às 9:30 horas, na Sala do Conselho do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a defesa da dissertação intitulada "MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS: OS VALORES ATRIBUÍDOS AO BAIRRO DO RECIFE" da aluna SUSAN KATHARINE DA SILVA, na área de concentração Desenvolvimento Urbano, sob a orientação da Professora Virgínia Pitta Pontual. A mestranda cumpriu todos os demais requisitos regimentais para a obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Urbano. A Banca Examinadora foi indicada pelo colegiado do programa de pós-graduação em 13 de agosto de 2015, na sua 1ª Reunião extraordinária e homologada pela Diretoria de Pós-Graduação, através do Processo Nº 23076.039440/2015-63, em 02/09/2015, composta pelos Professores: Virgínia Pitta Pontual e Maria de Jesus Britto Leite, MDU/UFPE, Flaviana Barreto Lira, UNB. Após cumpridas as formalidades, a candidata foi convidada a discorrer sobre o conteúdo da dissertação. Concluída a explanação, a candidata foi arguida pela Banca Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e conceder à mesma a menção APROVADA da referida Dissertação. E, para constar, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, Renata de Albuquerque Silva, e pelos membros da Banca Examinadora.

Recife, 04 de setembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Virgínia Pitta Pontual

Profa. Maria de Jesus Britto Leite

Profa. Flaviana Barreto Lira

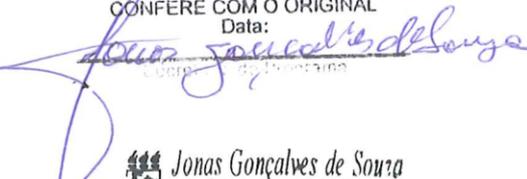
Susan Katharine da Silva

Renata de Albuquerque Silva (Secretária)

Indicado para publicação ()

Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Urbano / UFPE
CONFERE COM O ORIGINAL

Data:


Jonas Gonçalves de Souza
Assistente em Administração
Mat. SIAPE 1132870

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas me auxiliaram na elaboração deste trabalho. Devo iniciar com meu profundo agradecimento à professora Virgínia Pontual por todos os ensinamentos que me foram passados com uma enorme paciência desde a iniciação científica, continuando pela graduação e chegando até ao mestrado.

A todo o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, especialmente, aos professores que através de suas disciplinas contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho e a todos da secretaria pela dedicação de sempre.

Aos meus amigos da graduação, do mestrado e do doutorado por nunca me deixarem desistir da dissertação.

A FACEPE pelos dois anos de auxílio financeiro em fomento a esta pesquisa.

A Mirella Cabral, Keylla Marques e Diego Afonso, meus amigos desde sempre, pelo constante estímulo e por acreditarem em mim muito mais do que eu.

A minha família, especialmente a Adalberto Emídio da Silva e Maria Diocena da Silva, meus avós, pelos olhares mais reconfortantes e pelos sorrisos mais lindos.

A Sebastião Dário da Silva e Maria José da Silva, por serem os melhores pais do mundo.

Aos meus irmãos Cássio Dário da Silva e Mariana Soares de Nascimento, por serem tão implicantes e tão perfeitos. A Ello Augusto Serafim Maciel de Oliveira, meu futuro esposo.

Aos meus infinitos primos e aos meus vinte e quatro tios por toda alegria de sempre e por terem me ensinado que a família é, realmente, um presente de Deus.

E, principalmente, a Deus que tudo provê.

RESUMO

Qualquer intervenção sobre um centro histórico promove alterações em maior ou menor grau que implicam na manutenção, perda ou acréscimo de valor. A dissertação apresentada aqui se propõe a verificar se os valores atribuídos ao Bairro do Recife estão permanecendo ou não através da identificação dos atributos e da interpretação dos valores presentes no Plano de Revitalização do Bairro do Recife de 1992 e no Projeto Porto Novo Recife de 2010. Para realizar esse objetivo foi utilizado nesta dissertação o método da Análise de Discurso (ORLANDI, 1999) em conjunto com os procedimentos metodológicos elaborados e utilizados na Metodologia de Identificação e Autenticação do Patrimônio Cultural (CABRAL *et al.*, 2008). Após a identificação dos atributos e valores atribuídos ao Bairro do Recife procedeu-se a uma comparação que permitiu concluir que os valores atribuídos ao Bairro do Recife nesses dois documentos, realmente, foram distintos. A preocupação com a manutenção do pré-existente que ainda existia no Plano de Revitalização se tornou muito pequena no Projeto Porto Novo Recife, de modo que a proposta apresenta por este foi a reciclagem dos bens o que promoveu a aniquilação dos valores que neles estavam impregnados para a inserção do valor de uso e do valor econômico.

Palavras-chave: Atributo; Bairro do Recife; Valor.

ABSTRACT

Any intervention on a historic center promotes changes to a greater or lesser extent that imply in the maintenance, loss or increase in value. The present dissertation aims to verify if the values attributed to Recife Neighborhood are or not being maintained, by identifying the attributes and interpretation of the present values in 1992 Recife Neighborhood Revitalization Plan and the 2010 Porto Novo Recife Project. To accomplish this goal, this work used the Discourse Analysis method (ORLANDI, 1999), together with the methodological procedures developed and used in the Cultural Heritage Identification and Authentication Methodology (CABRAL et al., 2008). After identifying the attributes and values assigned to Recife Neighborhood, we proceeded to a comparison that evinced the values assigned to the neighborhood on those two documents were, in fact, different. The concern with the maintenance of pre-existing that was still present in the Revitalization Plan has become very small in the Project Porto Novo Recife Project.

Keywords: Attributes; Bairro do Recife; Value.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. A CONSERVAÇÃO CONTEMPORÂNEA: ATRIBUTO E VALOR	8
1.1. A noção de atributo e valor	9
1.2. Os tipos de valor	13
1.2.1. Tipologia de Riegl.....	18
1.2.2. Tipologia de Mason.....	20
1.3. A hierarquia do valor	23
CAPÍTULO 2. O BAIRRO DO RECIFE	24
2.1. A formação do Bairro do Recife	24
2.2. Planos para o Bairro do Recife	38
2.2.1. Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife	38
2.2.2. Plano de Reabilitação do Bairro do Recife	44
2.2.3. Plano de Revitalização do Bairro do Recife.....	46
2.2.4. Projeto Recife/Olinda	52
2.2.5. Projeto Porto Novo Recife.....	59
CAPÍTULO 3. DIMENSÕES DO VALOR IDENTIFICADAS NO BAIRRO DO RECIFE	62
3.1. Dimensão natural	62
3.2. Dimensão construída	67
3.2.1. Dimensão construída identificada no Plano de Revitalização do Bairro do Recife	67
3.2.2. Dimensão construída identificada no Projeto Porto Novo Recife	79
3.3. Dimensão funcional	94
3.4. Dimensão visual	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	110



INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a analisar as mudanças e permanências na atribuição de valor a um bem patrimonial ao longo do tempo, mais especificamente, dos valores atribuídos ao Bairro do Recife em dois momentos: em 1992, através do Plano de Revitalização do Bairro do Recife e, em 2010, com o Projeto Porto Novo Recife.

O Plano de Revitalização do Bairro do Recife foi a resposta ao seguinte questionamento: “Como aumentar a oferta de serviços de interesse turístico na cidade do Recife?”. Motivado por esse questionamento, em 1991, o Governo do Estado de Pernambuco, por meio da Agência de Desenvolvimento Econômico (AD-DIPER) encomendou um plano que deveria criar atividades no Bairro do Recife para aumentar a permanência do turista na cidade (PLANO... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 3).

Esse Plano foi elaborado em conjunto por três empresas: a URBANA: Planejamento e Projetos que ficou responsável pela abordagem sobre planejamento urbano e economia; a Borsoi Arquitetos Associados, responsável por elaborar uma proposta de desenho urbano e a Multi Programação Visual, responsável por criar uma nova imagem para o Bairro do Recife.

Nesta dissertação será analisado o “Volume I: Planejamento Urbano e Economia” que corresponde ao que, realmente, foi empregado e no qual estiveram envolvidos os seguintes profissionais: Sílvio Mendes Zancheti (coordenador), Sydia Maranhão, Jordelan Gabriel, Maria Lucila Bezerra, Virgínia Pontual e Adalberto Ohama. O documento final sofreu algumas modificações que foram realizadas por Sílvio Mendes Zancheti, Sydia Maranhão, Romero Pereira e Sílvia Jurema para incorporar as contribuições da Prefeitura da Cidade do Recife (PLANO... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 7).

Em 1992, o Plano foi finalizado e seu primeiro uso foi servir como documento técnico do pedido de empréstimo para a realização das obras ao Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID). O segundo e principal uso foi ser o guia estratégico da Secretaria de Planejamento Urbano e Ambiental (SEPLAM) da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) na sua retomada aos trabalhos no Bairro em 1993 (PLANO... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 3-5).

Quinze anos depois do Plano de Revitalização do Bairro do Recife surge, em 2007, o Projeto Porto Novo Recife como uma versão definitiva e detalhada do que viria a ser o complexo



metropolitano de turismo, cultura e lazer a ser executado pela iniciativa pública e com uso cedido a particulares (PORTO in BRANDÃO, 2012, 110).

As áreas do cais do Bairro do Recife e do Bairro de São José que estavam ocupadas por equipamentos desativados ou sem uso rentável foram o alvo do Projeto, de forma que uma porção significativa do *waterfront* desses bairros, incluindo os armazéns e espaços adjacentes, foi reciclada¹ (PORTO in BRANDÃO, 2012, 110).

O Núcleo Técnico de Operações Urbanas (NTOU) ficou incumbido do redesenho das áreas não operacionais do Porto e os profissionais envolvidos nesse projeto foram: José de Souza Brandão Neto (Secretaria Executiva), Luís Eduardo Moriel Carneiro (Gerência de Planejamento Urbano), Luiz Marcos de Carvalho Filho (Gerência de Arquitetura e Desenho Urbano), Fernanda Ferrario e Soraya Santana dos Santos (Gerência de Modelagem Financeira), Vera Chistine Cavalcanti Freire (Gerência de Acessibilidade e Mobilidade), Cristiano Nascimento, Rodrigo Cabral de Vasconcelos, Roberto Sarmento Junior, José Rafael Souto Maior de Brito, José Claudio Cruz e Silva (Assessoria) (BRANDÃO, 2012).

Em 2010, o Projeto Porto Novo Recife foi concluído e o Grupo Excelsior, a GL Empreendimentos, a Hima Participações e a Maxxima Empreendimentos se uniram para executá-lo.

O que suscitou o desenvolvimento da pesquisa foi a necessidade de verificar se os valores que foram atribuídos ao Bairro do Recife, em 1992, no Plano de Revitalização do Bairro do Recife foram mantidos, visto que é a partir desse documento que são adotados os princípios do planejamento estratégico que é um modelo de planejamento que está sendo bastante questionado nos últimos anos, devido às danosas consequências da sua aplicação em áreas históricas.

O conceito de planejamento estratégico migra do meio militar para o civil, na década de 1950, a partir das ideias de Von Clausewit. A palavra estratégia, no meio militar, significa o conjunto de ações coordenadas para dominar um determinado território. No planejamento estratégico, a palavra corresponde aos princípios adotados para a obtenção dos objetivos a serem atingidos pelos governos. Esse novo tipo de planejamento cria um contexto de guerra para justificar uma postura de competição econômica, social, turística, dentre outras (GDF/SEDUH, 2004, p. 31).

¹ Reciclar no Projeto Porto Novo Recife (2010) significou demolir a grande maioria dos armazéns para inserir novas edificações com implantação, forma, materiais e gabaritos completamente distintos do preexistente.



O planejamento estratégico foi sistematizado como um instrumento de planejamento empresarial, principalmente na *Harvard Business School*. Ele é adotado quando os governantes percebem que as cidades estão em competição para atrair mais investimentos, capital humano e turistas e acreditam que se adaptar aos mercados internacionais é a única alternativa para o desenvolvimento econômico. Para suprir os requerimentos da economia global são realizadas transformações na infraestrutura, que não significam necessariamente uma melhoria na qualidade de vida da população (ARANTES; MARICATO; VAINER, 2009, p. 76; COMPANS, 1999, 91-114).

Esse planejamento é diferente do planejamento moderno, pois ele não busca controlar o desenvolvimento da cidade sob uma “lógica racional-formal-arquitetônica”. Pelo contrário, porque em vez de controlar o planejamento pós-moderno, passa a incentivar o adensamento urbano (ARANTES; MARICATO; VAINER, 2009, p. 20).

De acordo com Otilia Arantes, o planejamento estratégico atua usando a imagem e o marketing (image-marketing) como ferramentas de comunicação e de promoção, a cidade é vendida como uma mercadoria (in ARANTES; MARICATO; VAINER, 2009, p. 17).

A imagem que se quer transmitir é a de uma cidade favorável aos negócios, uma cidade “socialmente integrada” e com qualidade de vida (COMPANS, 1999, p.109). De acordo com Harvey (1994, p. 8), é a imagem que atrai o capital e as pessoas, inicialmente, e até mais do que um real motivo para se permanecer no lugar.

O planejamento estratégico visa “reconstruir o sentido da cidade” e se utiliza, muitas vezes, de um evento para transformar os vazios urbanos e as áreas degradadas. No contexto pós-moderno, valorizar não significa mais inovar socialmente com equidade. Significa construir diversas obras que façam a cidade parecer contemporânea, atrativa para turistas e para investidores (ARANTES; MARICATO; VAINER, 2009, p. 63).

No início da implantação do planejamento estratégico, o plano é ainda utilizado, porém atuando sobre áreas mais restritas. E, apesar do plano estar subdividido em diversos projetos, eles ainda possuem uma relação de complementariedade e diversificação funcional, promoção social e conservação do patrimônio histórico e artístico. Posteriormente, a ideia de plano é completamente substituída pela de projeto, o qual fragmenta a cidade e atua, geralmente, sobre áreas obsoletas objetivando exclusivamente o aumento do potencial econômico (ARANTES, 1998).



Esse modelo de planejamento urbano está muitas vezes associado a espaços/paisagens urbanos espetaculares, à arquitetura de espetáculo. As novas edificações não são projetadas com o objetivo de se harmonizarem com as áreas históricas, pelo contrário, há uma busca pelo contraste através da implantação, da forma e dos materiais empregados (ARANTES; MARICATO; VAINER, 2009, p. 63).

De acordo com Pontual e Milet (2007, p. 18), todas “as práticas urbanísticas efetivadas em sítios históricos, mesmo aquelas que aplicam os princípios da conservação urbana, inscrevem-se na ambigüidade de atos de memorização e de esquecimento”. Faz-se necessário, portanto, verificar se os valores atribuídos ao Bairro do Recife mudaram ou não no período compreendido entre o Plano de Revitalização do Bairro do Recife de 1992 e o Projeto Porto Novo Recife de 2010.

Para a realização desta dissertação foi utilizado o método da Análise de Discurso (ORLANDI, 1999) em conjunto com os procedimentos metodológicos elaborados e abordados na Metodologia de Identificação e Autenticação do Patrimônio Cultural (CABRAL *et al.*, 2008) para a análise dos enunciados do Plano de Revitalização do Bairro do Recife (1992) e do Projeto Porto Novo Recife (2010) em busca da identificação dos atributos e da interpretação dos valores que foram atribuídos aos bens, de forma direta ou indireta, nos dois documentos.

O método da Análise de Discurso não trata a linguagem como transparente, ele procura “o real do sentido na materialidade linguística e histórica ao [...] pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando as noções de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística” (ORLANDI, 1999, p. 16, 59).

O método da Análise de Discurso foi escolhido porque ele considera o contexto em que os documentos foram desenvolvidos e aborda o que está “nas entrelinhas”, deixando desta forma margens à interpretação.

No método da Análise de Discurso, o trabalho de análise é iniciado

pela configuração do corpus [o texto, o dado], delineando-se seus limites, fazendo recortes, na medida mesma em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando-se conceitos e noções, pois a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise.

Esse procedimento dá-se ao longo de todo o trabalho (ORLANDI, 1999, p. 69).

A identificação de um bem cultural, segundo a Metodologia de Identificação e Autenticação do Patrimônio Cultural, envolve a aplicação articulada de distintos métodos: o histórico, a história



oral e a leitura da forma urbana. Esses métodos podem ser utilizados em conjunto ou separados, dependendo da natureza do bem e dos objetivos do trabalho (CABRAL *et al.*, 2008, p. 2).

Nesta dissertação, para atender os objetivos que haviam sido delineados, foi utilizado o método histórico que consiste na “visita aos acervos e arquivos locais e nacionais, físicos ou virtuais, para o levantamento e registro das fontes primárias relacionadas ao objeto de investigação”, como também na verificação da consistência dos documentos, no estabelecimento de hipóteses, na identificação das chaves temáticas e dos argumentos (CABRAL *et al.*, 2008, p. 3).

Para identificar os valores é necessário que a identificação dos atributos esteja concluída, uma vez que é a interpretação dos dados obtidos nesta etapa que fornece informações ordenadas e sistematizadas sobre bem.

Após a identificação dos atributos e dos valores atribuídos ao Bairro do Recife no Plano de Revitalização (1992) e no Projeto Porto Novo Recife (2010), foi realizada uma comparação, de modo a verificar se os valores permaneceram ou não.

De acordo com Barros (2012, p. 19), para identificar a diferença entre os casos examinados pode-se empregar a Abordagem Comparatista Diferenciadora, uma vez que essa abordagem submete os objetos de estudo a um conjunto de variáveis, como algumas características ou questionamentos para efetuar as comparações.

No trabalho aqui apresentado, adotou-se essa abordagem, ou seja, um conjunto de questões será aplicado para permitir a análise sobre o Plano de Revitalização do Bairro do Recife de 1992 e o Projeto Porto Novo Recife de 2010, considerando o referencial teórico sobre valor.

Expostos os principais referenciais metodológicos desse trabalho, segue-se uma descrição dos procedimentos realizados na pesquisa para alcançar o objetivo proposto:

Em uma primeira etapa, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca do universo temático da pesquisa, incluindo algumas produções literárias (artigos, periódicos e livros) referentes à conservação no Brasil e em outros países, assim como às noções de valor no campo da Conservação Patrimonial. Nessa fase, o trabalho consistiu em uma análise crítica sobre os estudos realizados, visando identificar os pontos de vista convergentes e divergentes sobre o tema.

Em uma segunda etapa, foi realizado um levantamento documental acerca dos dois casos de estudo. Um dos focos do levantamento foi relativo às fontes primárias, ou seja, os planos, os



projetos, imagens, mapas, plantas, descrições, etc.; o outro foco foi direcionado às fontes secundárias, relativas ao histórico do Bairro do Recife.

Para o levantamento dessas fontes primárias e secundárias, foram percorridos alguns acervos no Estado de Pernambuco, destacados a seguir:

- Biblioteca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);
- Arquivo e biblioteca da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE);
- Biblioteca da Empresa de Urbanização do Recife (URB);
- Biblioteca da Primeira Gerência Regional/Centro da Diretoria de Controle e Desenvolvimento Urbano e Obras (DIRCON-PE);
- Biblioteca Central Blanche Knopf – Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ);
- Bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Em uma terceira etapa, foi realizada a aplicação do referencial teórico e metodológico para análise dos estudos de caso. Após a reunião das fontes, foi procedida a organização do material coletado, análise e interpretação do arcabouço documental, visando identificar os atributos e os valores atribuídos ao Bairro do Recife no Plano (1992) e Projeto (2010).

Na quarta etapa, foi realizada a comparação entre os resultados das análises dos casos, considerando-se o referencial metodológico da abordagem comparativa. E, por fim, foi realizada a construção da narrativa estruturada em três capítulos.

O primeiro capítulo da dissertação é dedicado a uma reflexão acerca do conceito de atributo e valor. A finalidade dessa reflexão é de apresentar um entendimento orientador na interpretação do Plano de Revitalização do Bairro do Recife e do Projeto Porto Novo Recife.

O segundo capítulo apresenta a trajetória, os planos e projetos que foram desenvolvidos para o Bairro do Recife, desde a sua origem até 2010, quando é confeccionado o Projeto Porto Novo Recife.

O terceiro capítulo apresenta as dimensões naturais, construídas, funcionais, expressivas e visuais do Bairro do Recife que foram identificados a partir do Plano de Revitalização do Bairro do Recife (1992) e do Projeto Porto Novo Recife (2010), bem como os valores que podem ser depreendidos através dessas dimensões.



Por fim, apresenta-se o fechamento da dissertação, evidenciando os resultados da abordagem comparativa entre os valores atribuídos nos dois casos estudados, bem como as considerações finais do trabalho.

CAPÍTULO 1.

**A CONSERVAÇÃO CONTEMPORÂNEA:
ATRIBUTO E VALOR**



O presente capítulo tem um caráter introdutório e abordará, no item 1.1, os conceitos de atributo e valor. O conceito de atributo será apresentado, principalmente, por meio do livro de Avrami, Mason e de la Torre (2000) e das teses de Hidaka (2011) e Silva (2012). O conceito de valor será analisado a partir de diversas obras, sendo as de destaque: *O Culto Moderno dos Monumentos* de Alois Riegl² (2006), *Filosofia dos Valores* de Johannes Hessen³ (1967), *O que é valor? Uma introdução para a axiologia* de Risieri Frondizi⁴ (1971) e *Teoria e Valor Cultural* de Steven Connor⁵ (1994).

O item 1.2 versará sobre os tipos de valor. A obra *O Culto Moderno dos Monumentos* (RIEGL, 2006) será utilizada novamente e, além deste escrito, também será abordado neste item o capítulo *Avaliando Valores no Planejamento da Conservação: Questões Metodológicas e Escolhas* que está presente no livro *Avaliando os Valores do Patrimônio Cultural* (MASON, 2002 in DE LA TORRE, 2002).

No item 1.3, o livro *Filosofia dos Valores* (HESSEN, 1967) servirá como fundamento para a discussão sobre a hierarquia dos valores, uma vez que a classificação dos valores segundo o nível de importância é essencial para a realização de qualquer ação de salvaguarda.

Este capítulo foi confeccionado a partir da leitura, do confronto e da identificação das convergências e das divergências na literatura para apresentar ao final de cada item o entendimento adotado na presente dissertação.

² Alois Riegl (1858-1905) foi um historiador da arte austríaco que, depois de ter dirigido durante dez anos o departamento de tecidos do Museu Austríaco de Artes Decorativas e se dedicado exclusivamente ao ensino universitário, aceitou a presidência da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria em 1903. Como presidente dessa instituição, Riegl ficou responsável por tornar a legislação de conservação dos monumentos austríacos mais operacional. A obra *O Culto Moderno dos Monumentos*, que foi produzida no mesmo ano em que Riegl assumiu a presidência, é o resultado desta empreitada. *O Culto Moderno dos Monumentos* é uma obra fundamental para a compreensão das questões relativas à conservação dos bens patrimoniais.

³ Johannes Hessen (1889 - 1971) foi um filósofo e teólogo alemão que se dedicou à construção de uma filosofia católica, procurando, acima de tudo, fundar a religião numa sólida teoria do conhecimento e, ao mesmo tempo, numa ampla axiologia ou filosofia dos valores de inspiração principalmente agostiniana.

⁴ Steven Connor nasceu em 1955, na Inglaterra, e atualmente é professor de teoria moderna no *Birbeck College* da Universidade de Londres.

⁵ Risieri Frondizi (1910-1985) foi um filósofo e antropólogo argentino que se dedicou em esclarecer os problemas do ser humano, como o comportamento e a axiologia. Para Frondizi, a teoria filosófica só faz sentido em relação a uma práxis, um modo de vida.



1.1. A noção de atributo e valor

É a partir dos atributos que objetos, lugares e expressões culturais são valorados e transformados em patrimônio (AVRAMI, MASON, DE LA TORRE, 2000, p. 7). Mas foi apenas, em 2005, que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)⁶ mencionou os atributos da autenticidade no Guia Operacional para a Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial e, em 2008, que os atributos foram elencados, sendo estes: forma e concepção; material e substância; uso e função; tradição, técnicas e sistema de gestão; localização e implantação; linguagem e outras formas de patrimônio imaterial; espíritos e sentimentos; outros fatores intrínsecos e extrínsecos.

No último item, a UNESCO deixa a possibilidade de se identificar outros atributos. Com base nessa constatação, Paula Maciel Silva (2012) desenvolveu sua tese que compara os atributos do Guia Operacional (UNESCO, 2008) com os que foram identificados pela autora na história da arquitetura moderna e na documentação sobre os edifícios recorrentemente citados na historiografia da arquitetura moderna e sobre os bens da arquitetura moderna que fazem parte da Lista do Patrimônio Mundial.

Através dessa comparação foram identificados 11 (onze) critérios: forma e concepção; material e substância; uso; função; tradição; técnicas; localização e implantação; linguagem; interconexão e interpenetração; imagem e integração das artes (SILVA, 2012).

Dentre os atributos identificados, 8 (oito) coincidem com a classificação do Guia Operacional (UNESCO, 2008), porém os atributos tradições e técnicas, uso e função foram desmembrados e definidos separadamente. Já os atributos interconexão e interpenetração, imagem e integração das artes são novos, são os que foram identificados no decorrer da tese (SILVA, 2012).

Dessa forma, a autora (SILVA, 2012) confirmou a hipótese de que, devido à singularidade e diversidade dos bens patrimoniais, cada análise que procura identificar os atributos de um objeto pode encontrar atributos que não tinham sido identificados anteriormente.

⁶ No campo da conservação urbana, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por meio do Centro do Patrimônio Mundial (World Heritage Center), tem, realmente, desempenhado um papel relevante não só na construção, como também na divulgação do conhecimento sobre os bens culturais a nível mundial. É fundamentada nesse conhecimento que a UNESCO determina os procedimentos para a inscrição dos bens na Lista do Patrimônio Mundial, bem como a tutela dos que já foram incluídos.



Os atributos são as características qualitativas de um bem (SOUZA, 2013, p. 43). De acordo com Hidaka (2011, p. 101), os atributos podem ser classificados em duas categorias: materiais, quando tangíveis, ou imateriais, quando intangíveis. Mas essa separação é apenas para fins analíticos, uma vez que não é simples separar os atributos materiais dos não materiais, pois os processos de valoração ocorrem combinando as duas dimensões.

Os atributos materiais podem ainda ser classificados em três subcategorias:

I. Física: nesta categoria encontram-se as características do solo e relevo, os recursos hídricos superficiais e subterrâneos;

II. Biológica: esta categoria é composta pela cobertura vegetal e fauna características do objeto em questão; inclui o homem, como parte da natureza;

III. Antrópica: compreende os elementos resultantes da ação humana, portanto, relacionados aos aspectos econômicos, sociais, culturais, históricos e políticos, como o traçado, as fachadas, as vias, as edificações, os jardins, os espaços livres, o casario, as árvores e o mobiliário urbano – bancos, postes, abrigos, placas, etc (DELPHIM, 2005, 2006; CABRAL E SOUZA, 2005 apud CARNEIRO; SILVA, 2012, p.151 in LACERDA; ZANCHETI, 2012).

Os atributos imateriais são aqueles resultantes do “modo como as pessoas se apropriam, utilizam e atribuem significados” aos bens, como os saberes, as celebrações, as formas de expressão e os lugares (LIRA, 2009, p. 16).

Apesar da importância dos atributos para a compreensão de um bem, o objetivo final da conservação não é conservar os atributos, mas os valores incorporados nos mesmos. É necessário saber como o patrimônio é valorado (processo), porque (significados) e por quem (sujeitos) (AVRAMI, MASON, DE LA TORRE, 2000, p. 7).

O processo de valoração começa quando indivíduos, instituições ou comunidades decidem que alguns objetos ou lugares ou expressões devem ser preservados, porque eles representam algo que deva ser lembrado, algo sobre eles mesmos e sobre o passado deles que deve ser transmitido para as futuras gerações.

Embora o termo Teoria dos Valores, ou axiologia, seja relativamente recente, o objeto de que trata remonta à antiguidade clássica. Porém é a partir de 1960 e, principalmente nos anos 70, que as disciplinas das ciências humanas vão se afastando de “uma prática e, por vezes, uma teoria do valor e da avaliação cultural” e concedem espaço para a interpretação. Ou seja, a “preocupação



com o julgamento vai sendo substituída pela preocupação com o significado⁷ e a interpretação” (CONNOR, 1994, p.20).

Connor apresenta três maneiras que são utilizadas para fazer vigorar a restrição ao valor: a primeira é a substituição da valoração pela interpretação, a segunda é o “impulso de apegar-se e de retornar as formas estáveis e absolutas do valor” e a terceira, num outro extremo, é o “desejo relativizado de reconhecer e tolerar o máximo de valores concorrentes” (1994, p.20-21).

O relato de valor que Connor (1994, p.11-12) oferece “é simplesmente que deveríamos nos recusar a nos entregar quer à orientação para o valor universal, absoluto e transcendente quer ao compromisso com a pluralidade, com a relatividade e com a contingência”. Uma vez que cada lado da discussão também requer, confirma e regenera o outro, eles devem ser pensados juntos.

De acordo com Hessen (1967, p.37 e 41), o conceito de valor pertence ao grupo dos que não podem ser rigorosamente definidos, como os conceitos de ser e existência. Tudo o que se pode fazer é tentar esclarecer o seu conteúdo, porque “quando pronunciamos a palavra ‘valor’ podemos com ela querer significar três coisas distintas: a ‘vivência’ de um valor [a experiência de conhecer o objeto]; a qualidade de valor de uma coisa [identificar qualidades do objeto]; ou a própria ideia de valor em si mesma [identificar a utilidade do objeto]”.

Connor (1994, p. 13 e 17), assim como Hessen (1967), reconhece que não haverá um conceito definitivo, pelo contrário, os dois autores concordam que o conceito de valor está em um contínuo processo de avaliação. Porém Connor não divide o conceito de valor em “três coisas”, ele compreende que essas três coisas não são distintas, são etapas do ato de valorar.

Para Connor (1994, p.17) , “o valor e a valoração são necessários como uma espécie de lei da natureza e da condição humana”, de modo que “qualquer alegação de se estar imune à necessidade do valor deve terminar por demonstrar essa mesma necessidade simplesmente por ser uma alegação”, porque o “não-valorativo ou valor independente sempre será uma província específica da esfera do valor, e nunca um espaço exterior a ela”.

⁷ Ferdinand de Saussure (1857-1913) definiu o signo “como uma entidade de dupla face (significante e significado)” (ECO, 2006, p. 9) na qual o “plano dos significantes constitui o plano de expressão e o dos significados o plano de conteúdo” (BARTHES, 2006, p. 42). Segundo Eco (2007, p. 10), para Saussure o significado é algo que fica “entre uma imagem mental, um conceito, e uma realidade psicológica não circunscrita diversamente, [mas] sublinhou energeticamente o fato do significado ser algo relacionado à atividade mental de indivíduos no seio da sociedade” (apud HIDAHA, 2011, p. 114).



Segundo Frondizi (1971, p. 8, tradução da autora), o processo de valoração “é um ponto de confluência dos objetos e dos sujeitos dentro de um âmbito de relações sociais, culturais ou econômicas”, no qual nenhum está inerte, os dois se comunicam e transformam um ao outro.

Corroborando com Hessen (1967, p. 94), que defende que “não há valores senão para um ‘sujeito’”, Frondizi (1971, p. 21) ressalta que os valores não existem em si mesmo, posto que necessitam de um suporte e se apresentam como as qualidades do objeto que os corporificam.

De acordo com Frondizi, “dizer que aquele, cuja intuição é diferente da nossa, está cego para os valores, implica em arrogância e falta de espírito crítico”. Dado que um mesmo objeto pode ser percebido de diversas formas pelos sujeitos que, por sua vez, estão em um contínuo processo de construção e reconstrução da relação que mantêm com o objeto (1971, p. 33, tradução da autora).

Por meio do que foi apresentado é possível identificar três premissas teóricas que fundamentam o entendimento de valor que será utilizado nesta dissertação, sendo estas:

- I. O valor é culturalmente condicionado e condicional (CONNOR, 1994, p.17);
- II. Os valores são concedidos pelos sujeitos ao atributo (HESSEN, 1967, p. 94);
- III. Os valores se aderem aos objetos, mas eles existem apenas na consciência de um sujeito (FRONDIZI, 1971, p. 21).

Tendo como base as premissas do valor e o estudo empírico, verificou-se que para esta dissertação a utilização das dimensões da integridade de que fala Jokilehto (2006, 2007 apud SOUZA, 2013, p. 46-47) e que foi pormenorizada por Souza (2013) é apropriada para a identificação dos atributos e, posteriormente, dos valores atribuídos ao Bairro do Recife no Plano de Revitalização do Bairro do Recife (1992) e no Projeto Porto Novo Recife (2010).

Porém nesta dissertação a dimensão estrutural foi subdividida em duas: a dimensão natural, que correspondem aos elementos geográficos, hidrográficos e vegetais, e a dimensão construída, que correspondem aos bens que foram produzidos pela atividade humana. De modo que as dimensões do valor que serão utilizadas nesta dissertação são:

- I. dimensão natural;
- II. dimensão construída;



III. dimensão funcional, que corresponde às “atividades que ocorrem nos espaços construídos e nos espaços livres. Nesse caso, devem ainda ser consideradas as transformações, como a desativação de edificações ou mesmo a mudança de usos em um dado sítio”;

IV. dimensão visual, que corresponde às “relações visuais existentes entre os elementos que conformam os sítios e as relações conformadas entre o sítio e outras áreas adjacentes a ele”, considerando os traços da passagem do tempo (JOKILEHTO, 2006, 2007 apud SOUZA, 2013, p. 46-47).

Essas dimensões serão utilizadas para a identificação dos atributos e dos valores atribuídos ao Bairro do Recife pelo Plano de Revitalização do Bairro do Recife (1992) e pelo Projeto Porto Novo Recife (2010) no capítulo 3.

1.2. Os tipos de valor

Como foi visto no item anterior, o conceito de valor é complexo e incompleto, “porque a acepção da palavra valor, inserida nos mais diferentes tempos e espaços, varia de indivíduo a indivíduo, de grupo social a grupo social, de sociedade a sociedade” (LACERDA, 2012, p. 45 in LACERDA; ZANCHETTI, 2012).

No campo da conservação, os valores de antiguidade, histórico, artístico e cognitivo já haviam sido identificados pelos autores mais influentes da Teoria Clássica da Restauração que, segundo Viñas (2003), são John Ruskin (1819-1900), Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) e Camillo Boito (1836-1914).

A identificação desses valores foi motivada pela ruptura no tempo ocasionada pelo advento da era industrial que contribuiu, ao lado de outros fatores, como o romantismo, para inverter a hierarquia dos valores atribuídos aos monumentos ao privilegiar o valor artístico. Segundo Choay (2006, p.134), “a ascensão desses valores [...] integra o monumento histórico ao novo culto da arte”.

Em qualquer país, independente do momento em que começou a industrialização, ela representou “uma linha intransponível entre um antes, em que se encontra o monumento



histórico isolado, e um depois, com o qual começa a modernidade.” (CHOAY, 2006, p. 127).

Essa ruptura pode ser mais bem apreendida através do seguinte trecho:

O mundo acabado do passado perdeu a continuidade e a homogeneidade que lhe conferia a permanência do fazer manual.[...] Tal passado já não pertence à continuidade do devir e a ele nada será acrescentado pelo presente ou pelo futuro.[...] Após o Renascimento, as antiguidades, fontes de saberes e prazeres, afiguram-se igualmente como pontos de referência para o presente, obras que se podiam igualar e superar. A partir da década de 1820, o monumento histórico inscreve-se sob o signo do insubstituível; os danos que ele sofre são irreparáveis, sua perda irremediável (CHOAY, 2006, p. 136).

O período da *consagração do monumento histórico* se inicia em 1820 com os relatos que denotam uma nova importância atribuída às antiguidades presente no livro *Voyages pittoresques et romantiques dans l'ancienne France* que foi escrito por Charles Nodier e pelo barão Taylor. Essa mudança de mentalidade pode ser apreendida a partir da seguinte sentença do livro: “Os monumentos da França antiga têm um caráter e um interesse particulares; eles pertencem a uma ordem de idéias e de sentimentos eminentemente nacionais que, contudo, não mais se renovam”. E, em 1964, com a Carta de Veneza essa fase se encerra (CHOAY, 2006, p.125).

John Ruskin foi crítico de arte e política, professor na universidade de Oxford e é considerado o principal teórico da preservação do século XIX, na Inglaterra (PINHEIRO in RUSKIN, 2013, p. 9). Porém a aversão contemporânea ao romantismo oitocentista e, principalmente, a divulgação de fragmentos de seus textos, considerados erroneamente como aforismo, faz com que a obra de Ruskin muitas vezes não seja abordada com o devido apreço. Segundo Choay (2006, p.141), ele foi o primeiro a reconhecer que os “conjuntos urbanos” devem ser preservados da mesma forma que os edifícios isolados, defendendo desta forma a continuidade da malha urbana.

Para Ruskin, o valor de uma edificação estava representado pelas marcas do tempo, pela pátina e, em especial, por ser produto do trabalho de sucessivas gerações, uma herança que deveria ser conservada como memória dos modos de edificar e articular espaços. John Ruskin compreende que os arquitetos deveriam projetar a partir do conhecimento técnico e artístico advindos do seu patrimônio arquitetônico e urbanístico para que produzissem uma arquitetura contemporânea, porém “histórica-identitária”, como pode ser observado no seguinte trecho:

E se de fato houver algum proveito em nosso conhecimento do passado, ou alguma alegria na ideia de sermos lembrados no futuro, que possa fortalecer o esforço presente, ou dar alento à presente resignação, há dois deveres em relação à nossa arquitetura nacional cuja importância é impossível superestimar: o primeiro, tornar a arquitetura atual, histórica; e o segundo, preservar, como a mais preciosa de todas as heranças, aquela das épocas passadas (RUSKIN, 2013, p.55).



No artigo *O Aleijadinho e a Arquitetura Tradicional* (1929), de autoria de Lúcio Costa, é possível perceber uma abordagem ruskiniana no seguinte trecho: “Vendo aquelas casas, aquelas igrejas, de surpresa em surpresa, a gente como que se encontra, fica contente, feliz, e se lembra de coisas esquecidas, de coisas que a gente nunca soube, mas que estavam dentro de nós, não sei.” (PINHEIRO in RUSKIN, 2013, p. 45). Porque, segundo John Ruskin, a história de um povo pode ser lida nas suas edificações. Ele compreendia o edifício como documento, ou seja, além do valor de antiguidade, histórico e artístico, ele possui um valor cognitivo.

Essa abordagem pode ser verificada em um trecho do capítulo *A lâmpada da Memória* do principal livro de Ruskin sobre o tema *As Sete Lâmpadas da Arquitetura* (1849): “Nós podemos viver sem ela [arquitetura], e orar sem ela, mas não podemos rememorar sem ela.” (2013, p. 54).

Com relação às intervenções, o autor defende que elas devem apenas prolongar a existência do bem através de conservações periódicas, porque “as restaurações são a pior forma de destruição”, pois “nós não temos qualquer direito de tocá-los” (RUSKIN, 2013, p. 79 e 83).

Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc atuou como arquiteto, escritor, diretor de canteiros de obras e desenhista francês, apesar disso a sua contribuição muitas vezes é reduzida apenas pela definição de restauração presente no seu dicionário, sendo esta que “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento.” (DICTIONNAIRE RAISONNÉ DE L'ARCHITECTURE FRANÇAISE DU XV AU XVI SIÈCLE, editado entre 1854 e 1868 apud VIOLLET-LE-DUC, 2007, p. 29).

Devido à sua definição de restauração e, em grande parte, a uma postura bastante incisiva e invasiva sobre o objeto da intervenção, uma vez que reconstituía partes desaparecidas, mutiladas e até mesmo a tipologia dos edifícios, Viollet-le-Duc foi considerado um “vilão”. Um exemplo desse fato é o caso da Basílica de Saint Sernin de Toulouse que foi restaurada por Viollet-le-Duc em meados de 1860 e que passou por um novo restauro no final do século XX para retornar ao estado pré-Viollet-le-Duc.

Para contextualizar seus escritos e ações, é necessário se voltar aos textos originais e para o momento em que ele realizou as suas intervenções. A França vivenciada por Viollet-le-Duc estava no início do seu processo de industrialização legitimado pela consciência de modernidade. Segundo Choay (2006, p. 138) esse é um período em que “O culto do monumento passado coexiste com aquele que logo seria nomeado ‘culto da modernidade’”.



O monumento histórico para Viollet-le-Duc tinha uma função didática, as investigações deveriam ser realizadas para evidenciar o sistema construtivo, bem como os traços nacionais para que os arquitetos pudessem elaborar uma nova arquitetura que, apesar da utilização de novos materiais e de representar uma nova mentalidade, os franceses pudessem se reconhecer nela. O monumento tanto para Viollet-le-Duc como para Ruskin possuía valor cognitivo, porém é no modo como lidar com o patrimônio que os dois teóricos possuem posturas divergentes.

Deve-se ressaltar que algumas posturas defendidas por Viollet-le-Duc ainda são atuais, como:

o fato de recomendar que se deva restaurar não apenas a aparência do edifício, mas também a função portante de sua estrutura; procurar seguir a concepção de origem para resolver os problemas estruturais; a importância de fazer levantamentos pormenorizados da situação existente; agir somente em função das circunstâncias, pois princípios absolutos podem levar ao absurdo; a importância da reutilização para a sobrevivência da obra, porque restaurar não é apenas uma conservação da matéria, mas também do espírito para o qual ela é suporte. (KÜHL in VIOLLET-LE-DUC, 2007, p. 23).

Ruskin defendeu uma atividade criadora continuísta “por intermédio de sua memória orgânica”, mas não foi capaz de “sugerir as formas que se devam buscar”, apesar da crítica dirigida às realizações da arquitetura contemporânea e às imitações das obras passadas (RUSKIN, 2013, p. 254).

Já Viollet-le-Duc, compreendeu que a nova arquitetura só poderia ser fundamentada “por uma prática deliberada do esquecimento, mediante uma dura dialética da memória e da história. Pensamento bastante complexo, mas, de acordo com Choay (2006, p. 254), foi representado nas suas restaurações.

Viollet-le-Duc realizava intervenções para prolongar a existência dos bens por muitos séculos por meio da consolidação proporcionada pela utilização dos melhores materiais disponíveis, porque ele compreendia que a herança estava representada nos materiais utilizados, nas técnicas de construção. Como não se podia tudo restaurar imbuía suas obras da melhor representação de cada estilo, mesmo negando a autenticidade.

Diferentemente de Ruskin que propunha que a nova arquitetura apresentasse uma relação de continuidade com o passado, Viollet-le-Duc constatava o “óbito” da arquitetura antiga, entendimento semelhante ao “nunca mais será como antes” que motivou o romantismo na Inglaterra e na França. E foi o que aconteceu com o surgimento do Modernismo que através das suas linhas ortogonais, dos seus espaços racionais negou todo um passado (CHOAY, 2006, p. 135).



Camillo Boito foi arquiteto, restaurador, crítico, professor, literato e teve uma participação fundamental na formação de uma cultura arquitetônica na Itália. Em 1884, numa conferência realizada em Turim, intitulada *Os Restauradores*, Boito defendeu o monumento como documento, considerando dessa forma o valor de antiguidade, histórico, artístico e cognitivo.

Para Boito, a restauração só deve ocorrer quando não for possível utilizar outros meios de salvaguarda, como a manutenção, a consolidação e os concertos imperceptíveis, uma vez que o restaurador não pode tomar o tempo como reversível e a obra de arte como reproduzível à vontade. A intervenção, segundo ele, deveria ser científica, ou seja, primordialmente seria necessário compreender a obra através os aspectos formais e técnico-construtivos, baseando-se em estudos e na observação; e, ainda, que “os complementos, se indispensáveis, e as adições, se não podem ser evitadas, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje” (2008, p. 60).

Ainda de acordo com Boito, a parte restaurada deve ser facilmente distinguida das originais através da utilização de:

materiais diferentes; cor diferente da do original; aposição de inscrições e de sinais simbólicos nas partes restauradas, indicando as condições e as datas das intervenções; difusão, local e na imprensa, das informações necessárias, e em especial fotografias das diferentes fases dos trabalhos; conservação, em local próximo do monumento, das partes substituídas por ocasião da restauração (in CHOAY, 2006, P. 166).

A obra de Boito muitas vezes é considerada como apenas uma síntese das várias contribuições ao campo da conservação que ocorreram no mesmo período, porém ela é uma verdadeira reelaboração crítica que pôde unir abordagens antagônicas com relação às formas de manter os monumentos.

Ruskin, Viollet-le-Duc e Boito abordaram o valor como inerente ao objeto, mais especificamente, à matéria (VIÑAS, 2003). Porém, no século XX, essa compreensão iria mudar no campo da conservação, mais especificamente em 1903, com a obra *O Culto moderno dos Monumentos* de autoria de Aloïs Riegl (2006, p. 49), quando o autor defende que “Não é a destinação original que confere a essas obras a significação de monumentos; somos nós, sujeitos modernos, que lhes atribuímos essa designação”.



1.2.1. Tipologia de Riegl

Os valores identificados por Riegl (2006, p. 50 e 91) foram divididos em dois grandes grupos: valores de rememoração que “não estão vinculados à obra em seu estado original, mas à representação do tempo decorrido desde a sua criação, denunciando aos nossos olhos pelas marcas da idade” e valores de contemporaneidade que toma o monumento como uma criação moderna recente e exige também “que o monumento (antigo) apresente o aspecto característico de toda obra humana em sua gênese: em outras palavras, que dê a impressão de uma perfeita integridade, inatacada pela ação destrutiva da natureza”. No primeiro grupo se encontram o valor de antiguidade, o valor histórico e o valor de rememoração intencional. E no segundo, o valor de uso e o de arte (ver tabela abaixo).

Tabela 01. Tipologia do valor proposta por Riegl.

Valores de Rememoração	Valores da Contemporaneidade
Valor de rememoração intencional	Valor de uso
Valor histórico	Valor de arte
Valor de antiguidade	<ul style="list-style-type: none"> • Valor de novidade • Valor de arte relativo

Fonte: Riegl, 2006.

Valores de Rememoração

O valor de antiguidade, de acordo com Riegl, revela-se no aspecto não moderno, isto é, quando se pode observar na obra a dissolução da sua forma e cor, dando a perceber o tempo transcorrido, o ciclo da criação e da destruição. Neste, o bem é tido como “uma criação do homem que testemunhou a passagem do tempo”. A proposta é a de não intervir, uma vez que “Não é necessário adicionar nem substituir o que foi alterado ao longo dos anos sob a ação das forças naturais, tampouco suprimir os acréscimos que alteram a forma original” (RIEGL, 2006, p. 85 e 73).

Já o valor histórico de um monumento, para Riegl, “reside no fato de que representa para nós um estado particular, de alguma forma único, no desenvolvimento de um domínio humano”. Esse valor é identificado em “tudo aquilo que foi, e não é mais hoje em dia”, o que não pode ser reproduzido. A proposta para o valor histórico é a de interromper a degradação e conservar o bem “o mais autêntico possível para a pesquisa futura” (RIEGL, 2006, p. 69 e 77). No tocante ao seu atributo,



o que nos interessa no monumento não são os traços das forças destrutivas da natureza [...], mas seu estado inicial como obra humana. [...] O valor histórico é tanto maior quanto mais puramente se revela o estado original e acabado do monumento (RIEGL, 2006, p. 76).

Enquanto o valor de antiguidade é identificado na degradação da matéria, e o valor histórico quer conservar “o mais autêntico possível para a pesquisa futura”, o valor de rememoração intencional “não reivindica menos para o monumento que a imortalidade, o eterno presente” (RIEGL, 2006, p. 77 e 85-86).

Este valor está presente nas obras que foram criadas para durar, para guardar um monumento “sempre presente e vivo na consciência das gerações futuras”. Ele não difere do valor histórico em relação aos atributos e às propostas de intervenção, mas sim quanto ao seu significado. Posto que o bem que possui valor histórico foi identificado como um representante dos acontecimentos que presenciou e o bem que possui valor de rememoração intencional foi construído para “comemorar um momento preciso ou um evento complexo do passado” (RIEGL, 2006, p. 85 e 55-56).

Valores de Contemporaneidade

O valor de uso é derivado do uso prático do bem. Esse valor é apresentado como um componente vital, pois “uma parte essencial do jogo animado das forças da natureza, a partir do qual a percepção determina o valor de antiguidade, seria irremediavelmente perdido se os homens cessassem de utilizar o monumento”. A proposta para esse valor é a de manutenção dos usos e, se isso não for possível, a inclusão de usos compatíveis com os valores do bem, uma vez que “As margens impostas ao valor de antiguidade só serão reduzidas se o valor de uso é associado a um valor de novidade” (RIEGL, 2006, p. 93-94).

Riegl (2006, p. 94) cita como exemplo de atributos do valor de uso os visitantes e os ofícios religiosos da Basílica de São Pedro em Roma: “Trata-se de obras que temos o hábito de ver plenamente utilizadas, e que nos perturbam desde que não preencham mais sua função familiar, dando assim uma impressão de destruição violenta, insuportável mesmo para o culto do valor de antiguidade”.

O valor artístico é a junção do valor de novidade, que é manifestado pelo aspecto concluso, íntegro e intacto, com o valor de arte relativo, que para Riegl é subjetivo e moderno, uma vez que o “conceito de ‘valor de arte’ varia segundo o ponto de vista que cada um adote”, como também



em função do momento (2006, p. 108). O valor artístico é identificado na excepcionalidade da obra de arte. A proposta para esse valor é a de manutenção da forma original. Enquanto os atributos do valor histórico são os acontecimentos, os do valor artísticos são a concepção, a forma e a cor. Deve-se ressaltar que

todo monumento de arte é, sem exceção e simultaneamente, um monumento histórico, na medida em que representa um estado determinado na evolução das artes plásticas e não pode encontrar, em sentido estrito, um equivalente. De modo inverso, todo monumento histórico é também um monumento artístico, porque mesmo um pequeno escrito, como um folheto rasgado sobre o qual se encontra registrada uma nota breve e sem importância, comporta, além do valor histórico expressado na evolução da fabricação do papel, da escrita, dos meios utilizados para escrever etc., uma série de elementos artísticos: a configuração do folheto, a forma dos caracteres e a [...] cor (RIEGL, 2006, 44-45).

Os tipos de valor identificados já são tantos que a utilização de tipologias, como a que foi construída por Riegl, não é mais uma forma eficaz de tratar essa questão, embora a confecção de tipologias ainda seja alvo de grande interesse por parte de autores como Lipe (1984) e Frey (1997), de instituições, como o *English Heritage* (1997), e esteja presente em documentos técnicos como a Carta de Burra (1998) (ver tabela abaixo).

Tabela 02. Tipologias de valor identificadas por Mason.

Lipe (1984)	Frey (1997)	<i>English Heritage</i> (1997)	Carta de Burra (1998)
Valor econômico Valor artístico Valor associativo-simbólico Valor informacional	Valor monetário Valor de opção Valor de existência Valor de legado Valor de prestígio Valor educacional	Valor cultural Valor educacional e acadêmico Valor econômico Valor de recurso Valor recreativo Valor artístico	Valor artístico Valor histórico Valor científico Valor social

Fonte: MASON, 2002, p. 9 in DE LA TORRE, 2002, tradução da autora.

1.2.2. Tipologia de Mason

Apesar de compreender o caráter específico e transitório das tipologias de valor, Mason (2002, p. 9 in DE LA TORRE, 2002) propõe outra tipologia que, segundo o autor, serve como um ponto de partida para a identificação dos valores (ver tabela abaixo).

Tabela 03. Tipologia do valor proposta por Mason.

Valores Socioculturais	Valores Econômicos
------------------------	--------------------



Valor histórico	Valor de uso (mercantil)
Valor cultural/simbólico	Valor de não uso (não mercantil)
Valor social	Valor de existência
Valor espiritual/religioso	Valor de opção
Valor artístico	Valor de legado

Fonte: MASON, 2002, p. 10 in DE LA TORRE, 2002, tradução da autora.

De acordo com Mason, a tipologia que ele propôs inclui os tipos de valor que são mais recorrentemente atribuídos aos núcleos históricos e mais abordados nas questões de conservação, a despeito da singularidade de cada bem (2002, p. 10-13 in DE LA TORRE, 2002), sendo estes:

Valores Socioculturais

Os valores socioculturais são simultâneos. Uma igreja, por exemplo, pode possuir valor espiritual/religioso, por ser continuamente utilizada por uma congregação. Ela também pode possuir valor histórico, porque representou um papel importante no desenvolvimento da comunidade em que está localizada; valor artístico, devido à originalidade da sua concepção e do seu mobiliário e valor social, visto que ela também pode ser utilizada para eventos laicos, como concertos e festas (MASON, 2002, p. 10-13 in DE LA TORRE, 2002).

Embora esses valores estejam intimamente relacionados, é importante identificar a diferença entre os mesmos, uma vez que eles correspondem a diferentes maneiras de interpretar o patrimônio por parte de diferentes grupos o que, conseqüentemente, faz com que esses valores sirvam de base para as tomadas de decisões.

O conceito de valor histórico proposto por Mason engloba o conceito de valor de antiguidade e de valor histórico que foram identificados por Riegl (2006). De acordo com aquele autor, o valor histórico é identificado na capacidade que um local tem de transmitir, incorporar ou estimular uma relação ou reação ao passado. Os atributos do valor histórico são diversos, como a idade, a associação com pessoas ou eventos, a raridade e/ou singularidade, as qualidades tecnológicas ou o potencial de guardar informações e servir como documento (2002, p. 10-13 in DE LA TORRE, 2002).

Os valores culturais/simbólicos são usados para construir uma filiação cultural. Eles podem ser identificados nos significados que estão relacionados ao patrimônio e que foram compartilhados



entre várias gerações (MASON, 2002, p. 10-13 in DE LA TORRE, 2002), como os sagrados ou religiosos que muitas vezes são atribuídos aos centros históricos.

O valor social, assim como o valor espiritual/religioso, permite e facilita as conexões sociais. Os atributos do valor social são as festas, as feiras e as demais atividades realizadas no espaço público. Já os do valor espiritual/religioso são as crenças e os ensinamentos religiosos (MASON, 2002, p. 10-13 in DE LA TORRE, 2002).

O valor artístico refere-se às qualidades do patrimônio. Esse valor pode ser interpretado mais amplamente quando abrange todos os sentidos. Assim, um patrimônio pode ser visto como uma importante experiência sensorial (MASON, 2002, p. 10-13 in DE LA TORRE, 2002).

Valores Econômicos

Os valores econômicos estão relacionados ao potencial que um bem tem de proporcionar crescimento econômico e podem ser resultantes de uma reflexão coletiva ou de decisões individuais, de mercado. Nesta categoria se encontram os valores de uso, de não uso, de existência, de opção e de legado.

Os valores de uso referem-se aos bens e serviços que podem ser facilmente expressos em termos de preço. Os valores de não uso são valores econômicos que não são negociados ou capturados pelos mercados e, portanto, difícil de serem expressos em termos de preço. Apesar disso, esses valores podem ser classificados como econômicos, porque indivíduos estariam dispostos a alocar recursos para adquiri-los e/ou protegê-los (MASON, 2002, p. 10-13 in DE LA TORRE, 2002).

O valor de existência é atribuído aos bens pelo fato deles terem permanecido ao longo dos anos. Já os valores de opção e de recurso correspondem ao valor de uso que o bem pode ter no futuro. O valor de legado é atribuído aos bens que podem contribuir para localizar a sociedade contemporânea em relação à tradição anterior e dando sentido ao presente através da interpretação do passado (MASON, 2002, p. 10-13 in DE LA TORRE, 2002).

Neste trabalho, os tipos de valor presentes no Plano de Revitalização do Bairro do Recife (1992) e no Projeto Porto Novo Recife (2010) serão identificados a partir das dimensões naturais, construídas, funcionais e visuais e da análise sobre os documentos, tendo sempre em mente que um bem pode não possuir todos os valores que foram apresentados e que novos valores podem ser identificados.



1.3. A hierarquia do valor

Ainda no início do seu texto, Lacerda (2012, p. 44), alerta:

É impraticável a realização de intervenções em bens patrimoniais sem que seja apreendido um sistema de valores que apresente escalas de preferências e de importância dos diversos atores envolvidos no processo de decisão. Sendo um sistema, é formado por uma multiplicidade de valores.

A observação da classificação hierárquica dos valores permite que as propostas atendam aos requisitos de conservação impostos pelos principais atributos e significados. Scheler (apud HESSEN, 1967, p. 120- 128) propõe cinco critérios hierárquicos para os valores que podem ser aplicados aos bens patrimoniais:

- I. Os valores são, segundo ele, tanto mais altos quanto maior for a sua duração [...] os valores mais baixos serão, naturalmente, os mais transitórios e de menor duração; os mais altos, pelo contrário, serão só os eternos;
- II. Os valores são tanto mais altos quanto menos divisíveis forem;
- III. O valor que serve de fundamento a outros é mais alto que os que se fundam nele;
- IV. Os valores são tão mais altos quanto mais profunda é a satisfação que a sua realização produz em nós. [...] quando a sua presença se revelar independentemente de sentirmos outros valores;
- V. Um último critério para achar a altura dos valores reside ainda, segundo Scheler, no diferente grau da sua relatividade.

A hierarquia, assim como os valores atribuídos a um bem patrimonial durante o tombamento pode permanecer ou não, porque os valores variam em relação ao contexto do julgamento, como também em relação aos atores envolvidos no processo de decisão. Um bem patrimonial só será preservado se as futuras gerações se identificarem com as primeiras. A apropriação desse entendimento é importante, porque a hierarquia serve como um meio de decisão sobre qual a melhor forma de conservar os valores nos aspectos materiais e imateriais do objeto em questão.

Apesar da importância de considerar a hierarquia de valores de Scheler como um todo, devido ao tempo limitado, restringimos a análise desta dissertação ao primeiro critério da hierarquia, que é o mais importante e o objetivo da presente dissertação.

CAPÍTULO 2.

O BAIRRO DO RECIFE



Este item irá abordar sobre a formação do Bairro do Recife, desde a sua origem até a década de 1970, quando começam a ser desenvolvidos planos de salvaguarda para o Bairro. O objetivo deste capítulo é identificar os bens que permaneceram ao longo desse período mesmo sem estarem protegidos institucionalmente, os bens culturais, de modo a permitir que no capítulo 3 seja verificado se o Plano de Revitalização do Bairro do Recife (1992) e o Projeto Porto Novo Recife (2010) identificaram os bens culturais como atributos e quais valores foram atribuídos aos mesmos.

2.1. A formação do Bairro do Recife

No ponto onde o mar se extingue
e as areias se levantam
cavaram seus alicerces
na surda sombra da terra
e levantaram seus muros
do frio sono das pedras.

(FILHO, Carlos Pena apud MAIOR; SILVA, 1992, p. 10).

Fundada em 1536, a cidade de Olinda era a capital da ocupação colonial portuguesa na região, porém devido a sua localização no topo de um morro próximo do Oceano Atlântico a cidade cumpria parcialmente os requisitos de defesa que eram típicos da cultura urbanística portuguesa, já que não possuía um porto.

Mas a planície localizada no extremo sul do istmo prestou-se a essa função. Era um ancoradouro natural, “um porto natural quieto e seguro”. Era Recife, que nasceu, em 1537, como o porto da vila de Olinda (TEXEIRA, 1601 in PARECER..., 1998, sem paginação).

As características geográficas, o istmo (atual ilha), os arrecifes, os rios e o mar definiram a origem portuária da cidade. Na figura abaixo é possível identificar os rios e o istmo que une Recife (ainda com cercado de madeira) com Olinda (já amuralhada), em 1630, durante o ataque holandês.



Figura 1. Detalhe de *Nova Totius Americae Descriptio*. Mostra o Lugar do Recife com cercado de madeira, o istmo e Olinda amuralhada durante o ataque holandês em 1630.

Fonte: Lins, 2011, p. 76 apud Wit, Frederick de. Ed Atelier de Wit. Amsterdam, 1660. Escola: Família de Wit.

No período compreendido entre 1536 e 1630, aproximadamente um século, o desenvolvimento da cidade foi modesto, apesar do crescimento das atividades de exportação do açúcar em Pernambuco e da consequente importância que o porto adquiriu. Porém, devido às riquezas geradas pela produção e comercialização do açúcar, a cidade foi atacada por ingleses, no século XVI; conquistada e ocupada por holandeses, em 1630; reconquistada por portugueses e brasileiros, em 1654.

Durante o período holandês (1630-1654), como Olinda foi evacuada e incendiada, o assentamento de Recife foi escolhido como sede dessa ocupação. Esse foi o primeiro passo para o crescimento do povoado que mais tarde se tornaria a cidade do Recife.

Com a construção de vários edifícios e casas no entorno do porto pelos holandeses, Recife foi se transformando em uma cidade-porto que estendia suas ruas e caminhos na direção do continente: a Ilha de Antônio Vaz.

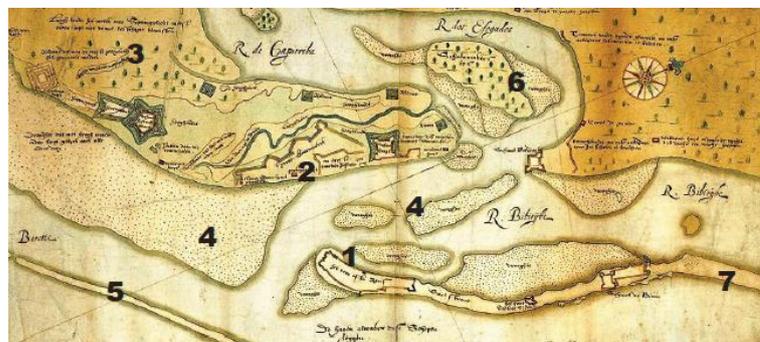


Figura 2. Mapa de 1631 mostrando: 1 – Recife, 2 – Antônio Vaz, 3 - Afogados, 4 – bancos de areia, 5 – arrecife, 6 – áreas alagadas, 7 – istmo.

Fonte: Lins, 2011, p. 160 apud Caert gebracht door den Ingenieur Andreas Drewisch Bongesaltensis in julio A. o 1631.



Os holandeses ocupavam a Capitania de Pernambuco desde 1630, mas nos primeiros sete anos só foram realizadas intervenções para suprir a necessidade de alojamento dos soldados. Neste momento, existiam no Recife algumas quadras com o casario acaçapado e os armazéns de guarda das caixas de açúcar, dentre outros gêneros, para os quais a Igreja do Corpo Santo e seu largo configuravam-se como núcleo. Ao norte da península e distante do aglomerado urbano, já existia o Forte de São Jorge (ver figura abaixo) (Menezes, 1998).

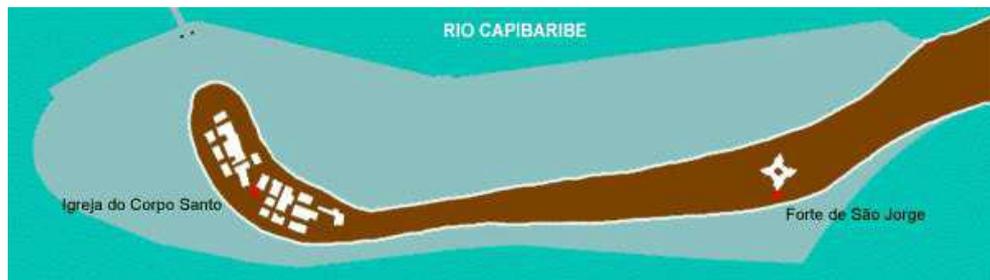


Figura 3. O Porto do Recife em 1631.
Fonte: Menezes (1988).

É a partir de 1637, com a chegada do conde João Maurício de Nassau-Siegen, que se começa a fazer melhoramentos, como o assoreamento da parte sul da península; a construção das pontes do Recife e a da Boa Vista; a criação de um sistema de redutos e fortificações que incluía o forte do Brum e os três arcos que eram considerados “as portas” da cidade e a construção da cidade Maurícia (Mauritzstadt), a capital do Brasil Holandês (ver figuras abaixo) (MENEZES, 1988; LUBAMBO, 1991, p. 26).

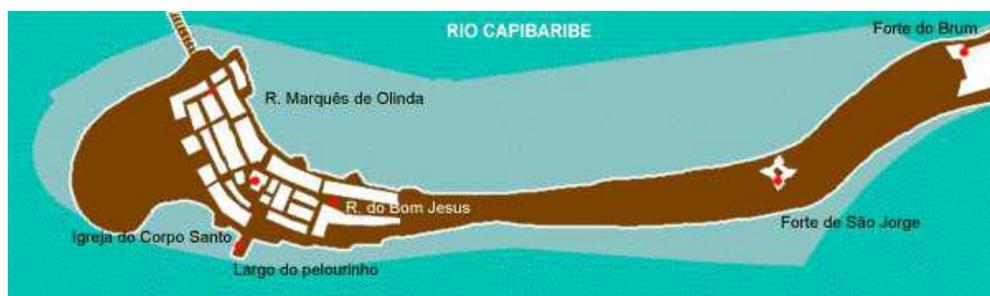


Figura 4. Transformação no Porto do Recife em 1648.
Fonte: Menezes (1988).

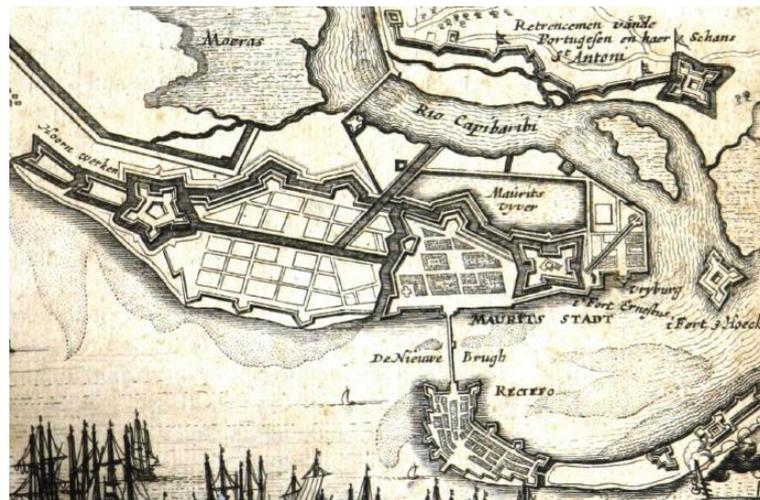


Figura 5. Mapa de 1652, mostrando as transformações no Porto do Recife e cidade Maurícia.
 Fonte: Lins, 2011, p. 142 apud Biblioteca Brasileira Mindlin - USP.

Em 1654, com a volta do domínio português, Recife já consolidada, continua o seu desenvolvimento. A cidade possui neste período uma configuração espacial que mesclava a cidade planejada pelos holandeses com uma ocupação mais espontânea de característica portuguesa que se caracterizava pelo espaço estreito da península que se estendia em direção à Olinda e pela ocupação paralela à costa devido às funções predominantemente portuárias no Recife (ver figuras abaixo) (MENEZES, 1988; VIEIRA, 2007, p. 113).



Figura 6. O Porto do Recife em 1733.
 Fonte: Menezes (1988).

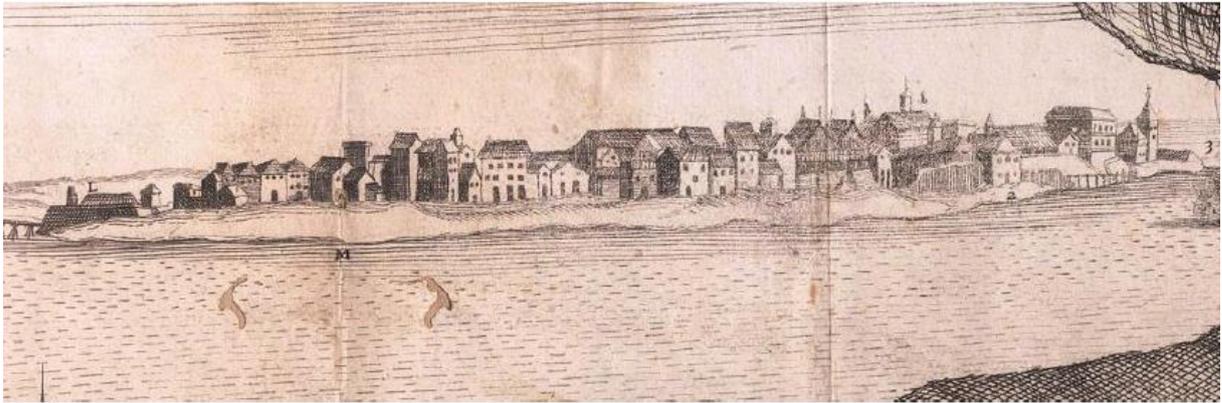


Figura 7. Porto do Recife em 1650, no álbum “Prospetto dela città Mauricea capitale dela província di Pernambuco”.

Fonte: Lins, 2011, p. 134 apud Biblioteca Brasileira Mindlin - USP.

Segundo Lins (2011, p. 108), ao holandês não importou imprimir sua marca urbana na área que atualmente é o Bairro do Recife, nem ao português a manutenção da sua identidade construída. O que influenciou a manutenção das características existentes foi a presença de muitos comerciantes portugueses e de outros países nessa área (LINS, 2011, p. 108).

Com a abertura dos portos, em 1808, permitiu-se a instalação de agentes do comércio internacional, especialmente o inglês, nos principais núcleos urbanos do País. O principal produto de exportação do Recife, neste período, era o algodão. Contudo, na ordem de importância dos núcleos portuários, a cidade desceu ao terceiro lugar ficando atrás do Rio de Janeiro e Salvador (LUBAMBO, 1991, p. 27).

Apesar de estar atravessando por uma fase econômica complicada, a cidade passou a assistir a um revigoramento do comércio, devido à entrada de capital britânico na economia local e nacional a partir da abertura dos portos. Em virtude do revigoramento é que a questão da modernização e melhoramentos das instalações do Porto e dos equipamentos urbanos entrou em debate, mais especificamente, a partir de 1815, que começam a ser elaborados planos e projetos para o Porto.

Juntamente com os princípios higienistas e sanitaristas dominantes na época, os novos padrões de operação portuária nortearam a reforma para a modernização do Porto e da Cidade. Dentre os vários planos realizados desde 1815, foi escolhido um projeto que partia das ideias de Alfredo Lisboa, mas que apresentava importantes modificações.

Neste período, outro fato relevante foi a Proclamação da Independência, em 1822, a qual modificou a política e a administração do País, que passou por um longo processo de



consolidação, devido às grandes diferenças culturais e sociais e os diversos sistemas econômicos (LUBAMBO,1991, p. 28).

A falta de integração entre alguns grupos populares que apoiavam o movimento libertador e os que apoiavam o Governo Português permitiram que eclodissem, em Pernambuco, a Confederação do Equador em 1824 e a Revolução Praieira em 1848. Esta falta de integração, aliada à centralização do poder fizeram com que os problemas ficassem por muito tempo sem solução, dentre esses a reforma do Porto do Recife.

A partir de 1850, o País começou a se envolver mais no processo de expansão mundial do capitalismo, conjugando uma série de fatores significativos. Segundo Lubambo (1991, p. 29),

foi o momento da industrialização do capital, da transformação das relações sociais de trabalho, da penetração de capital estrangeiro, da modificação da postura do Estado frente às iniciativas privadas, implicando uma completa reestruturação administrativa, tudo isso aliado a uma séria crise no mercado externo, de dois dos principais produtos que compunham a pauta de exportação do País: o açúcar e o algodão.

O café foi introduzido no Brasil como produto de exportação, no início do Século XVIII e, a partir de 1830, o café se constitui como o principal produto embarcado nos portos brasileiros. Esse fato ocasionou uma completa transformação na economia nacional, porque como o café era produzido no Sul esta região passou a interferir na política financeira do País, enquanto que o Nordeste entra em gradativa decadência econômica.

Nessa época, no Recife, a função portuária não era a única do lugar, embora ainda fosse a dominante. Não era mais o Porto do Recife, era a Cidade do Recife. O Porto ainda continuaria por muito tempo a ser o centro econômico da cidade do Recife. Uma vez que ainda existiam no Bairro do Recife estabelecimentos como os trapiches de açúcar (piers de madeira), oficinas, estabelecimentos de comércio exterior, armazéns de algodão e residências (LUBAMBO,1991, p. 31).

No século XIX, os usos no Bairro do Recife eram, predominantemente, relacionados à atividade portuária. Enquanto que em Santo Antônio o uso era comercial, institucional e residencial e em São José o uso era apenas residencial.

Nas cidades pré-industriais, de um modo geral, não havia uma clara distinção de onde terminava o porto e onde começava a cidade. O *waterfront* representava o foco da vida urbana. Com o surgimento da indústria, a expansão do desenvolvimento comercial e as novas modalidades de



comunicação - ferrovia e navios a vapor - o porto ampliou seus limites e conduziu a transformação não só do padrão de uso, mas também da ocupação do solo urbano.

No caso do Recife, a ampliação do porto se deu através de sucessivos aterros e promoveu o surgimento de uma nova tipologia: a de armazém e, conseqüentemente, uma nova morfologia urbana: as grandes quadras de formato retangular e regular.

Até o final do século XIX, além da intensificação da ocupação ao longo da península e sua posterior expansão, por meio do assoreamento, não havia ocorrido nenhuma demolição significativa na cidade. Apenas o Forte de São Jorge foi demolido e no seu lugar foi construída a Igreja do Pilar.

Até o início do século XIX, era possível identificar as primeiras igrejas, sobrados, ruas e equipamentos⁸ como pode ser observado nas figuras abaixo que mostram o desenvolvimento do Bairro a partir de cinco mapas que datam dos seguintes períodos: 1776, 1808, 1854 e 1906.



Figura 8. O Porto do Recife em 1776.

Fonte: Menezes (1988).



Figura 9. O Porto do Recife em 1808.

Fonte: Menezes (1988).

⁸ O convento dos Oratorianos foi isolado da igreja para se torna a alfândega. A Praça Dom Pedro I é a atual Praça Tiradentes e, inicialmente, funcionou como porto fluvial para as embarcações que vinham dos engenhos pelo Rio Capibaribe.



Figura 10. O Porto do Recife em 1854.
Fonte: Menezes (1988).



Figura 11. O Porto do Recife em 1906.
Fonte: Menezes (1988).

No século XX, ocorreram intervenções que causaram grandes impactos na configuração do Bairro. No início do século XX, a modernização do porto e a reforma urbana ao estilo Haussmaniano, modificaram as edificações e o traçado urbano na parte sul do Bairro.

Em nome da eficiência do porto e do combate à insalubridade, os sobrados coloniais, a igreja do Corpo Santo e os Arcos, que eram as "portas" da cidade, foram demolidos. É construído um novo conjunto arquitetônico, em estilo eclético, localizado em largas avenidas de inspiração parisiense, como a Marquês de Olinda e a Rio Branco.

As edificações que não foram demolidas, os sobrados coloniais remanescente, se "vestiram" com fachadas ecléticas e, dessa forma, foram reformados os prédios da Rua do Bom Jesus e de quase todas as outras (ver figuras abaixo no período anterior, durante e depois da reforma de 1910/13).

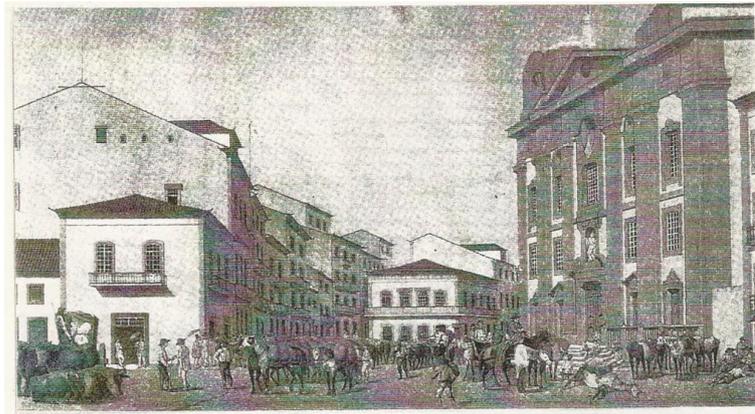


Figura 12. Casario, largo e Igreja do Corpo Santo antes de ser demolida durante a Reforma Urbana de 1910/13.
Fonte: Menezes, 1988, p. 42.

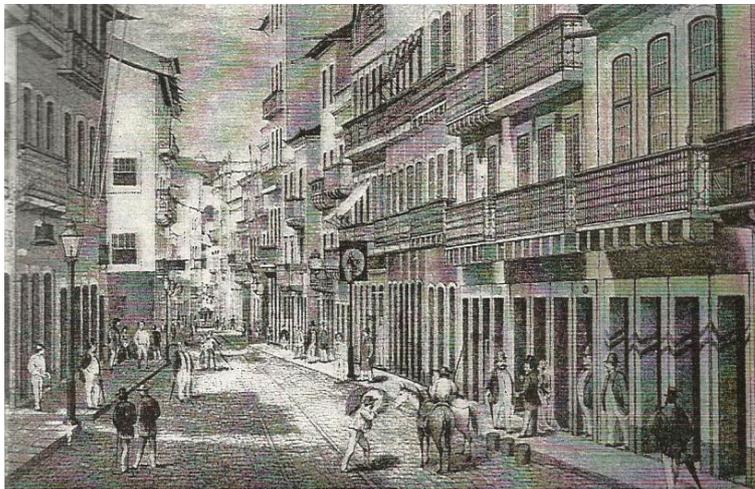


Figura 13. Avenida Marques de Olinda antes de ser demolida na Reforma Urbana de 1910/13.
Fonte: Menezes, 1988, p. 46.



Figura 14. Arco da Conceição antes de ser demolido durante a Reforma Urbana de 1910/13.
Fonte: Lubambo, 1991.



Figura 15. Demolições durante a Reforma Urbana de 1910/13.
Fonte: Lubambo, 1991.

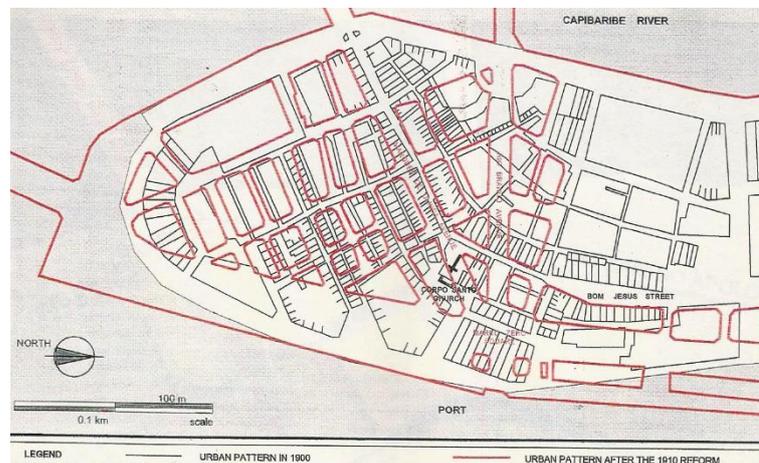


Figura 16. Na cor preta a cidade colonial a partir do mapa de Douglas Fox e na cor vermelha o novo desenho do Bairro.
Fonte: Proposta de Tombamento do Núcleo Original da Cidade, 1998, sem paginação apud Gonçalves, 1997.

Por outro lado, a reforma de 1910/13 valorizou a imagem do Bairro. As lojas e as empresas voltadas para o alto poder aquisitivo buscaram se localizar na nova área, o que modificou a forma de utilização da área pela população. Porém essas atividades não se consolidaram, porque a reforma não retirou o comércio e as atividades de lazer de Santo Antônio que eram voltados para a população de alta e média renda e porque o porto atraía atividades que entravam em conflito com esses tipos de comércio e serviços, como os cabarés, restaurantes populares, dentre outros. Ocorrendo dessa forma um conflito entre a imagem de bairro nobre que foi adquirida com a reforma e a imagem de bairro periférico devido às atividades do porto.



instalações portuárias. Apesar dessa constante busca por autonomia funcional do aparelho portuário, uma forte articulação econômica entre cidade e porto ainda se fazia presente.

Na segunda revolução industrial, o aumento da capacidade e das dimensões dos navios, bem como a crescente especialização industrial, fizeram com que surgisse a necessidade por parte do porto de adquirir vastas áreas para o armazenamento de contêineres. As mudanças tecnológicas e logísticas juntamente com a pesada infra-estrutura viária ocasionaram a intensificação da separação entre o porto e a cidade por repelirem outros usos (ZANCHETTI et al. in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 9-12).

Na década de 1970, as instituições financeiras que marcaram a história do Bairro do Recife se deslocam para novos pólos de expansão: a zona sul (Boa Viagem) e o Centro-Oeste (bairros do Espinheiro, Parnamirim e Casa Forte).

Nesse mesmo período, o aterro do Cais do Apolo e suas novas quadras, lotes e edifícios de arquitetura moderna modificaram o *skyline* predominantemente horizontal do Bairro. Ver figuras abaixo que comparam o *skyline* do Bairro, em 1957, com o atual.



Figura 17. O Bairro do Recife, 1957.
Fonte: IBGE.



Figura 18. O Bairro do Recife, 2014.
Fonte: Google Maps.

A figura abaixo (à esquerda) mostra a Avenida Rio Branco, na década de 1950, antes da verticalização. A outra figura (à direita) é mais recente, de 2014, ela mostra alguns dos edifícios de grande porte que foram construídos no aterro do Cais Apolo.

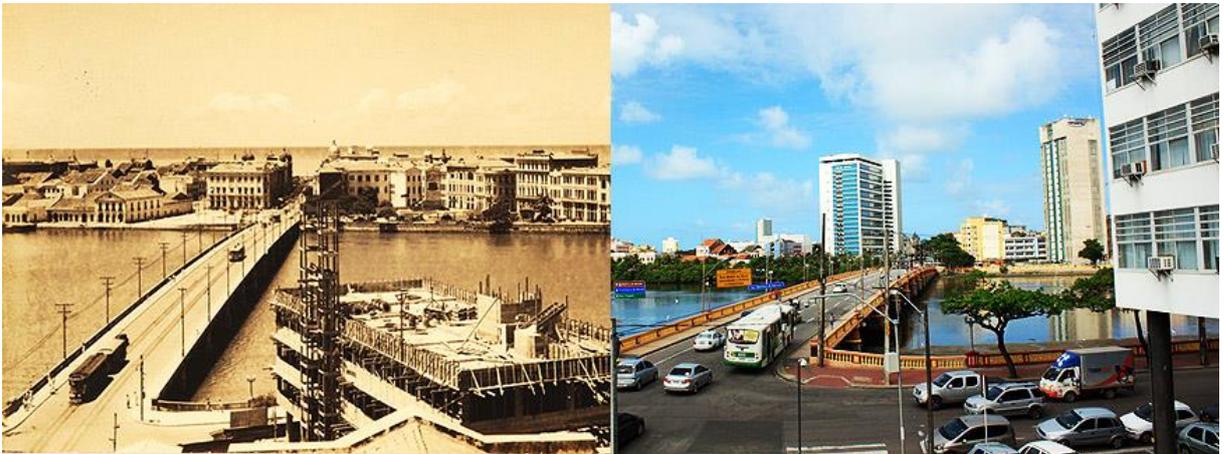


Figura 19. Bairro do Recife em 1950 e em 2014.
Fonte: Benício Dias, Arquivo da Fundaj; Google Maps.

Neste item se pôde observar que, mesmo depois da reforma de 1910/13, o Bairro sofreu alterações, como a que o transformou em uma ilha, em 1957, e a expansão territorial através do aterro do Cais Apolo que ocorreu na década de 1960.

Ainda na década de 1960 foram construídos os grandes armazéns, o terminal açucareiro e o parque de tancagem na área portuária e na década seguinte, o *skyline* do Bairro foi



consideravelmente alterado com a construção de edifícios de grande porte para acomodar atividades institucionais.

Nesse período, o Bairro mudou a partir da inserção de usos e construções, bem como do abandono de diversas edificações. Apesar disso, os bens arquitetônicos e urbanísticos que haviam permanecido desde a reforma do início do século XX foram mantidos.

Apenas, em 1978, o Bairro do Recife recebeu uma proposta de proteção por meio do Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR) que foi elaborado pela Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM). Esse Plano, bem como o contexto em que foi produzido, serão abordados no próximo item.

2.2. Planos para o Bairro do Recife

O presente item irá abordar os bens patrimoniais que podem ser identificados através dos planos de salvaguarda que foram desenvolvidos para o Bairro do Recife, pois, de acordo com Fonseca (1997, p. 38), é a partir do “reconhecimento como patrimônio e, conseqüentemente, da sua proteção pelo Estado” que os bens culturais são transformados em bens patrimoniais.

Será analisado o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR) de 1978, que foi o primeiro a ser realizado para o Bairro do Recife e o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife de 1988, com o objetivo de contextualizar o Plano de Revitalização do Bairro do Recife de 1992. Além disso, o Projeto Recife/Olinda de 2005 e o Projeto Urbanístico Recife-Olinda de 2006 serão analisados para contextualizar o Projeto Porto Novo Recife que foi confeccionado em 2010.

2.2.1. Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife



Desde 1938 o Bairro teve seus bens individuais tombados pelo Iphan, como a Igreja da Madre de Deus (Processo 134-T-38, Livro Belas Artes, v. I, fl. 33, inscrição 188, 20-07-1938); o Forte do Brum (Processo 101-T-38, Livro Belas Artes, v. I, fl. 15, inscrição 83, 24-05-1938 e Livro Histórico, v. I, fl. 09, inscrição 43, 24-05-1938) e mais recentemente a Igreja de Nossa Senhora do Pilar (Processo 761-T-65, Livro Belas Artes, v. I, fl. 88, inscrição 483, 25-18-1965 e Livro Histórico, v. I, fl. 62, inscrição 385, 25-18-1965).

Entretanto, até o início da década de 70, não havia nenhuma legislação que protegesse o Bairro do Recife, de modo que o seu *skylíne*, que não havia sido transformado nem mesmo na reforma urbana do início do século XX, foi profundamente alterado na década de 1960 com a construção dos Edifícios do Banco do Brasil, do CityBank, do Bandepe, da Prefeitura do Recife e do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros (GOMES, 1995, p. 91).

Apenas em 1973, a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM) confecciona o I Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, no qual o Programa de Preservação de Ambientes Urbanos é tido como prioridade, uma vez que a questão da preservação dos sítios históricos começa a ser entendida como uma estratégia de desenvolvimento urbano (VIEIRA, 2007, p. 119). Nesse programa se identifica um discurso que, além de ressaltar a importância de preservar as construções históricas, “defende a necessidade de utilização social e econômica do patrimônio, relacionando-o, inclusive, com as funções de lazer e turismo” (LEAL, 1995, p. 212).

Em 1976, é elaborado pela FIDEM, como continuidade do Programa de Preservação de Ambientes Urbanos, o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR). Nessa mesma época, foi criado o Departamento de Planejamento dos Sítios Históricos (DPSH), como parte da Empresa de Urbanização do Recife (URB). O DPSH tinha como função analisar os projetos e fiscalizar as obras nos sítios históricos identificados pelo PPSH/RMR (ZANCHETTI, 1995, p. 102).

Porém, mesmo durante o processo de elaboração do Plano, a Superintendência do Porto do Recife demoliu sem a permissão do DPSH centenas de casas e sobrados para a construção de um pátio para containers que nunca foi realizado (GOMES, 1995, p.92).

O PPSH/RMR considerou o Bairro do Recife um sítio, isto é, uma “área de valor artístico notável que servira de palco a acontecimentos de reconhecida importância histórica” e como um conjunto antigo, sendo este definido como um “complexo urbano notável, formado com



edificações típicas, seja por conter exemplares de excepcional arquitetura, seja por constituir núcleo de expressivo significado histórico” (PLANO..., 1978).

Segundo Pontual (2007), o PPSH/RMR teve por paradigma o Plano de Bolonha e a grande inovação apresentada pelo mesmo foi o emprego dos conceitos de sítio e de conjunto antigo, em vez de abordar apenas os monumentos.

Após a realização de estudos históricos e do inventário arquitetônico, os bens culturais foram classificados como Zonas de Preservação Rigorosa (ZPR) ou como Zonas de Proteção Ambiental (ZPA).

Na ZPR incidiam parâmetros de intervenção mais rígidos, visando preservar seus atributos. Nos edifícios localizados nessa Zona só eram permitidas obras de restauro, reparação ou conservação. Os bens nela localizados são os que foram reconhecidos como patrimônio. Na ZPA, só o gabarito máximo e a taxa de ocupação eram estabelecidos, pois essa zona era considerada como entorno dos bens situados na Zona de Preservação Rigorosa.

É importante ressaltar que tanto as Zona de Preservação Rigorosa quanto as de Proteção Ambiental foram subdivididas, pela necessidade de definir diferentes critérios de proteção para cada zona. Se elas fossem tratadas igualmente, isso provocaria um engessamento da cidade, não permitiria a continuidade do seu desenvolvimento.

Para o Bairro do Recife foram definidas as seguintes ZPR: Madre de Deus; Ruas do Apolo, da Guia e Domingos José Martins; Praça do Arsenal da Marinha e Travessa Tiradentes; Estação e Forte do Brum; Avenida Marquês de Olinda, Praça do Rio Branco e Rua do Bom Jesus; e Pilar (PLANO... , 1978).

A restauração era tida como uma intervenção de “natureza corretiva, que consiste na reconstituição das características originárias do imóvel, mediante a recuperação da estrutura afetada e dos elementos destruídos, danificados ou descaracterizados ou, ainda, de expurgo de elementos estranhos”. A conservação era compreendida como a “intervenção de natureza preventiva, que consiste na manutenção do bem cultural a ser preservado” e a reparação como a “intervenção de natureza corretiva, que consiste na substituição, modificação ou eliminação de elementos estranhos ou incompatíveis com a unidade arquitetônica do conjunto ou edifício isoladamente considerado” (PLANO... , 1978).



A proposta para os terrenos vazios é a de que neles fossem construídas edificações com linguagem contemporânea que respeitassem o limite de gabarito, bem como as exigências de cobertura e materiais. Ou seja, não deveria ser realizado o pastiche nem tão pouco inserir uma nova edificação que rompesse com a leitura de conjunto.

Na imagem abaixo estão identificadas em tons de rosa as seis Zonas de Proteção Rigorosa e em tons de verde as cinco Zonas de Preservação Ambiental (PLANO... , 1978).



Figura 20. Bairro do Recife com setorização do Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife, 1978. Fonte: Iphan PE.

No PPSH/RMR os atributos a serem protegidos se resumem aos construídos, mais especificamente, aos bens arquitetônicos e urbanísticos. De forma que é claramente perceptível na imagem acima que, apesar da cidade ter se originado e se estruturado a partir do porto, o mesmo não foi classificado como ZPR, mas como ZPA.

O valor histórico e artístico são priorizados no PPSH/RMR, de modo que quase todos os bens culturais que foram identificados no item anterior devido à permanência ao longo do tempo se tornaram bens patrimoniais ao serem considerados como ZPR, com exceção dos antigos armazéns.

De acordo com Pontual, ao se empregar a noção de sítio no PPSH/RMR não apenas se atribui valor a “um monumento notável, mas principalmente o conjunto edificado: o espaço formado pelos monumentos, casario, sobrados, ruas, quadras e lotes” (2007). Porém a compreensão de



que o padrão de ocupação do Bairro do Recife como um todo é um atributo ainda não está presente no PPSH/RMR, de forma que as ZPR abrangem apenas o entorno imediato dos bens.

Com a Lei nº 13.957/1979, o Bairro do Recife foi novamente alvo de instrumento de preservação, porém em âmbito municipal. No artigo primeiro dessa Lei, ficam instituídas normas de “proteção a sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados, avaliada a respectiva expressão arquitetônica ou histórica para o patrimônio artístico e cultural da Cidade do Recife”.

No artigo quinto da Lei nº 13.957/79, consta que cada Zona de Preservação (ZP) “poderá ter uma ou mais Zonas de Preservação Rigorosa (ZPR) e uma Zona de Preservação Ambiental (ZPA), que poderá estar subdividida em setores”. E, de acordo com o artigo sexto, cada ZP corresponde a um sítio histórico, arqueológico, arquitetônico ou paisagístico formado pelo bem ou conjunto de bens culturais de uma dessas categorias e pelo seu entorno.

Conforme o artigo nono da Lei nº 13.957/79, as construções e obras de um bem situado em ZPR “respeitarão volumetria e feição do imóvel, *de per se* e em relação à escala e à forma do conjunto em que esteja situado”, para manter as suas características originais, como também:

- I. o gabarito e o número de pavimentos do prédio existente, nos casos de obras de reparação ou restauração, e do que preexistiu no terreno, no caso de construção;
- II. a escala e as características arquitetônicas do conjunto, quando se tratar de construção em terreno antes não edificado;
- III. a implantação do prédio no terreno, quanto à taxa de ocupação e à área construída, vedada a possibilidade de recuo frontal ou afastamento lateral antes inexistente, ainda que compensado;
- IV. a forma e inclinação da cobertura;
- V. os materiais de revestimento das paredes e da cobertura, inclusive pintura;
- VI. os vãos de circulação, ventilação, iluminação e insolação voltados para o espaço externo, bem como os materiais de vedação dos mesmos.

Para a preservação do bem e do seu entorno, no artigo décimo da Lei nº 13.957/79, ficam proibidos no perímetro da Zona de Preservação:

- I. a realização de obras de desmonte, terraplenagem, aterro, desmatamento, derrubada de árvore, bem como qualquer outra modificação do relevo ou da paisagem que interfira na sua ambiência;
- II. o uso de revestimento superficial, qualquer que seja a qualidade do material empregado, nos logradouros públicos onde ainda não o haja, bem como a substituição do revestimento existente ou o seu capeamento com material de natureza diversa do original;
- III. a implantação de redes aéreas, elétricas e telefônicas;



IV. a instalação e funcionamento ou permanência de atividade incompatível com a natureza cultural do sítio ou que ponha em risco a sua inteireza; e,

V. a colocação de postes, letreiro, placa, painel, anúncio ou qualquer forma de publicidade ou propaganda visual.

No artigo décimo primeiro da Lei nº 13.957/79 fica definido que toda ZPR é envolvida por uma ZPA, que apresenta padrões menos rígidos, “cuja finalidade é de atenuar as diferenças entre a ambiência da ZPR e o espaço que a circunda, funcionando como faixa de transição de um para outro”. No artigo décimo terceiro estão relatadas as restrições para a ZPA:

I - quando a ZP for localizada em área urbanizada, ficam proibidas ações que impliquem descaracterização da trama urbana, tais como abertura, supressão ou alargamento de vias e o desmembramento e remembramento de lotes;

II - não serão permitidas obras de desmonte terraplenagem, aterro, desmatamento, derrubada de árvores, bem como qualquer outra que modifique sua paisagem natural;

III - é vedada a colocação de poste, letreiro, placa, painel, anúncio ou qualquer outra forma de publicidade ou propaganda, em terreno vago e na coberta ou no topo de prédio nela situado.

Através da Lei nº 13.957/79 o Bairro do Recife pode ser incluso categoria conjuntos antigos através do Decreto nº 11.692 de 1980 que o dividiu em duas Zonas de Preservação Rigorosa (ZPRs), nas quais deveriam ser preservadas as características essenciais do conjunto quanto à ocupação, gabarito e forma, e mais uma Zona de Preservação Ambiental (ZPA), dividida em sete setores. Esse Decreto praticamente repetiu a setorização do PPSH/RMR, mas agora com status de lei, como pode ser observado na imagem abaixo.



Figura 21. Bairro do Recife com setorização do Decreto nº 11.692/80 constante em “Preservação de Sítios Históricos” (1981). Em tons alaranjados, as duas ZPRs (Zonas de Preservação Rigorosa) e em tons de verde, os sete setores constituintes da ZPA (Zona de Preservação Ambiental). Fonte: Iphan PE.



Leite (2007, p. 59) diz que é importante observar que essa legislação foi a primeira sobre a preservação dos sítios históricos em Pernambuco e “já continha uma orientação voltada para a integração das práticas de preservação com os processos de planejamento e desenvolvimento urbano”.

Embora essa solução tenha contribuído “para uma distensão do próprio conceito de patrimônio, na medida em que possibilitou uma certa superação da prática ‘fachadista’ de valorização de bens representativos do barroco colonial, o resultado final representou uma cilada para o próprio patrimônio” (LEITE, 2007, p. 60). Segundo Zancheti (1995, p. 103), a legislação municipal pode ter agravado o processo de descaracterização do Bairro do Recife, porque afastou os possíveis empreendedores e investidores imobiliários, uma vez que as restrições colocadas limitavam o aproveitamento dos lotes.

Já para Leite, o problema foi a proposta de aplicar as práticas do turismo em áreas patrimoniais, uma vez que as demandas da indústria do turismo procuram apenas evidenciar os bens “potencialmente bons para o retorno financeiro”. De modo que as intervenções “reforçam exatamente os aspectos mais monumentais desses bens, alienando-os dos seus significados históricos locais, construídos pelas práticas cotidianas daqueles que com eles convivem” (LEITE, 2007, p. 60).

Para esta pesquisa o fato da legislação não ter cumprido os seus objetivos foi a falta da participação dos usuários na sua formulação. Visto que, como já foi anunciado por Viñas (2003, p. 152), os valores identificados pelos sujeitos devem coexistir.

2.2.2. Plano de Reabilitação do Bairro do Recife

Em 1985, a prefeitura de Jarbas Vasconcelos iniciou os estudos para elaboração do Plano de Reabilitação do Bairro do Recife que, de acordo com Zancheti (1995, p. 103), estava marcado pela opção às camadas populares da sociedade.

O modelo de gestão adotado por essa prefeitura era baseado na descentralização político-administrativa. No Bairro do Recife foi criado o Escritório de Revitalização do Bairro do Recife



(ERBR), nos fundos do atual Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães (MAMAM), que tinha como função “a mediação de interesses e articulações de um processo participativo” (LEAL, 1995, p. 212-213).

Em 1988, é finalizado o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife e de acordo com Pontual (2007) é possível identificar no plano transposições do Plano de Bolonha, da Carta de Lisboa (1995) e das experiências em curso em Barcelona que foram conduzidas por arquitetos como Oriol Bohigas.

O Plano de Reabilitação do Bairro do Recife também contribuiu por ter como um dos seus objetivos preservar as “características essenciais de conjunto”. Ou seja, ele identificou que além das características físicas, havia um valor imaterial que deveria ser preservado: “o popular; o povo na sua expressão de convivência; a festa dos espaços comuns; a afetividade que liga o povo ao prédio, a janela que observa a rua; a rua como palco de acontecimentos populares, ou seja, o cotidiano da cultura” através da manutenção da população existente e do estímulo ao uso habitacional na área central (PLANO... , 1988, p.26-27).

Como desdobramentos desse objetivo foram definidos alguns projetos principais, como a oferta de habitação aos moradores da Favela do Rato; a criação de um restaurante popular; o Projeto Memória em Movimento, que tinha por objetivo resgatar as marcas deixadas por todos os que vivem/viveram, passam/passaram pelo bairro; o Projeto Memória Urbana, que tinha por função resgatar a memória urbana da cidade do Recife, através do inventário da documentação cartográfica e iconográfica; a criação de núcleo profissionalizante; pintura e recuperação de edifícios numa parceria entre prefeitura e proprietários e, por último, a proposta do Teatro Hermilo Borba Filho (PLANO... , 1988, p. 31-45).

Para o projeto de habitação coletiva foram destinados os imóveis de número 210, 214 e 228 da Rua do Brum que deveriam ser desapropriados e restaurados. Especificamente, para as idosas moradoras na Favela do Rato foi designado o imóvel de número 235 da Rua do Apolo e como apoio ao plano de oferta de equipamentos para geração de renda, o imóvel de número 393 da Rua do Brum foi escolhido para nele ser instalado o restaurante popular.

Ao contemplar mais os trabalhadores portuários e a população residente do que os dirigentes do Porto, os agentes financeiros e os proprietários industriais, o Plano não recebeu o apoio econômico necessário para dar prosseguimento à reabilitação do Bairro do Recife. Do que estava previsto apenas foi realizado o cadastramento da população, o Projeto Memória em Movimento,



a conversão de dois edifícios em residências coletivas, a construção do restaurante popular e do núcleo profissionalizante (LIRA, 2004, p. 54).

No Plano de Reabilitação do Bairro do Recife são identificados os atributos funcionais, com destaque para o uso habitacional. O valor social é identificado na proposta de inclusão das classes sociais de baixa renda como o meio de promover a recuperação do patrimônio edificado. De acordo com Vieira (2007, p. 124), nesse Plano, o valor econômico não estava entre os valores considerados fundamentais e se estava era de forma bastante discreta.

As consequências da falta de apoio para a realização do que foi proposto no Plano de Reabilitação fomentará o desenvolvimento do Plano de Revitalização do Bairro do Recife em 1992. O qual foi estruturado a partir de uma perspectiva, prioritariamente, econômica.

2.2.3. Plano de Revitalização do Bairro do Recife

Em 1988 é eleito prefeito Joaquim Francisco, que possuía um evidente compromisso com os setores empresariais da sociedade e que, segundo Vieira (2007, p. 124), na sua administração se fez praticamente nada para que a política definida para o Bairro do Recife na gestão anterior prosseguisse.

No meio do mandato, Joaquim Francisco deixa o cargo de prefeito para se candidatar a governador do Estado e, quando eleito, ele “lança um ambicioso programa turístico para o Estado” (GOMES, 1995, p. 93) que, evidentemente, contempla o Bairro do Recife como um dos seus principais pontos de apoio, visando transformá-lo “em um centro de atrações para visitantes nacionais e internacionais” (ZANCHETTI, 1995, p. 104), pois identifica o patrimônio histórico e artístico como uma “grande fonte de valor para a economia”, como uma forma de aumentar o tempo de permanência do turista na cidade (ZANCHETTI, MARINHO, LACERDA, 1998, p. 03).

O Plano de Revitalização do Bairro do Recife (PRBR) é encomendado como parte do Programa Integrado de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR), gerenciado pelo Banco do Nordeste (BNB) e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em 1992, o PRBR é finalizado (VIEIRA, 2007, p. 125).



No ano seguinte ao término da elaboração do PRBR, em 1993, Jarbas é eleito prefeito novamente e pretende dar continuidade às intervenções. Porém a aproximação política entre a administração municipal e o Governo do Estado levaram à aplicação do plano elaborado pelo último (ZANCHETTI, 1995, p. 104). A “continuidade observada, então, no processo de intervenção do Bairro do Recife acontece com uma mudança clara de postura e de prioridades entre a primeira e a segunda gestão de Jarbas Vasconcelos” (VIEIRA, 2007, p. 127).

O PRBR é implantado a partir de 1993 e, ao mesmo tempo, a Secretaria de Planejamento da Prefeitura realiza um programa de parcerias entre o investimento público e o privado, de modo que são realizadas, pela Empresa de Urbanização do Recife, reformas emergenciais nos espaços públicos. Essas atividades chamaram a atenção da Fundação Roberto Marinho que trouxe o Projeto Cores da Cidade para o Bairro do Recife (ZANCHETTI, 1995, p. 105).

De acordo com Pontual (2007), o Plano de Revitalização priorizou a dimensão econômica e teve como referência “as experiências norte-americanas e européias, especialmente as de Boston, Baltimore e São Francisco, nos EUA; Londres e Glasgow, na Grã-Bretanha; Barcelona, na Espanha e Lisboa, em Portugal”.

Ainda segundo a autora (PONTUAL, 2007), “um dos pontos diferenciadores foi a definição de uma estratégia de implantação com uma componente institucional e de articulação do poder público com investidores privados e os proprietários dos imóveis do bairro”.

Apesar da abordagem econômica, ainda é possível identificar no Plano de Revitalização a preocupação com a conservação dos bens patrimoniais, como pode ser observado em seus objetivos:

Conservar o patrimônio histórico e cultural do Bairro mais antigo da cidade, resgatando a sua característica de espaço em constante transformação que mantém os registros de todas as suas épocas históricas; transformar a economia do Bairro do Recife no sentido de torná-la um centro regional, isto é, um pólo de concentração de comércio varejista, de serviços modernos, de cultura e lazer, e um centro de serviços modernos; tornar o Bairro do Recife um espaço de lazer e diversão para toda a população da cidade, um espaço que promova a concentração de pessoas nas áreas públicas, criando um espetáculo urbano; tornar o Bairro do Recife um centro de atração turística nacional e internacional. (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p.33).

Para alcançar esses objetivos, é proposto no Plano um novo padrão de ocupação urbanístico e organização espacial e, de acordo com o mesmo, a continuação e reabertura da Avenida Alfredo Lisboa e da via Beira Rio, à margem do Capibaribe, criaria uma separação entre o porto e a cidade de forma a permitir que “outras atividades urbanas se desenvolvam sem o risco de convivência conflituosa com o porto. Esta diferenciação é fundamental para ordenar o uso dos espaços



públicos e o sistema de transporte, especialmente a divisão funcional dos fluxos de tráfego” (in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 39).

A principal proposta apresentada no Plano é a organização do espaço urbano baseada no uso misto e na “preponderância de certas atividades e usos” em determinadas áreas. De modo que o Bairro do Recife foi dividido em três grandes setores: o Setor de Revitalização, o Setor de Renovação e o Setor de Consolidação (ver figura abaixo) (PLANO... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 40).

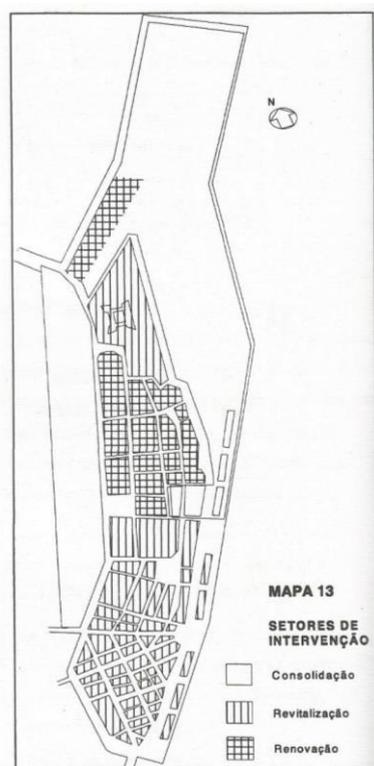


Figura 22. Bairro do Recife – A área hachurada em linhas verticais corresponde ao Setor de Revitalização, a área hachurada em linhas quadriculadas corresponde ao Setor de Renovação e a área sem hachura, ao Setor de Consolidação. Fonte: Plano de Revitalização do Bairro do Recife in Zancheti, Marinho; Lacerda, 1998, p. 30.

No Plano de Revitalização, segundo com Pontual (2007),

A mudança da imagem do bairro era tida como fundamental para o sucesso da revitalização. Para deixar de ser e de ter imagem de uma periferia central foi adotado como alternativa a atração de novos investimentos imobiliários por meio da densificação construtiva e na priorização de projetos considerados estruturadores como o centro de animação cultural, lazer e comércio do pólo do Bom Jesus, tendo como referências as experiências realizadas em New Orleans, Boston e Amsterdã.



A estratégia de implantação do Plano de Revitalização está baseada na articulação entre o setor governamental, os investidores privados e os proprietários dos imóveis para a criação de uma empresa de capital misto. Os projetos estruturadores em sua maioria eram lugares de propriedade pública, porém “passíveis de investimentos privados, a exemplo do projeto do Shopping Cultural Alfândega” (PONTUAL, 2007).

No Plano de Revitalização do Bairro do Recife, além dos atributos construídos e funcionais que tinham sido identificados nos planos anteriores, são identificados os atributos naturais e visuais, porém para que as propostas fossem efetivadas, “destruições no interior dos imóveis foram realizadas, embora a conservação do ambiente público tenha sido mantida” (PONTUAL, 2007).

Para Zancheti, a diferença fundamental entre o Plano de Revitalização do Bairro do Recife e os anteriores consiste em “introduzir a novidade para manter a continuidade” através da mudança de usos (1995, p. 105-107). Vieira ressalta que a diferença não se resumiu a isso, uma vez que a proposta de mudar o padrão de ocupação para aumentar a densidade populacional na área nunca havia sido sugerida em planos anteriores (2007, p. 122).

O Plano de Revitalização, apesar de ter tido como objetivo conservar o patrimônio do Bairro do Recife, priorizou o valor econômico, mesmo em detrimentos dos demais valores (VIEIRA, 2007, p. 130). A medida em que isso ocorreu será abordada detalhadamente no próximo capítulo.

Em 1997, o Plano de Revitalização do Bairro do Recife se torna a Lei nº 16.290 que o definiu como Zona Especial do Patrimônio Histórico Cultural 09 (ZEPH 09) *Sítio Histórico do Bairro do Recife*, a qual ainda está em vigência.

Na figura abaixo, a área laranja representa o Setor de Intervenção Controlada (SIC), a área rosa corresponde ao Setor de Renovação (SR) e a área em amarelo ao Setor de Consolidação Urbana (SCU). Deve-se salientar que o porto em sua totalidade passa a estar localizado no mesmo Setor que o conjunto eclético e o Forte do Brum.



Figura 23. Bairro do Recife – a poligonal em vermelho corresponde ao conjunto tombado à nível federal.

Fonte: Elaborado pelo Iphan PE, a partir de mapa-base da URB/Unibase 2002, formatado por Ana Carolina Puttini.

Segundo o oitavo artigo da Lei nº 16.290/97, o SIC, que compreende o que era o Setor de Revitalização do Plano de Revitalização e a área portuária, tem por objetivo promover a dinamização de usos e a valorização do

traçado urbano e conjunto edificado, de composição estilística de influência do ecletismo e remanescentes coloniais, bem como novos elementos compositivos e volumétricos introduzidos, de influência protomoderna e moderna [como também] da paisagem da área de domínio do Porto, marcada pelos galpões, equipamentos portuários, veículos marítimos e pelo molhe de proteção.

Conforme o nono artigo da Lei nº 16.290/97, as intervenções que almejam introduzir no SIC novos elementos arquitetônicos, bem como novos usos ou atividades, devem considerar:

- I - a volumetria, compreendendo gabarito, ocupação, disposição da cobertura;
- II - os elementos estilísticos;
- III - as aberturas, compreendendo a relação de cheios e vazios e concepção das esquadrias;
- IV - os materiais construtivos e revestimento, compreendendo materiais expostos de vedações, cobertura, esquadrias e elementos complementares.

Com relação ao Setor de Renovação, consta no décimo primeiro artigo que o objetivo da Lei nº 16.290/97 é valorizar os “monumentos e elementos arquitetônicos significativos”, bem como otimizar os “padrões de ocupação” e dinamizar os “usos e atividades”. O décimo segundo artigo informa que isto deve ser realizado através da:

- I. alteração do padrão atual de ocupação, com incremento construtivo nas áreas vazias ou subutilizadas;



-
- II. valorização dos Elementos Preserváveis, [...] através da sua incorporação aos novos empreendimentos, [...];
 - III. ampliação da oferta de espaços destinados ao convívio público;
 - IV. implementação de condições favoráveis à instalação de usos habitacionais;
 - V. recuperação ou ampliação da infra-estrutura existente.

É no décimo sexto artigo da Lei nº 16.290/97 que estão definidos os objetivos do SCU:

- I. a manutenção do padrão de ocupação existente, constituído por elevado índice de aproveitamento e baixa taxa de ocupação;
- II. a otimização das áreas destinadas a estacionamento com vistas à ampliação de áreas de convívio público;
- III. a garantia de acesso da população à orla fluvial, introduzindo áreas públicas de lazer.

É a partir dessa lei que o Porto do Recife não é considerado mais como entorno ou como algo que simplesmente deve ser mantido, ele finalmente é identificado como um bem. Porém, em 1998, o tombamento federal criou divergências entre os critérios de intervenção e orientações para os diferentes setores de preservação e de entorno do bairro. O que, recorrentemente, tem gerado morosidade nos processos de análise e aprovação de projetos, além de “brechas legais” para o não cumprimento das normas de proteção (SILVA, 2007, in IPHAN/COPEDOC, 2007).

Foi a preocupação em antecipar às pressões do capital imobiliário e às perdas que poderiam ocorrer devido ao sucesso do projeto de Revitalização do Bairro do Recife, cuja implantação teve início em 1993, que levou a PCR a desenvolver através da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente a Proposta de Tombamento do Núcleo Original da Cidade do Recife *Dentro de Portas* de 1998 e apresentá-la ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a qual foi aprovada no mesmo ano e passou a funcionar como uma rerratificação do polígono de tombamento de 1992. Na imagem abaixo está delimitada através da poligonal vermelha a área que foi tombada pelo Iphan.

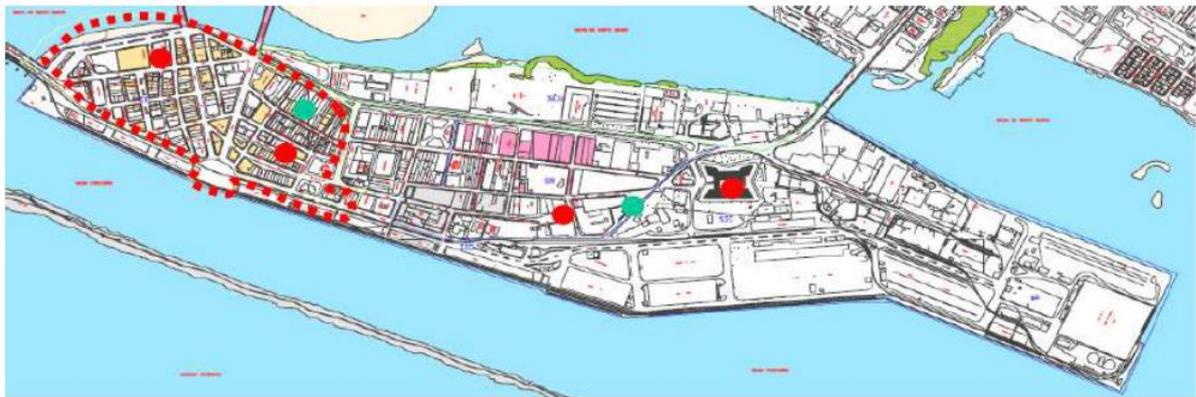


Figura 24. Bairro do Recife. A poligonal vermelha corresponde ao conjunto tombado pelo Iphan. Os pontos vermelhos são os bens tombados em nível federal e, em verde, os bens em processo de tombamento pelo Iphan.
Fonte: Iphan PE.

A fundamentação da proposta de tombamento de 1998 teve como base a compreensão do Bairro do Recife como porto ao sul do Istmo de Olinda-Recife, consolidado no decorrer dos séculos. Apesar disso, apenas um estrato temporal foi abarcado pelo polígono de proteção federal, representado pela área reformada no início do século XX. Nesse sentido, percebem-se divergências entre os valores que foram atribuídos ao Bairro do Recife no dossiê e os atributos incluídos no tombamento.

A proposta de tombamento privilegiou o conjunto eclético, que por si só não expressa a multiplicidade de atributos do Bairro do Recife. A partir desse momento os projetos que foram desenvolvidos passam a propor a demolição do porto para a inserção de construções que contrastam com o preexistente em todos os aspectos, como o Projeto Recife/Olinda e o Projeto Porto Novo Recife.

2.2.4. Projeto Recife/Olinda

A MetrÓpole 2010 (1998) e a MetrÓpole Estratégica (2002) são estudos que já haviam destacado a importância das áreas compreendidas entre o Sítio Histórico de Olinda (Município de Olinda) e o Parque ex-Estação Rádio Pina (Recife) para o desenvolvimento metropolitano ao considerá-las “como TerritÓrio de Oportunidades para a atração de empreendimentos”. Mas



apesar de abrigar uma das maiores densidades de patrimônio cultural material e imaterial do país e de ser dotada de extraordinária beleza de paisagem natural e construída e de equipamentos de escala metropolitana [esse Território de Oportunidades] estava sendo ocupado de forma “rarefeita, subutilizada e, em vários pontos, degradada (PROJETO..., 2005, p. 4; PROJETO..., 2006, p. 5).

O Plano do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda (2003) afirma ter como objetivo realçar o vínculo histórico e a interação econômica e cultural dessas áreas. Para isso propõe intervenções e a criação de instrumentos para “promover a integração do planejamento e da gestão territorial com a gestão das atividades turístico-culturais do centro da Região Metropolitana do Recife” (PROJETO..., 2005, p. 4; PROJETO..., 2006, p. 5).

Essa conjugação de esforços e interesses gerou, em 2005, a assinatura, entre as três esferas de poder executivo (Federal, Estadual e Municipal), do Convênio para a implementação do Plano do Complexo Turístico Cultural (2003) e, especificamente, para a elaboração e implementação do Projeto Recife-Olinda (2005) (PROJETO..., 2006, p. 5).

O modelo de gestão adotado no Projeto Recife/Olinda foi o mesmo que foi definido e empregado no Plano do Complexo Turístico Cultural (2003):

valer-se da constituição de parcerias com instituições oficiais, entidades empresariais privadas e com a sociedade civil organizada, no sentido de viabilizar a implantação de novos empreendimentos e proporcionar o desenvolvimento sustentável das áreas urbanas (PROJETO..., 2005, p. 4).

No entanto, há no Projeto Recife-Olinda a defesa de que em “um processo de (re)construção de cidade, é de todo conveniente que as entidades públicas assumam o seu papel de liderança e de agente planejador e dinamizador”. A figura abaixo ilustra a cadeia de valor para a recuperação da área urbana que foi proposta no Projeto Recife-Olinda (2005, p. 4).



Figura 25. Cadeia de valor de recuperação de área urbana.



Fonte: Projeto Recife/Olinda, 2005, p 5.

Um Conselho Político, um Núcleo Gestor e uma Câmara Temática, esta última dedicada, exclusivamente, ao projeto Recife-Olinda foram constituídos para a realização do Projeto Recife/Olinda, de acordo com a figura abaixo.



Figura 26. Modelo de gestão do Projeto Recife / Olinda.
Fonte: Projeto Urbano Recife-Olinda, 2006, p. 9.

O desenvolvimento do Projeto Recife/Olinda foi estruturado em duas fases: a primeira na qual foram elaborados e validados o modelo urbano e o econômico-financeiro, e a segunda que correspondeu à implementação (ver figura abaixo) (2005, p. 4).



Figura 27. Metodologia de desenvolvimento do Projeto Recife / Olinda.
 Fonte: Projeto Recife/Olinda, 2005, p 6.

O Projeto Recife-Olinda abarca um território caracterizado pelas Zonas de Intervenção, de Enquadramento e de Abrangência, segundo a participação de cada uma na operação urbana proposta:

As Zonas de Intervenção (ZI) correspondem às áreas predominantemente ociosas ou com usos passíveis de desativação e as ocupadas por assentamentos precários, distribuídas em doze setores que serão objeto, ora de nova proposta urbanística (quando vazios), ora de urbanização e reabilitação urbana;

Zonas de Enquadramento (ZE) compreende as com características morfológicas e tipológicas diversas, que poderão ser objeto de futuras operações urbanas ou que serão consideradas e/ou requalificadas na nova proposta urbanística;

Zonas de Abrangência (ZA) são consideradas na análise e na articulação de investimentos e programas, inserindo e relacionando as Zonas de Intervenção em um contexto mais amplo (PROJETO... , 2006, p. 11).

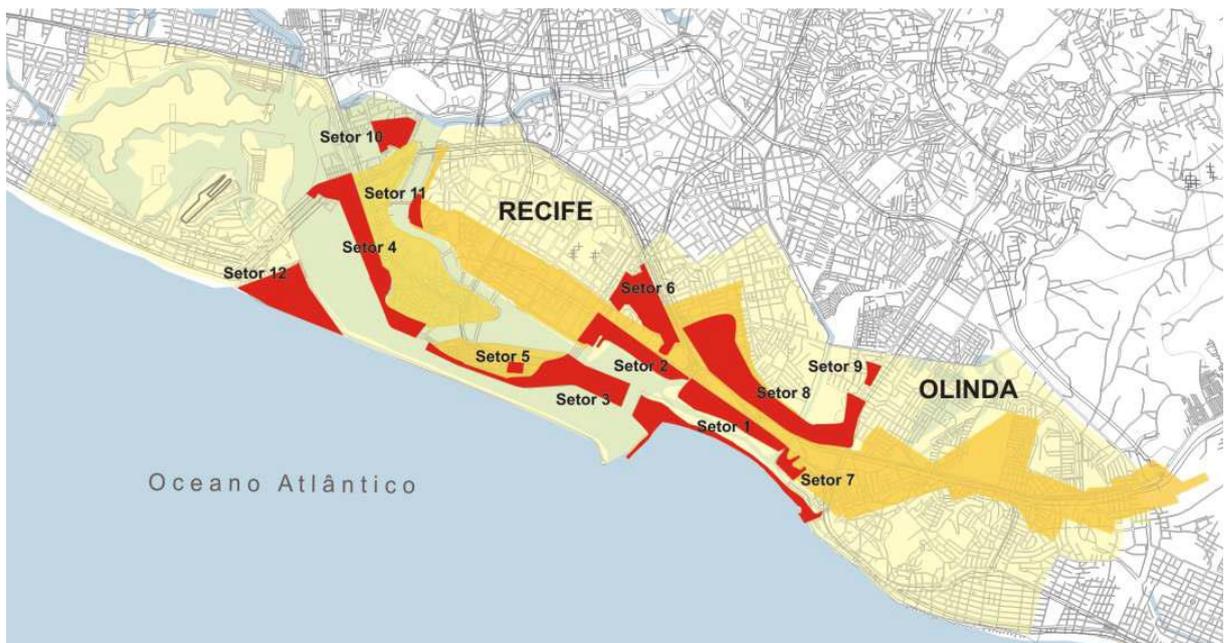


Figura 28. Área de atuação do Projeto Recife /Olinda. Na cor bege a Zona de Abrangência (ZA), na cor laranja a Zona de Enquadramento (ZE) e na cor vermelha a Zona de Intervenção (ZI). Legenda: Setor 1- Coqueiral, Istmo de Olinda e Milagres; Setor 2 – Vila Naval; Setor 3 – Porto do Recife; Setor 4 – Cais José Estelita e Cais de Santa Rita; Setor 5 – Comunidade do Pilar; Setor 6 – Santo Amaro; Setor 7 – Ilha do Maruim; Setor 8 – Salgadinho; Setor 9 – Azeitona; Setor 10 – Coque; Setor 11 – Coelhos; Setor 12 – Brasília Teimosa.
Fonte: Projeto Urbanístico Recife-Olinda, 2006, p. 12-13.

A partir da percepção de que a funcionalidade do sistema portuário implica em uma reestruturação do Porto do Recife e de que qualquer ação sobre a área portuária deve considerar a história do Porto e, conseqüentemente, da cidade do Recife, o Projeto Recife-Olinda propõe:

- I. Reestruturação do Porto com a manutenção dos cais norte;
- II. Agregação de novas funções portuárias (terminal marítimo e de passageiros);
- III. Valorização do patrimônio histórico e urbano: Forte do Brum, Terminal de açúcar e silos portuários;
- IV. Resgate do antigo caminho de articulação entre Recife e Olinda;
- V. Destinação de parte da área para o mercado popular de habitação, comércio e serviços;
- VI. Diversidade funcional: escritórios, habitação, comércio e equipamentos turísticos e de lazer;
- VII. Passeios públicos;
- VIII. Construção de nova ponte que articula a área à Vila Naval (PROJETO..., 2006, p. 53).

A figura abaixo ilustra as propostas para o Porto do Recife. Hachurados com a cor rosa estão os edifícios que devem ser preservados, com a cor cinza escuro os edifícios propostos, com a cor verde as áreas de solo natural e com a cor cinza claro o embasamento.



Figura 29. Proposta para o Porto do Recife apresentada no Projeto Urbanístico Recife-Olinda.
 Fonte: Projeto Urbanístico Recife-Olinda, 2006, p. 50-51.



Figura 30. Perspectiva da proposta para o Porto do Recife apresentada no Projeto Urbanístico Recife-Olinda.
 Fonte: Projeto Urbanístico Recife-Olinda, 2006, p. 50-51.

Além da proposta para o Porto, também foi proposta para a Comunidade do Pilar a

- I. Urbanização da área através da construção de novas unidades habitacionais, comércio, serviços e equipamentos coletivos, comunitários e de geração de renda;
- II. Acesso à frente de água;
- III. Articulação da comunidade com a cidade Criação de espaços públicos e de lazer comunitário;
- IV. Valorização do patrimônio histórico: igreja do Pilar (PROJETO... , 2006, p. 60).



A figura abaixo mostra na cor rosa a localização das 369 unidades residenciais propostas para a área, na cor bege a área de convivência, na cor amarela a escola, o posto de saúde e a creche e, por último, na cor vermelha a delimitação do perímetro do Pólo Pilar.



Figura 31. Proposta para a comunidade do Pilar apresentada no Projeto Urbanístico Recife-Olinda.

Fonte: Projeto Urbanístico Recife-Olinda, 2006, p. 60.

O modelo empregado no Projeto Recife-Olinda “mostra que o projeto é essencialmente um negócio imobiliário”, o qual deve ser repensado, como estão fazendo os urbanistas que defendiam esse modelo:

O Projeto Recife – Olinda mostra que a cidade passa a ser pensada como um negócio público-privado. Já não há as tensões conceituais referidas, elas foram dissipadas. A idéia de uma cidade no futuro não tem utopias, não tem construção da cidadania. A noção de esfera pública em Arendt (1993) referindo-se as atividades que se passam exclusivamente entre os homens, não comportando referência a resultado tangível, não dá conta do que seja uma esfera público-privado (PONTUAL, 2007).

Esse Projeto propõe a transformação do padrão de ocupação do Porto do Recife que desde 1978 havia recebido a proposta de manutenção ao ser considerado com ZPA pelo PPSH/RMR e que foi ratificada em 1992 no Plano de Revitalização quando o porto recebeu a proposta de manutenção ao ser incluso no Setor de Consolidação. Os atributos construídos, funcionais e visuais do Bairro do Recife que haviam permanecido seja como bens culturais ou como bens patrimoniais receberam a partir desse Projeto a proposta de serem aniquilados.



2.2.5. Projeto Porto Novo Recife

Em 2007, uma nova equipe de governo optou pela permanência das atividades portuárias na porção norte do Bairro do Recife, pelo fato do Porto ainda exercer um papel relevante na economia pernambucana (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 110).

A empresa Porto do Recife S/A definiu as áreas operacionais, que deveriam permanecer com as atividades portuárias, e as áreas não operacionais, que seriam passíveis de abrigar novos usos em um estudo de ocupação que foi aprovado pelo Conselho de Administração Portuária do Porto do Recife (PORTO in BRANDÃO, 2012).

As áreas não operacionais ficaram liberadas para “propostas de reciclagem as áreas de cais do bairro do Recife e do bairro de São José, ocupadas por equipamentos desativados ou sem uso rentável”. Após a reciclagem os “equipamentos” deveriam ser arrendados à iniciativa privada (ver figuras abaixo) (PORTO in BRANDÃO, 2012, 110).



Figura 32. Área não operacional localizada no Bairro do Recife.
Fonte: PORTO (in BRANDÃO, 2012, 127).



Figura 33. Área não operacional localizada no Bairro do Recife.
Fonte: PORTO (in BRANDÃO, 2012, 120).

Em virtude do novo posicionamento do Porto do Recife e tendo o Projeto Urbanístico Recife-Olinda como referencial, o Núcleo Técnico de Operações Urbanas (NTOU) “redesenhou a área portuária não-operacional com o objetivo de abrigar um complexo de turismo, cultura e lazer, de escala metropolitana, a ser executado pela iniciativa pública e com uso cedido a particulares, nos termos da lei” (PORTO in BRANDÃO, 2012, 110).

O Projeto Porto Novo Recife foi desenvolvido em duas partes. Primeiro foi realizado um *master plan* e depois a proposta foi aprofundada, “tanto na escala edilícia, quanto urbana, com projeto arquitetônico executivo para o setor de intervenção do Bairro do Recife”. O objetivo do NTOU foi estabelecer diretrizes de desenho urbano, ressaltando a oferta qualitativa de espaços públicos para “propiciar uma vivência democrática e permanente da cidade”, e desenvolver uma intervenção sobre a paisagem, considerando o contexto pré-existente (PORTO in BRANDÃO, 2012, 110 e 116).

Entretanto, o que está proposto no Projeto Porto Novo Recife é uma transformação ainda mais incisiva sobre o Bairro do Recife que nem mesmo considerou os armazéns como objetos de preservação, como ocorrera no Projeto Recife/Olinda. Nota-se a partir da análise dos planos e projetos desenvolvidos para o Bairro do Recife um retorno ao tombamento de bens individuais que culmina com a proteção apenas do armazém 14 e do edifício Pescado Silveira no Projeto Porto Novo Recife.



No Projeto Recife/Olinda e no Projeto Porto Novo Recife as propostas apresentadas são de destruição de uma parte significativa de um bem que foi fundamental para o surgimento e a formação da cidade: o porto. Como não se bastasse isso, também foi proposta a inserção de edificações que contrastam completamente com o preexistente. Através das substituições não fundamentadas e do acúmulo de operações sucessivas, correndo-se o risco de alterar irremediavelmente a composição e o equilíbrio do conjunto. Em que medida isso modificou a atribuição de valor ao Bairro do Recife, será abordado detalhadamente no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3.

**DIMENSÕES DO VALOR IDENTIFICADAS NO
BAIRRO DO RECIFE**



Neste capítulo, serão apresentados os atributos a partir das dimensões naturais, construídas, funcionais e visuais que foram identificados no Plano de Revitalização do Bairro do Recife (1992) e no Projeto Porto Novo Recife (2010).

É por meio desses atributos que, posteriormente, serão identificados e interpretados os valores atribuídos ao Bairro do Recife. Essa é uma etapa fundamental, pois irá permitir a comparação dos valores conferidos ao Bairro do Recife nos dois documentos, de modo a verificar se os valores estão permanecendo ou não.

3.1. Dimensão natural



Figura 34. O Bairro do Recife e seus atributos naturais.

Fonte: O porto e a cidade. Disponível em: <www.portodorecife.pe.gov.br>. Acessado em: 04 de junho de 2014.

A ilha (antigo istmo), os arrecifes, o oceano Atlântico, a confluência dos rios Capibaribe e Beberibe e a bacia do Pina, que se forma a partir do encontro dos rios Pina, Tejipió e Jordão são os atributos da dimensão natural que foram identificados no Plano de Revitalização do Bairro do Recife:



O Bairro ocupa toda a ilha do Recife. É uma área plana, limitada a leste pelo oceano Atlântico, a oeste pela confluência dos rios Capibaribe e Beberibe. A sua fachada atlântica é protegida dos movimentos do mar por uma linha de arrecifes naturais, que permitiu a formação de seu porto.

A faixa d'água, formada pela ilha e pelos arrecifes, estende-se para o sul até se conectar com a grande bacia do Pina, onde deságuam os rios Pina, Tejiú e Jordão, formando, assim, o maior complexo aquático do município.

A ilha do Recife foi parte de uma restinga que tem origem na cidade de Olinda. No início dos anos 60, foi transformada em ilha pela abertura de um canal que ligou a foz dos rios Capibaribe e Beberibe ao Atlântico, para uso do porto (in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 8).

Além desses atributos, também foram identificadas no Plano as árvores implantadas ao longo do sistema viário, os jardins, as praças e o mangue regenerado como atributos naturais (in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 27).

De acordo com o Plano de Revitalização, o Bairro do Recife é “um dos mais valiosos patrimônios ambientais [...] do País”, uma vez que está localizado em “uma situação natural magnífica, por ser uma ilha delimitada simultaneamente pelo mar e pelo rio” (in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 34 e 37). É por esses motivos que a proposta apresentada no Plano de Revitalização é a de que os atributos naturais devem ser alvo de ações de “manutenção e valorização” (in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 21).

O estuário, o mar, o molhe, os rios Capibaribe, Beberibe, Pina e Jordão e as suas bacias são os atributos naturais identificados no Bairro do Recife pelo Projeto Porto Novo Recife:

o estuário formado pelas bacias dos rios Capibaribe, Beberibe, Pina e Jordão nas suas desembocaduras no oceano Atlântico, que formam um braço de mar protegido das ondas pelo molhe (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 112).

Segundo o Projeto Porto Novo Recife, as intervenções deveriam considerar esses atributos como “o contexto pré-existente”. Isto é, os atributos naturais não poderiam ser alvos ações arbitrárias (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 112).

Os atributos naturais que foram identificados no Plano de Revitalização do Bairro do Recife são bastante semelhantes aos identificados no Projeto Porto Novo Recife: as características geográficas e hidrográficas. Porém, além dessas características, foi possível identificar no Plano a vegetação como atributo.

Em ambos – tanto no Plano de Revitalização quanto no Projeto Porto Novo Recife – a conservação do patrimônio ambiental como um todo é defendida. Embora o Projeto dedique especial atenção ao molhe ao ressaltar que ele



deve ser objeto de projeto específico de requalificação, visto que suas características naturais, aliadas à paisagem urbana e ao seu papel importante quanto às referências culturais e históricas, mostram-se como potenciais atrativos à visitação, cujo aproveitamento é restringido e inibido pela precária infraestrutura existente (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 112).

Por meio da análise do Plano de Revitalização, como também do Projeto Porto Novo Recife, é possível depreender que os atributos naturais do Bairro do Recife possuem valor de existência, pois permaneceram ao longo do tempo.

Além desse valor, é identificado o valor de opção na proposta de “manutenção e valorização” que foi apresentada no Plano (in ZANCHETTI, MARINHO, LACERDA, 1998, p. 21). E na proposta de “considerar o contexto pré-existente” que foi recomendada no Projeto (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 112).

O valor de uso e o valor econômico são identificados, uma vez que, no Plano de Revitalização as características geográficas e hidrográficas proporcionaram o surgimento das atividades portuárias e porque o “porto continuará sendo a principal atividade econômica da ilha do Recife”. Do mesmo modo, são identificados o valor de uso e o valor econômico sob a alegação de que o porto “ainda exerce papel relevante na economia de Pernambuco” (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 43 e 110).

No Projeto o valor histórico e cultural/simbólico é atribuído ao molhe, visto que ele é apresentado como uma importante referência histórica e cultural (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 112).

Da mesma forma que as propostas e os atributos naturais que foram identificados no Plano são semelhantes aos identificados no Projeto, os valores de existência, de uso, de opção e o valor econômico são identificados em ambos. Entretanto, além desses valores, o Projeto atribui o valor histórico e cultural/simbólico apenas ao molhe (ver tabela abaixo).

Tabela 05. Síntese dos atributos e valores da dimensão natural.



PLANO DE REVITALIZAÇÃO DO BAIRRO DO RECIFE

PROJETO PORTO NOVO RECIFE

ENUNCIADOS

VALORES

ENUNCIADOS

VALORES

“O Bairro ocupa toda a ilha do Recife. É uma área plana, limitada a leste pelo oceano Atlântico, a oeste pela confluência dos rios Capibaribe e Beberibe. A sua fachada atlântica é protegida dos movimentos do mar por uma linha de arrecifes naturais, que permitiu a formação de seu porto.

A faixa d’água, formada pela ilha e pelos arrecifes, estende-se para o sul até se conectar com a grande bacia do Pina, onde deságuam os rios Pina, Tejipió e Jordão, formando, assim, o maior complexo aquático do município.

A ilha do Recife foi parte de uma restinga que tem origem na cidade de Olinda. No início dos anos 60, foi transformada em ilha pela abertura de um canal que ligou a foz dos rios Capibaribe e Beberibe ao Atlântico, para uso do porto” (p. 8).

“A natureza no Bairro é representada pelo Atlântico, pelo rio Capibaribe, pelas poucas árvores do sistema viário, pelas praças e pelo mangue regenerado da margem do rio” (p. 27).

“O Bairro do Recife possui um dos mais valiosos patrimônios ambientais [...] do País” (p. 34)

“Em termos ambientais, o Bairro do Recife apresenta [...] “uma situação natural magnífica, por ser uma ilha delimitada simultaneamente pelo mar e pelo rio” (p. 37).

Valor de existência;
Valor de uso;
Valor de opção;
Valor econômico.

“o estuário formado pelas bacias dos rios Capibaribe, Beberibe, Pina e Jordão nas suas desembocaduras no oceano Atlântico, que formam um braço de mar protegido das ondas pelo molhe” (p. 112).

“o molhe deve ser objeto de projeto específico de requalificação, visto que suas características naturais, aliadas à paisagem urbana e ao seu papel importante quanto às referências culturais e históricas, mostram-se como potenciais atrativos à visitação, cujo aproveitamento é restringido e inibido pela precária infraestrutura existente” (p. 112).

As intervenções devem ocorrer “em consonância [...] com as particularidades do meio ambiente natural” (p. 112).

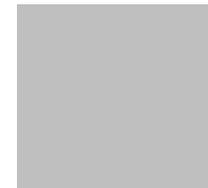
O porto “ainda exerce papel relevante na economia de Pernambuco” (p. 110).

Valor de existência;
Valor de uso;
Valor de opção;
Valor econômico;
Valor histórico;
Valor cultural/simbólico.



O patrimônio ambiental deve ser alvo de ações de “manutenção e valorização” p. 21

O “porto continuará sendo a principal atividade econômica da ilha do Recife” (p. 43).





3.2. Dimensão construída

3.2.1. Dimensão construída identificada no Plano de Revitalização do Bairro do Recife

Padrão de ocupação

Através da análise sobre o Plano de Revitalização do Bairro do Recife (1992) e o Projeto Porto Novo Recife (2010) foram identificados como os atributos que compõem a dimensão construída: os bens individuais, os conjuntos de bens individuais com características comuns, os conjuntos de bens vinculados por estruturas simbólicas e os conjuntos de bens transformados continuamente pelos processos sociais e culturais.

Uma considerável parte do Plano de Revitalização do Bairro do Recife foi dedicada a fornecer informações sobre os atributos construídos, em especial, sobre o padrão de ocupação:

Do sítio deve-se destacar o traçado urbano e suas qualidades tipológicas, morfológicas e iconográficas, que o distinguem do restante da cidade. Estes lhe conferem [...] significado coletivo particular e específico, como “lugar” central do Recife (in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 27).

Segundo o Plano, a paulatina associação entre as ilhas provocou a “formação do tecido urbano em quase toda a planície da cidade, na forma de leque aberto ou com sua configuração rádio-concêntrica em torno do porto” (in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 9). Assim o padrão de ocupação do Bairro do Recife é resultante dessa expansão e da “superposição e justaposição de quatro modelos históricos de traçado urbano”, sendo estes:

O primeiro, remontando à época colonial, é formado por ruas principais paralelas que se desenvolvem no sentido norte-sul, acompanhando a formação geográfica da restinga, e infletem para o oeste na extremidade sul. Estas ruas são cruzadas por outras, secundárias, no sentido leste-oeste.

O segundo, fruto da expansão territorial do Bairro por meio de aterros, na segunda metade do século XIX, também tem uma trama viária ortogonal e regular direcionada pelo eixo norte-sul. É um traçado de engenheiros, concebido para abrigar as atividades de armazenagem para o porto.

O terceiro, produto da modernização cultural do início do século, é de inspiração europeia, baseado no modelo da reforma de Paris empreendida pelo barão Haussmann. Está também calcado em princípios funcionais de ocupação urbana pelo porto. [...] Visou melhorar o desempenho do sistema de transporte entre o porto e o restante da cidade e impor uma monumentalidade ao velho bairro. [...]

O quarto e último, o aterro do Apolo, é a parcela contemporânea dos ganhos territoriais do Bairro sobre o leito do Capibaribe (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 25-26).



No padrão de ocupação é identificado o valor de existência devido à sua permanência. Com o objetivo de conservar o Bairro do Recife, que foi apresentado no Plano de Revitalização, é identificado o valor de opção, uma vez que a conservação permite o uso futuro do bem.

O valor de uso é identificado nas atividades que são desenvolvidas no Bairro do Recife e o valor econômico no potencial de crescimento econômico gerado por essas atividades. Já o valor artístico é identificado na simultaneidade dos modelos de traçado urbano, o valor simbólico, no fato de o bairro ser “o lugar central do Recife” e o valor histórico, porque o bairro é o “mais antigo da cidade” (PLANO... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p.36-37).

Com relação à abordagem que o padrão de ocupação deveria receber, existe no Plano (in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 40) a proposta de uma “especialização parcial” de certas áreas através da “preponderância de certas atividades e usos”. Essa “especialização parcial” dividiu o Bairro do Recife em três grandes setores: o Setor de Revitalização, o Setor de Renovação e o Setor de Consolidação.

Setor de Revitalização

O Setor de Revitalização corresponde ao conjunto eclético, que foi considerado pelo Plano como o patrimônio mais importante do Bairro do Recife, e ao Forte do Brum (ver figuras abaixo) (PLANO... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 30).



Figura 35. Conjunto eclético, 2014.

Fonte: O porto e a cidade. Disponível em: <www.portodorecife.pe.gov.br>. Acessado em: 04 de junho de 2014.



Figura 36. Forte do Brum.

Fonte: Acervo da Diretoria de Assuntos Culturais do Exército Brasileiro, 2006.

Esse Setor é resultante das alterações no tecido urbano que foram realizadas em função das obras de melhoramento do porto e que inseriram “um novo padrão de ocupação e uma nova ordem estética, influenciados pela concepção francesa que dominava o pensamento nacional” (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 11).

A proposta para esse Setor é a de “melhorar as condições de uso e a qualidade ambiental da área, utilizando a estrutura urbana, as edificações existentes e realçando as qualidades da paisagem urbana” através

da restauração e da recomposição, dentro de parâmetros contemporâneos de uso, capazes de oferecer retorno econômico aos investimentos aplicados e conforto aos usuários (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 30 e 42).

Os usos previstos para esse Setor são os serviços modernos, como “os financeiros e gerencialmente administrativos, com especial ênfase nas sedes de corporações, serviços culturais, serviços de lazer e diversão, e serviços turísticos”, bem como o comércio varejista e a habitação (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 41-42).

No Setor de Revitalização, é identificado o valor de existência, pelo fato de diversas gerações atribuírem valor ao conjunto eclético e ao Forte do Brum o que decorreu na sua conservação. Através da proposta de restaurar ou de recompor os bens que se encontram nesse Setor, é identificado o valor de opção, porque essas intervenções permitem o prolongamento da vida útil do bem.



É por intermédio da proposta de manutenção dos usos existentes e da inserção de novos usos, como “serviços modernos, o comércio varejista e a habitação” que o valor de uso é identificado. E na previsão do crescimento econômico motivado pela inclusão de novos usos, que foi apresentada no Plano, que se identifica o valor econômico (in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 42).

O valor artístico é identificado, porque, de acordo com o Plano, “O seu traçado atual mantém o sistema linear estruturado a partir do século XVI, com a sobreposição na parte sul do desenho do início deste século. O Bairro do século XIX absorveu o novo traçado da reforma de 1910/13, formando uma configuração espacial – traçado urbano e arquitetônico – harmônica” (in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 12).

Em virtude do Bairro do Recife ser apresentado no Plano como “a mais antiga porção da cidade” que é possível identificar o valor histórico (in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 8). Já o valor cultural/simbólico é identificado por meio das qualidades tipológicas, morfológicas e iconográficas do Bairro do Recife, pois essas qualidades lhe conferem um “significado coletivo particular e específico, como ‘lugar’ central do Recife” (PLANO de... ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 27).

Setor de Renovação

O Setor de Renovação é atualmente ocupado por galpões e para ele há a “disponibilidade de transformação do seu ambiente urbano, através da criação de uma nova situação, tanto no que se refere aos usos quanto ao padrão de ocupação [...] é uma proposta de compromisso entre a tradição e a mudança” (ver figuras abaixo) (PLANO... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 39).



Figura 37. Fachada esquemática da Quadra 105.

Fonte: Acervo da 5ª SR/IPHAN, desenhos de Ana Carolina Puttini in IPHAN, 2007, p. 73.



Figura 38. Fachada esquemática da Quadra 65.

Fonte: Acervo da 5ª SR/IPHAN, desenhos de Ana Carolina Puttini in IPHAN, 2007, p. 73.

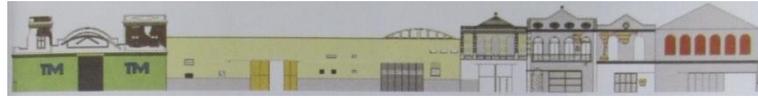


Figura 39. Fachada esquemática da Quadra 35.

Fonte: Acervo da 5ª SR/IPHAN, desenhos de Ana Carolina Puttini in IPHAN, 2007, p. 73.



Figura 40. Fachada esquemática da Quadra 15.

Fonte: Acervo da 5ª SR/IPHAN, desenhos de Ana Carolina Puttini in IPHAN, 2007, p. 73.

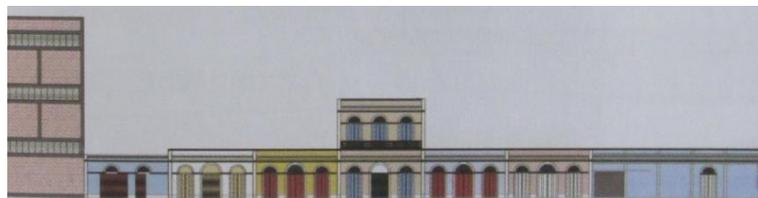


Figura 41. Fachada esquemática da Quadra 110.

Fonte: Acervo da 5ª SR/IPHAN, desenhos de Ana Carolina Puttini in IPHAN, 2007, p. 73.



Figura 42. Fachada esquemática da Quadra 90.

Fonte: Acervo da 5ª SR/IPHAN, desenhos de Ana Carolina Puttini in IPHAN, 2007, p. 73.

De acordo com o Plano de Revitalização, a habitação, no Setor de Renovação, deve assumir um “papel importante na definição do uso do solo, através da implantação de blocos de uso misto, de alta densidade, onde a habitação conviverá com os serviços e o comércio” (in ZANCHE TI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 42).

Propõe-se, também, a ocupação da faixa de terra que margeia o rio Capibaribe com edifícios de grande porte similares aos do Setor de Consolidação e a incorporação nas novas edificações das fachadas ou outros elementos dos edifícios considerados de valor (PLANO... in ZANCHE TI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 39-40).

A figura abaixo mostra a margem à esquerda da ponte, na qual se propõe a construção de edifícios de grande porte semelhantes aos que se encontram na margem à direita da ponte.



Figura 43. Porto, à esquerda, e aterro do Cais Apolo, à direita, 2014.

Fonte: Copa 2014. Disponível em: <www.copa2014.gov.br>. Acessado em: 04 de junho de 2014.

No Setor de Renovação, a proposta é a de que o potencial construtivo seja elevado, porém satisfazendo as seguintes condições:

I - manter escala de referência de, no máximo 12 metros de altura;

II - manter o alinhamento das edificações pelos limites entre o terreno e o logradouro;

III - observar as relações entre cheios e vazios da composição dos elementos das fachadas, de forma a garantir condições favoráveis de incorporação de elementos preserváveis, das referências de ritmo e de diversidade tipológica que caracterizam o Bairro (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 40).

Apenas o prédio mais antigo da indústria Pilar, no Setor de Renovação, recebeu a proposta de preservação “devido à sua excepcional arquitetura e ao fato de ser testemunha da atividade industrial que desde o século XIX ocupa a área” (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 42).

Na Indústria Pilar é possível identificar o valor de existência no fato dela ter permanecido, o valor de opção na proposta de preservá-la, o valor de uso na proposta de inserção de um novo uso, o valor histórico, porque ela é um “testemunho da atividade industrial que desde o século XIX ocupa a área” e o valor artístico “devido à sua excepcional arquitetura” (ver figura abaixo) (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 42).



Figura 44. Fábrica do Pilar em 1950.

Fonte: Linha do tempo. Disponível em: <www.pilar.ind.br>. Acessado em: 04 de junho de 2014.

A transformação urbana do Setor de Renovação é defendida, desde que sejam observados os elementos compositivos da paisagem (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 40). Sendo então esse Setor considerado como o entorno dos bens que se encontram dentro da sua poligonal, como também do Setor de Revitalização e do Setor de Consolidação.

São identificados no Setor de Renovação o valor de uso e o valor econômico, uma vez que as propostas são de torná-lo homogêneo, ora dando continuidade à verticalização na margem fluvial, ora permitindo o aumento do gabarito até 12 metros, desde que as novas edificações incorporem elementos compositivos dos edifícios considerados de valor.

Não é identificado o valor de existência, de opção, histórico, artístico ou cultural/simbólico no Setor de Renovação como um todo, visto que a proposta é a de transformação. Apenas o valor de uso e o valor econômico são identificados, porque o objetivo é aumentar o potencial construtivo para atrair investidores imobiliários e assim diversificar os usos nesse Setor.

Setor de Consolidação

O Setor de Consolidação corresponde à parte operacional do porto e ao aterro do Cais do Apolo, com suas quadras, lotes e edifícios de arquitetura moderna da década de 1970 (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 42).



Figura 45. Setor de Consolidação, 2014.

Fonte: O porto e a cidade. Disponível em: <www.portodorecife.pe.gov.br>. Acessado em: 04 de junho de 2014.

O Plano foi elaborado na perspectiva da “clara distinção entre o que é área pública urbana e área portuária, de modo a permitir o desenvolvimento do Plano no tempo”. Pois “Assume-se que o porto do Recife, mesmo agindo complementarmente ao porto de SUAPE, terá um papel fundamental na economia pernambucana e regional” (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 35).

A proposta para o Setor de Consolidação é manter o “modelo de ocupação adotado no presente, ou seja, o da grande edificação, isolada no lote” e a inserção do comércio varejista, dos serviços tradicionais e da habitação, bem como a manutenção do uso institucional e dos remanescentes do comércio atacadista e da indústria (PLANO de... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 42).

No Setor de Consolidação, são identificados o valor de existência, na permanência da área operacional do porto e do aterro Cais do Apolo ao longo do tempo, o valor de opção através da proposta de manutenção do padrão de ocupação desse Setor, o valor de uso e o valor econômico, porque o porto é apresentado como a principal atividade desenvolvida no Bairro do Recife em termos de área ocupada e de potencial econômico (in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 34 e 42).

De acordo com o Plano, “O porto foi o berço e o coração da cidade do Recife por quatro séculos”. É em virtude disso que são identificados o valor histórico e o valor cultural/simbólico (in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 35).



Centro de animação cultural, lazer e comércio do Polo do Bom Jesus

Além do padrão de ocupação e dos setores, são identificados como atributos construídos as ruas do Bom Jesus, Domingos José Martins, Guia e Apolo e a praça do Arsenal da Marinha que em conjunto deveriam receber “um tratamento arquitetônico e paisagístico único”, de modo a criar o Centro de animação cultural, lazer e comércio do Polo do Bom Jesus (PLANO... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 46-48).



Figura 46. Setor de Consolidação, 2014.

De acordo com o Plano,

este projeto visa criar um espaço de concentração de atividades de animação na rua do Bom Jesus. As edificações desta rua serão tratadas de modo a se ter um conjunto articulado de espaços fechados e abertos capazes de abrigar uma miríade de serviços de lazer, diversão e comércio varejista moderno, a exemplo de um “shopping center” (PLANO... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 45-46).

Segundo o Plano de Revitalização, a proposta desse Centro é fundamental para a revitalização do Bairro, por nele estarem abrigadas atividades como “cinemas, teatros, galerias, oficinas de arte, lojas de móveis e objetos de ‘design’, antiquários, livrarias, lojas de discos e outros”. Garantindo, dessa forma, um fluxo permanente no Bairro de moradores, de visitantes e de turistas, “à semelhança do que ocorre nos bairros de animação cultural de Nova Orleans, Boston, Buenos Aires e Amsterdã” (in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 45-46).



Na proposta de revitalização do quarteirão da rua do Bom Jesus, é identificado o valor de existência na sua permanência, o valor de uso por ele abrigar diversas atividades, o valor de opção através da proposta de revitalização que visa prolongar a existência do bem.

O valor histórico e o artístico são identificados, porque no início do século XX

Uma rica variedade de fachadas enriqueceu o Bairro do Recife, causando, então, o amesquinamento dos sobrados coloniais restantes. Estes, por sua vez, foram “vestidos” com fachadas-ecléticas, na tentativa de se harmonizar o conjunto. Deste modo, foram reformados os prédios da antiga rua do Bom Jesus e de quase todas as outras ruas (in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 11 e 40).

O valor cultural/simbólico é identificado uma vez que a rua do Bom Jesus é considerada um dos “marcos importantes do patrimônio cultural e ambiental do Bairro”. E, por último, o valor econômico é identificado por conta do potencial de crescimento econômico decorrente da inclusão de novas atividades (PLANO de... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 45-46).

Percurso da Memória

O Percurso da Memória é criado através do realce físico/visual do caminho que ligava o Bairro do Recife a Olinda. O percurso tem a seguinte sequência básica: a igreja do Pilar, a rua de São Jorge, a praça do Arsenal da Marinha, a rua do Bom Jesus, a rua Dona Maria César, a rua Tomazina, a rua Madre de Deus e a Alfândega, sendo esses os atributos construídos identificados nessa proposta (PLANO... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 46).



Figura 47. Igreja do Pilar no início do século XX. Fonte: Iphan PE.



Figura 48. Praça do Arsenal da Marinha, 2014.



Figura 49. Alfândega, 2014.

Na proposta de criar o Percurso da Memória, é identificado o valor de existência no fato dos bens localizados nesse percursos terem sido mantidos, o valor de opção na proposta de conservar esses bens e o artístico na proposta de realçá-los fisicamente e visualmente. O valor histórico, porque esse era o caminho que ligava o Bairro do Recife a Olinda, o valor de uso e o valor econômico são identificados na proposta de fazer os turistas permanecerem mais tempo na cidade e, conseqüentemente, gastarem mais (in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 46).

Shopping Cultural da Alfândega



De acordo com o Plano, “A cidade do Recife carece de um centro cultural e de lazer, capaz de atrair tanto os recifenses como os turistas de passagem pela cidade ou região”. Nesta perspectiva, foi proposta a criação de um shopping cultural no prédio da Alfândega, porque esse imóvel apresenta “grandes áreas cobertas para teatro, cinema, salas de concerto, salas de shows, salas de conferência e debates, livraria, salas para gravação e edição de vídeos e lojas de discos, entre outros” (PLANO... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 47).

O Shopping Cultural da Alfândega foi proposto para ser um empreendimento-âncora no processo de revitalização do Bairro, “um espaço para eventos significativos, podendo representar uma das principais atrações turísticas da cidade do Recife. Um único local abrigará um moderno centro de lazer cultural para atrair, diariamente, um grande número de pessoas ao centro histórico” (PLANO... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 47).

Os valores que foram atribuídos à Alfândega são o valor de existência, de uso, de opção, histórico, artístico, cultural/simbólico e econômico, já que a proposta é a de adaptar a edificação para que acomode um shopping cultural.

Terminal Marítimo de Passageiros, apartamentos em armazéns e aquário

A proposta de criação de um terminal marítimo para a atracagem e recepção de navios de passageiros através da transformação do Armazém 11 é também identificada no Plano. Esse terminal, segundo o Plano, estaria conectado ao Quarteirão de Animação por meio de uma passarela e se integraria de “forma harmoniosa com a paisagem urbana local” (PLANO... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 46).

O objetivo do Terminal Marítimo de Passageiros é que ele venha a funcionar como “uma porta de chegada marítima dos turistas que visitam a cidade e a região”. Além do terminal propriamente dito, haverá uma estrutura de apoio, como

alfândega, agências de viagens, “free shopping”, postos de serviço de turismo, posto telefônico, correios, livraria e jornaleiro, tabacaria, loja de lembranças, lanchonete, locadora de automóveis, ponto de táxis, estacionamento de ônibus turístico e demais atividades de apoio ao turista (PLANO... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 46).

O Plano de Revitalização identificou que no Bairro do Recife, existe um grande número de armazéns do século passado e que “A revalorização destes imóveis tem sido realizada, normalmente, para atividades de uso coletivo, como mercados, salas de espetáculos e escolas, por



exemplo, mas também existem bons exemplos de conversão para o uso residencial” (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 47).

Para estimular o uso residencial no Bairro do Recife, o Plano propôs a transformação de dois armazéns em conjunto de apartamentos de pequeno e médio porte como “uma experiência mercadológica que visa a demonstrar, para o mercado imobiliário, a viabilidade de conversão de antigas estruturas em unidades vendáveis no mercado” (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 47).

Os valores identificados no Plano para os armazéns, inclusos no Setor de Revitalização, são de existência, de uso, de opção e econômico, já que a proposta é “a restauração e recomposição” para adaptá-los aos novos usos. Como também o valor histórico e cultural/simbólico, uma vez que os armazéns são integrantes do porto que, como foi mencionado anteriormente, “foi o berço e o coração da cidade” (PLANO de... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 34 e 42).

A inserção do valor de uso e do valor econômico é proposta no Plano, no Setor de Renovação, através da construção do Centro Múltiplo do Pilar para abrigar atividades de apoio às atividades desenvolvidas no porto e, no Setor de Consolidação, com a construção de um aquário com biblioteca especializada, auditório, sala de exposição e bar/lanchonete para “criar um espaço que estimule o lazer contemplativo e a curiosidade com relação à fauna e flora aquática regional” (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 47).

3.2.2. Dimensão construída identificada no Projeto Porto Novo Recife

A história do Porto do Recife está ligada ao surgimento e ao desenvolvimento da cidade, do estado de Pernambuco e do Brasil, a partir do Século XVI:

Com a ocupação holandesa, no Século XVII, o Porto e a cidade ganharam expressão e importância, que se consolidaram nos séculos seguintes, durante os quais o Porto manteve sua operacionalidade no atendimento ao transporte de cargas em geral, principalmente exportação de matérias-primas e importação de manufaturas (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 105).

Ainda de acordo com o Projeto, o Porto passou por diversas reformas e ampliações, ao longo do tempo, “como a que foi concluída no começo dos anos 1920, e conferiu ao Bairro do Recife os aspectos urbanísticos que, em linhas gerais, permanecem até hoje”. De modo que a configuração



atual do Porto, resultante dessas reformas, “corresponde à face leste da Ilha do Bairro do Recife e do Cais de Santa Rita, no Bairro de São José, e ao molhe de proteção construído sobre uma barreira original de arrecifes.” (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 105).

O porto foi abordado, anteriormente, no Setor de Consolidação e no Setor de Revitalização, mas também fazem parte do conjunto portuário os armazéns 15, 16, 17 e 18 (construídos entre 1929 e 1938) que não foram incluídos no Plano de Revitalização por não estarem localizados no Bairro do Recife.

Apesar de ressaltar a importância do porto até mesmo em nível nacional e de atuar sobre toda a sua área não operacional, que ultrapassa os limites da Ilha do Recife ao se estender até o Cais de Santa Rita, no Bairro de São José, no Projeto Porto Novo Recife, são identificados apenas alguns bens como os atributos construídos, sendo estes: o edifício Pescado Silveira, os trilhos do antigo trem, a ponte 12 de setembro, a praça do Marco Zero, o molhe e o armazém 14, dado que as propostas para os demais armazéns são de reciclagem.

O edifício Pescado Silveira e os armazéns 14 e 15

De acordo com o Projeto, o edifício Pescado Silveira e os armazéns 14 e 15 demandam uma abordagem especial:

Considera-se que o edifício do Pescado, da mesma maneira que o armazém 14, apresenta características bem definidas de um pensamento arquitetônico típico de uma determinada época. Merece, portanto, ser valorizado devendo ser referencial para as novas intervenções propostas no seu entorno. Sendo assim, as novas ocupações devem ser balizadas pelas suas características, abrindo-se mão da conservação do armazém 15 - que sendo uma repetição do mesmo modelo dos anteriores, não acarretaria em perda da memória do seu padrão arquitetônico (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 119).

Enquanto os demais armazéns apresentam características semelhantes, pois são “construídos com estrutura pré-fabricada mista de concreto aparente e metal, fechamento em alvenaria simples e cobertura montada sobre treliças metálicas”, as fachadas do armazém 14 estão decoradas “com motivos ecléticos, típicos de finais do século XIX e início do século XX” (ver figura abaixo) (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 113).



Figura 50. Armazém 14 (esquerda) e armazém 13 (direita) antes da intervenção.
Fonte: Porto in Brandão, 2012, p. 114.

O Armazém 14 deve abrigar usos de lazer e cultura, visto que a edificação já funciona como um teatro. E são propostas para ele a manutenção e a restauração:

A intervenção, por sua vez, considera as condições de conservação dos seus elementos de arquitetura eclética e propõe o restauro do envelope do edifício, sem a descaracterização das fachadas e da sua volumetria original. Também se considera necessária a manutenção do pé direito único na entrada principal do equipamento, para garantir a leitura espacial do galpão (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 129-130).

A partir dessas considerações e propostas, são identificados os valores de existência, uso, opção, histórico, artístico, cultural/simbólico e econômico no armazém 14 (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 103-138).

Por ter sido originalmente concebido pela equipe do arquiteto modernista Luís Nunes, na década de 30 do século XX, o edifício do Pescado Silveira, que se localiza no Bairro de São José, demanda uma atenção especial, sendo alvo de ações de “manutenção e restauração”. Isso se deve ao fato de esse edifício apresentar características do repertório do modernismo brasileiro da primeira geração:

com estrutura independente em concreto armado, o uso de panos de cobogós e lajes planas. Dado o estado de abandono, seguido pela ocupação informal, muitos desses elementos encontram-se hoje descaracterizados ou deteriorados (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 113).

Portanto, no edifício Pescado Silveira são identificados valores de existência, de uso, de opção, histórico, artístico e econômico (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 103-128).



O que está proposto no Projeto para o armazém 15 é a sua substituição por um conjunto de edifícios para abrigar um hotel, considerando-se a relevância de se manter a permeabilidade visual e física no pavimento térreo.

A distribuição do programa do hotel é a seguinte: “na barra horizontal, administração e apoio do hotel e da marina e o estacionamento; no terraço (cobertura da barra horizontal), a área de lazer do hotel (piscina, bar, restaurante etc.); nas torres, os apartamentos do hotel” (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 122).

De acordo com o Projeto, “A concessão a um empreendimento de tal envergadura, inclusive com a necessidade de demolição do armazém 15, traria como contrapartida o benefício de garantir a revitalização do edifício do Pescado Silveira e elevá-lo à condição de patrimônio preservado” (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 119).

Os demais armazéns

Para os armazéns 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17 e 18, a proposta é a “inserção de novos elementos em estruturas pré-existentes com manutenção da leitura de ‘galpão’, mas com possibilidade de alterações volumétricas e das fachadas” (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 118).

Nos armazéns que estão localizados no Bairro do Recife,

as intervenções devem transformar os armazéns em edifícios com até dois pisos úteis e arranjos flexíveis que comportem variações, como inserção de mezaninos ou espaços com pés-direitos duplos. Considera-se a possibilidade de substituição dos fechamentos em alvenaria e avanços volumétricos para além da linha da fachada, como balcões em balanço ou decks avarandados, contanto que seja mantida a estrutura original. A leitura de galpão é garantida externamente com a permanência da volumetria geral do edifício e internamente com a manutenção do pé direito único nas suas extremidades, funcionando como grandes entradas dos equipamentos e permitindo a leitura espacial original dos armazéns (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 126).

No térreo desses armazéns devem funcionar bares, restaurantes, lojas e equipamentos de lazer em geral. E, nos mezaninos e pavimentos superiores, escritórios (ver figura abaixo) (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 126).

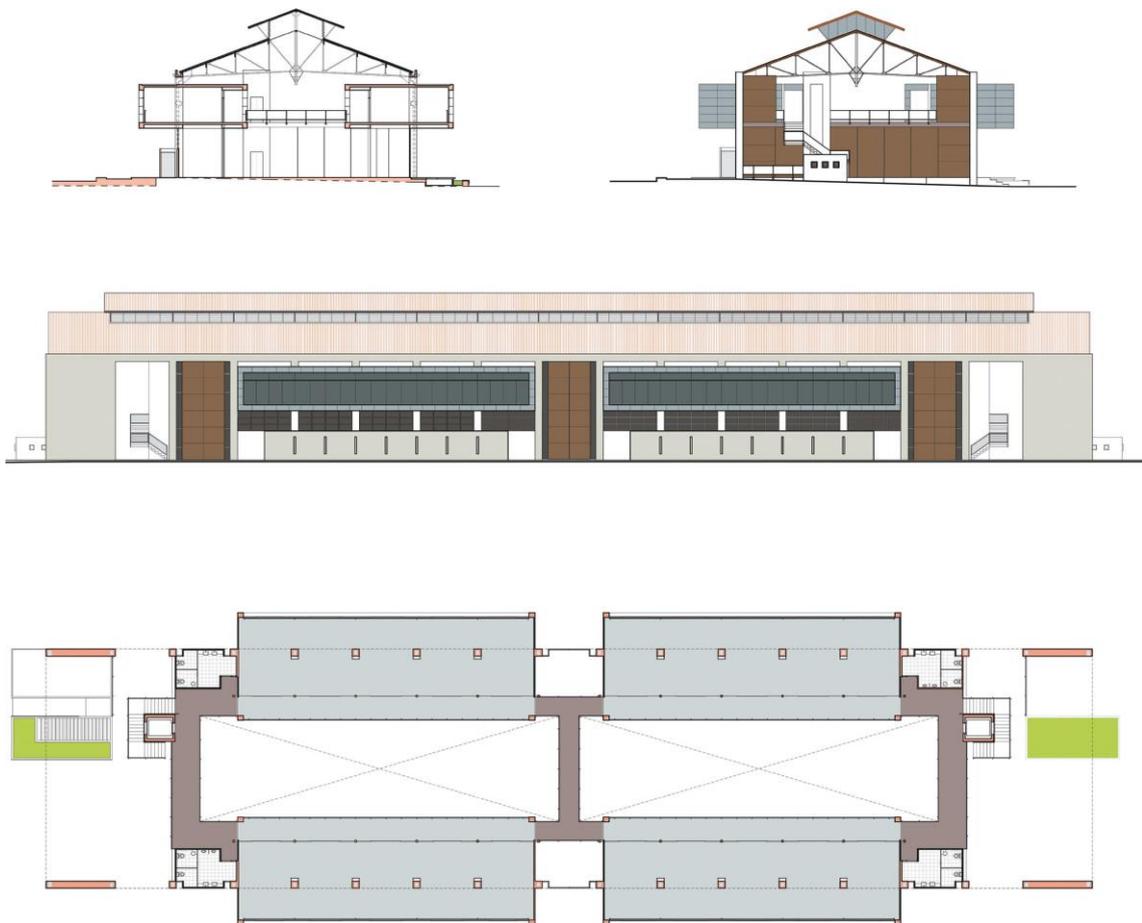


Figura 51. Proposta de “reciclagem” para os armazéns, com exceção do armazém 14.
Fonte: Porto in Brandão, 2012, p. 131.

O conjunto formado pelos armazéns 16, 17 e 18, que estão localizados no Bairro de São José, recebeu a proposta de serem transformados em um Centro de Convenções, “em decorrência da sua localização mais distante do cais e da proximidade imediata ao complexo do hotel-marina”. Mas não apenas isso:

O programa distribui-se da seguinte maneira: térreo - lojas, área livre, apoio/serviços do centro de convenções e estacionamento; e pavimentos superiores - centro de convenções. Está prevista, ainda, a inserção de uma passarela de pedestres sobre a Av. Sul conectando o conjunto deste centro de convenções ao complexo do hotel, de modo que os dois programas funcionem em complementariedade (ver figuras abaixo) (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 122 e 126).

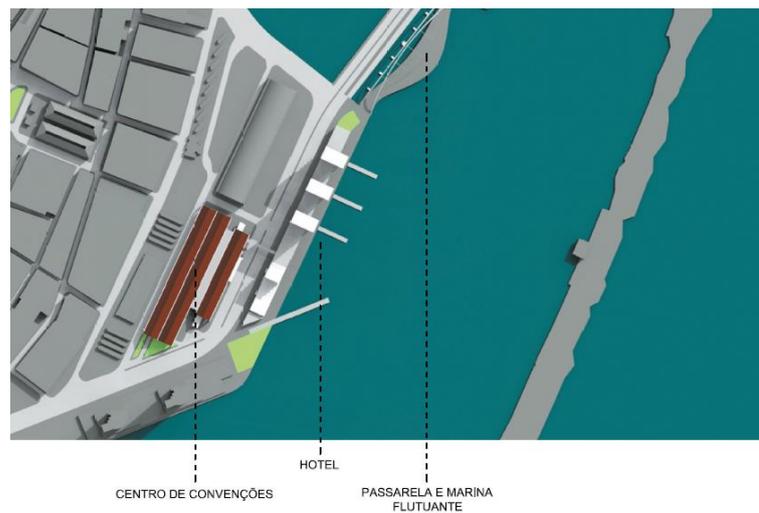


Figura 52. Planta do centro de convenções, hotel, passarela e marina.
Fonte: Porto in Brandão, 2012, p. 123.

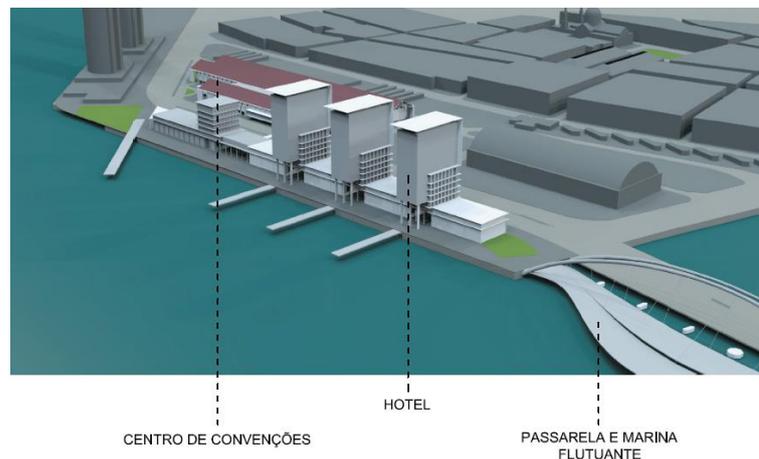


Figura 53. Vista do centro de convenções, hotel, passarela e marina.
Fonte: Porto in Brandão, 2012, p. 125.

O que está proposto para os armazéns, com exceção do armazém 14, é a “reciclagem”, que nada mais é do que uma destruição gradativa, que se esconde por detrás dos tapumes para a construção de um edifício completamente diferente, em termos de implantação, forma e gabarito, como pode ser depreendido através das figuras abaixo que mostram o armazém 12 antes da “reciclagem”, a proposta para esse armazém e o seu processo de “reciclagem” (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 118).



A inserção do valor de uso e do valor econômico pode ser identificada no Projeto Porto Novo Recife através da proposta de “reciclagem” dos armazéns para a inserção de equipamentos hoteleiros, de um centro de convenções, de uma marina flutuante e de uma passarela.

Trilhos do antigo trem, ponte 12 de Setembro, praça do Marco Zero e Parque das Esculturas

Nos trilhos do antigo trem de transporte de cargas do porto, são identificados os valores de existência, uso, opção, histórico e econômico por ele ser objeto de conservação “em nome de eventuais necessidades de acesso de trens de carga à área operacional do Porto ao Norte do Bairro do Recife, além de se tratar de uma das mais antigas linhas ferroviárias implantadas no Brasil” (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 113).

Na ponte 12 de Setembro, que faz a conexão entre os bairros do Recife e São José por sobre o estuário Sul do rio Capibaribe, são identificados os valores de existência, de uso, opção, de antiguidade e econômico por ela estar situada “ao lado das ruínas do embasamento da antiga ponte giratória. Tal ponte permitia, até meados do século XX, a entrada de embarcações, por via fluvial, até o Cais da Alfândega, este já voltado para o continente” (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 113).

Na praça do Marco Zero, são identificados os valores de existência, uso, opção, histórico, artístico, cultural/simbólico e econômico por ela estar dentro do perímetro de tombamento do IPHAN e por ter seu piso trabalhado por Cícero Dias.

E, por último, no molhe, são identificados os valores de existência, uso, opção, artístico, cultural/simbólico e econômico por nele estar o Parque das Esculturas de autoria de Francisco Brennand.

Enquanto o Plano de Revitalização propôs a inserção de diversos usos, incluindo o habitacional, bem como o restauro e a recomposição para a parte não operacional do Porto. O Projeto Porto Novo Recife propôs a demolição dos armazéns para a inserção de usos, exclusivamente, voltados para o turismo e lazer, com a inclusão de equipamentos hoteleiros, de um centro de convenções, de uma marina flutuante e de uma passarela (ver tabela abaixo).

Tabela 06. Síntese dos atributos e valores da dimensão construída.



PLANO DE REVITALIZAÇÃO DO BAIRRO DO RECIFE

PROJETO PORTO NOVO RECIFE

ENUNCIADOS

VALORES

ENUNCIADOS

VALORES

PADRÃO DE OCUPAÇÃO

“Do sítio deve-se destacar o traçado urbano e suas qualidades tipológicas, morfológicas e iconográficas, que o distinguem do restante da cidade. Estes lhe conferem [...] significado coletivo particular e específico, como ‘lugar’ central do Recife” (p. 27).

“A associação das ilhas paulatinamente povoadas provocou a formação do tecido urbano em quase toda a planície da cidade, na forma de leque aberto ou com sua configuração rádio-concêntrica em torno do porto.” (p. 9)

“A ilha do Recife é inteiramente urbanizada. O padrão de ocupação urbana da ilha é o resultado da superposição e justaposição de quatro modelos históricos de traçado urbano.” (p. 25)

“O primeiro, remontando à época colonial, é formado por ruas principais paralelas que se desenvolvem no sentido norte-sul, acompanhando a formação geográfica da restinga, e inlfetem para o oeste na extremidade sul. Esta ruas são cruzadas por outras, secundárias, no sentido leste-oeste.

O segundo, fruto da expansão territorial do Bairro por meio de aterros, na segunda metade do século XIX, também tem uma trama viária ortogonal e regular direcionada pelo eixo norte-sul. É um traçado de engenheiros, concebido para abrigar as

PADRÃO DE OCUPAÇÃO

Valor de existência;
Valor de uso;
Valor de opção;
Valor artístico;
Valor histórico;
Valor cultural/simbólico;
Valor econômico.

SETOR DE REVITALIZAÇÃO

Valor de existência;
Valor de uso;
Valor de opção;
Valor artístico;
Valor histórico;
Valor cultural/simbólico

O EDIFÍCIO PESCADO SILVEIRA E OS ARMAZÉNS 14 E 15

“Considera-se que o edifício do Pescado, da mesma maneira que o armazém 14, apresenta características bem definidas de um pensamento arquitetônico típico de uma determinada época. Merece, portanto, ser valorizado devendo ser referencial para as novas intervenções propostas no seu entorno. Sendo assim, as novas ocupações devem ser balizadas pelas suas características, abrindo-se mão da conservação do armazém 15 - que sendo uma repetição do mesmo modelo dos anteriores, não acarretaria em perda da memória do seu padrão arquitetônico” (p. 119).

“O Pescado Silveira e o armazém 14 são exceções também com relação aos aspectos arquitetônicos. Enquanto que todos os demais apresentam características tectônicas semelhantes (construídos com estrutura pré-fabricada mista de concreto aparente e metal, fechamento em alvenaria simples e cobertura montada sobre treliças metálicas), o armazém 14 apresenta todas as fachadas decoradas com motivos ecléticos, típicos de finais do século XIX e início do século XX” (p. 113).

“A intervenção, por sua vez, considera as condições de conservação dos seus elementos de arquitetura eclética e propõe o restauro do envelope do edifício, sem a descaracterização das fachadas e da sua volumetria original. Também se considera necessária a manutenção do pé direito

ARMAZÉM 14

Valor de existência;
Valor de uso;
Valor de opção;
Valor artístico;
Valor histórico;
Valor cultural/simbólico;
Valor econômico.

PESCADO SILVEIRA

Valor de existência;
Valor de uso;
Valor de opção;
Valor artístico;
Valor histórico;
Valor econômico.

DEMAIS ARMAZÉNS



atividades de armazenagem para o porto.

O terceiro, produto da modernização cultural do início do século, é de inspiração europeia, baseado no modelo da reforma de Paris empreendida pelo barão Haussmann. Está também calcado em princípios funcionais de ocupação urbana pelo porto. [...] Visou melhorar o desempenho do sistema de transporte entre o porto e o restante da cidade e impor uma monumentalidade ao velho bairro. [...]

O quarto e último, o aterro do Apolo, é a parcela contemporânea dos ganhos territoriais do Bairro sobre o leito do Capibaribe” (p. 25-26).

“Bairro mais antigo da cidade” (p. 33).

“O Bairro do Recife é um dos mais significativos conjuntos arquitetônicos do Nordeste e, sem dúvida, poderá potencializar o turismo nacional e internacional” (p. 36-37).

SETOR DE REVITALIZAÇÃO

“é a área que oferece condições de intervenção para melhorar as condições de uso e a qualidade ambiental da área, utilizando a estrutura urbana, as edificações existentes e realçando as qualidades da paisagem urbana” (p. 30)

“O tratamento do desenho urbano e das edificações nesse setor do Bairro é o da restauração e da recomposição, dentro de parâmetros contemporâneos de uso, capazes de oferecer retorno econômico aos investimentos aplicados e conforto aos usuários” (p. 42).

Os usos previstos para esse Setor são os serviços modernos, como “os financeiros e gerencialmente administrativos, com especial ênfase nas sedes de corporações, serviços culturais, serviços de lazer e diversão, e serviços turísticos”, bem como o

o;
Valor econômico.

SETOR DE RENOVAÇÃO

Inserção de valor de uso e valor econômico.

SETOR DE CONSOLIDAÇÃO

Valor de existência;
Valor de uso;
Valor de opção;
Valor histórico;
Valor cultural/simbólico;
o;
Valor econômico.

PÓLO DO BOM JESUS

Valor de existência;
Valor de uso;
Valor de opção;
Valor artístico;
Valor histórico;
Valor cultural/simbólico;
o;

único na entrada principal do equipamento, para garantir a leitura espacial do galpão” (p. 129-130).

“Já o edifício do Pescado Silveira é um exemplar que demanda especial atenção por ter sido originalmente concebido pela equipe do arquiteto modernista Luís Nunes na década de 30 do século XX. É um edifício que apresenta características típicas do repertório formal do modernismo brasileiro da primeira geração, com estrutura independente em concreto armado, o uso de panos de cobogós e lajes planas. Dado o estado de abandono, seguido pela ocupação informal, muitos desses elementos encontram-se hoje descaracterizados ou deteriorados” (p. 113).

“A distribuição do programa é a seguinte: na barra horizontal, administração e apoio do hotel e da marina e o estacionamento; no terraço (cobertura da barra horizontal), a área de lazer do hotel (piscina, bar, restaurante, etc.); nas torres, os apartamentos do hotel” (p. 122).

“A concessão a um empreendimento de tal envergadura, inclusive com a necessidade de demolição do armazém 15, traria como contrapartida o benefício de garantir a revitalização do edifício do Pescado Silveira e elevá-lo à condição de patrimônio preservado” (PORTO in BRANDÃO, 2012, 119).

OS ARMAZÉNS

“ocupação por inserção de novos elementos em estruturas pré-existentes com manutenção da leitura de “galpão”, mas com possibilidade de alterações volumétricas e das fachadas” (p. 118).

“As propostas para os armazéns [...] enquadram-se no primeiro modelo de ocupação, que mantém a leitura de ‘galpão’, mas introduz outros elementos arquitetônicos para comportar os novos usos. Neste sentido, as intervenções devem transformar

Inserção de valor de uso e valor econômico.

TRILHOS

Valor de existência;
Valor de uso;
Valor de opção;
Valor histórico;
Valor econômico.

PONTE 12 DE SETEMBRO

Valor de existência;
Valor de uso;
Valor de opção;
Valor de antiguidade;
Valor econômico.

PRAÇA DO MARCO ZERO

Valor de existência;
Valor de uso;
Valor de opção;
Valor artístico;
Valor histórico;
Valor



comércio varejista e a habitação (p. 41-42).

“O seu traçado atual mantém o sistema linear estruturado a partir do século XVI, com a sobreposição na parte sul do desenho do início deste século. O Bairro do século XIX absorveu o novo traçado da reforma de 1910/13, formando uma configuração espacial – traçado urbano e arquitetônico – harmônica” (p. 12).

“a mais antiga porção da cidade” que é possível identificar o valor histórico (p. 8).

SETOR DE RENOVAÇÃO

“é a área que oferece disponibilidade de transformação do seu ambiente urbano, através da criação de uma nova situação, tanto no que se refere aos usos quanto ao padrão de ocupação [...] é uma proposta de compromisso entre a tradição e a mudança” (p. 39).

“No setor de renovação, a habitação deve assumir um papel importante na definição do uso do solo, através da implantação de blocos de uso misto, de alta densidade, onde a habitação conviverá com os serviços e o comércio” (p. 42).

Se propõe também “ocupação de uma faixa lindeira ao cais noroeste - rio Capibaribe – do porto, com edificações de grande porte similares às do setor de consolidação” (p. 39).

“Os imóveis que forem considerados de valor arquitetônico ou histórico terão suas fachadas ou outros elementos definidores de volume e ornamentação incorporados às novas edificações” (40).

“Para efeito de ocupação, no setor de renovação deverão ser preservadas as características volumétricas de ocupação relativas às escalas da rua e de pedestres, satisfazendo as seguintes condições:

Valor econômico.

PERCURSO DA MEMÓRIA

Valor de existência;
Valor de uso;
Valor de opção;
Valor artístico;
Valor histórico;
Valor econômico.

INDÚSTRIA DO PILAR

Valor de existência;
Valor de uso;
Valor de opção;
Valor histórico;
Valor econômico.

ARMAZÉNS

Valor de existência;
Valor de uso;
Valor de opção;
Valor artístico;
Valor histórico;
Valor cultural/simbólico;

os armazéns em edifícios com até dois pisos úteis e arranjos flexíveis que comportem variações, como inserção de mezaninos ou espaços com pés-direitos duplos. Considera-se a possibilidade de substituição dos fechamentos em alvenaria e avanços volumétricos para além da linha da fachada, como balcões em balanço ou decks avarandados, contanto que seja mantida a estrutura original. A leitura de galpão é garantida externamente com a permanência da volumetria geral do edifício e internamente com a manutenção do pé direito único nas suas extremidades, funcionando como grandes entradas dos equipamentos e permitindo a leitura espacial original dos armazéns” (p. 126).

“A distribuição do programa se apresenta da seguinte forma: no térreo são propostos bares, restaurantes, lojas e equipamentos de lazer em geral; e nos mezaninos e pavimentos superiores foram colocados escritórios” (p. 126).

“Sendo uma ocupação com grande área construída e estando em uma zona nobre no conjunto, próxima ao ponto previsto para a implantação da marina, entende-se que o complexo edificado sobre o Cais de Santa Rita deve abrigar o programa do hotel-marina” (p. 126).

“A distribuição do programa é a seguinte: térreo - lojas, área livre, apoio/serviços do centro de convenções e estacionamento; e pavimentos superiores - centro de convenções. Está prevista, ainda, a inserção de uma passarela de pedestres sobre a Av. Sul conectando o conjunto deste centro de convenções ao complexo do hotel, de modo que os dois programas funcionem em complementariedade” (p. 122).

TRILHOS DO ANTIGO TREM, PONTE 12 DE SETEMBRO, PRAÇA DO MARCO ZERO E PARQUE DAS ESCULTURAS

“Há o indicativo de que os trilhos devem ser mantidos em nome de eventuais necessidades de acesso de trens de carga à

cultural/simbólico;
Valor econômico.

MOLHE

Valor de existência;
Valor de uso;
Valor de opção;
Valor artístico;
Valor cultural/simbólico;
Valor econômico.

cultural/simbólico.



I - manter escala de referência de, no máximo 12 metros de altura;

II - manter o alinhamento das edificações pelos limites entre o terreno e o logradouro;

III - observar as relações entre cheios e vazios da composição dos elementos das fachadas, de forma a garantir condições favoráveis de incorporação de elementos preserváveis, das referências de ritmo e de diversidade tipológica que caracterizam o Bairro” (p. 40).

“A área da indústria Pilar merece especial atenção. [...] o prédio mais antigo deverá ser preservado, devido à sua excepcional arquitetura e como testemunho da atividade industrial que desde o século XIX ocupa a área” (p. 42).

SETOR DE CONSOLIDAÇÃO

“O Plano foi elaborado na perspectiva da [...] clara distinção entre o que é área pública urbana e área portuária, de modo a permitir o desenvolvimento do Plano no tempo. [...] Assume-se que o porto do Recife, mesmo agindo complementarmente ao porto de SUAPE, terá um papel fundamental na economia pernambucana e regional” (p. 35).

“No setor de consolidação, prevê-se o uso institucional segundo o modelo de ocupação adotado no presente, ou seja, o da grande edificação, isolada no lote” e a inserção do comércio varejista, dos serviços tradicionais e da habitação, bem como a manutenção do uso institucional e dos remanescentes do comércio atacadista e da indústria (p. 42).

“O porto foi o berço e o coração da cidade do Recife por quatro séculos” (p. 35).

Valor econômico.

SHOPPING CULTURAL DA ALFÂNDEGA

Valor de existência;
Valor de uso;
Valor de opção;
Valor artístico;
Valor histórico;
Valor cultural/simbólico;
Valor econômico.

CENTRO MÚLTIPLO DO PILAR

Inserção de valor de uso e valor econômico.

AQUÁRIO

Inserção de valor de uso e valor econômico.

área operacional do Porto ao Norte do Bairro do Recife, além de se tratar de uma das mais antigas linhas ferroviárias implantadas no Brasil” (p. 113).

“O outro elemento de destaque é a ponte 12 de Setembro, que faz a conexão entre os bairros do Recife e São José por sobre o estuário Sul do rio Capibaribe. A atual ponte está situada ao lado das ruínas do embasamento da antiga ponte giratória. Tal ponte permitia, até meados do século XX, a entrada de embarcações, por via fluvial, até o Cais da Alfândega, este já voltado para o continente” (p. 113).

“Outro elemento é a Praça do Marco Zero, que está dentro do perímetro de tombamento do IPHAN, situada entre os armazéns 12 e 11. A praça e o molhe foram objetos de requalificação entre os anos 1999 e 2000. No molhe, foi erguido o Parque das Esculturas, de autoria de Francisco Brennand; já a praça do Marco Zero, ampliada, transformou-se num espaço multiuso, com piso tratado com um trabalho de Cícero Dias” (p. 115).



PÓLO DO BOM JESUS

“Este espaço deve ter um tratamento arquitetônico e paisagístico único, de modo a ser reconhecido como um projeto completo em si mesmo, que preserve a individualidade das edificações históricas” (p. 46).

“Este projeto visa criar um espaço de concentração de atividades de animação na rua do Bom Jesus. As edificações desta rua serão tratadas de modo a se ter um conjunto articulado de espaços fechados e abertos capazes de abrigar uma miríade de serviços de lazer, diversão e comércio varejista moderno, a exemplo de um ‘shopping center’” (p. 45-46).

“Complementar e integradamente aos quarteirões da rua do Bom Jesus, as ruas Domingos José Martins, Guia e Apolo deverão ser revitalizadas para abrigar atividades culturais e de lazer como: cinemas, teatros, galerias, oficinas de arte, lojas de móveis e objetos de ‘design’, antiquários, livrarias, lojas de discos e outros” (p. 46).

“Deve propiciar uma vitalidade noite e dia ao Bairro, à semelhança do que ocorre nos bairros de animação cultural de Nova Orleans, Boston, Buenos Aires e Amsterdã” (p. 45).

“Uma rica variedade de fachadas enriqueceu o Bairro do Recife, causando, então, o amesquinamento dos sobrados coloniais restantes. Estes, por sua vez, foram ‘vestidos’ com fachadas ecléticas, na tentativa de se harmonizar o conjunto. Deste modo, foram reformados os prédios da antiga rua do Bom Jesus e de quase todas as outras ruas” (p. 11).

PERCURSO DA MEMÓRIA

“O percurso cultural constitui-se no realce físico/visual de um caminho por entre o tecido viário do Bairro. Este caminho pretende guiar e orientar o pedestre ao longo de ruas e praças que permitem observar marcos importantes do patrimônio



cultural e ambiental do Bairro. Este Percurso segue caminhos que ligavam o Bairro a Olinda. O percurso tem a seguinte sequência básica: igreja do Pilar, rua de São Jorge, praça do Arsenal da Marinha, rua do Bom Jesus, rua Dona Maria César, rua Tomazina e rua da Madre de Deus, encerrando no prédio da Alfândega” (p. 46).

SHOPPING CULTURAL ALFÂNDEGA

“A cidade do Recife carece de um centro cultural e de lazer, capaz de atrair tanto os recifenses como os turistas de passagem pela cidade ou região [...]

Nesta perspectiva, propõe-se a criação de um Shopping Cultural no prédio da Alfândega. Este imóvel apresenta, no conjunto arquitetônico do Bairro, os requisitos funcionais exigidos para abrigar atividades de produção cultural.

Foi escolhido pelas suas características arquitetônicas e históricas e por apresentar condições propícias aos serviços culturais e de lazer previstos, as quais exigem grandes áreas cobertas para teatro, cinema, salas de concerto, salas de shows, salas de conferência e debates, livraria, salas para gravação e edição de vídeos e lojas de discos, entre outros. Será um espaço para eventos significativos, podendo representar uma das principais atrações turísticas da cidade do Recife.

Um único local abrigará um moderno centro de lazer cultural para atrair, diariamente, um grande número de pessoas ao centro histórico. Deverá ser um empreendimento-âncora no processo de revitalização do Bairro (p. 47).

TERMINAL MARÍTIMO DE PASSAGEIROS

“Este projeto visa a transformação do atual Armazém nº11 do Porto em um terminal marítimo para a atracagem e recepção de navios de passageiros. O terminal estará conectado ao



Quarteirão de Animação por meio de uma passarela.

Trata-se de um equipamento que se integrará e conviverá de forma harmoniosa com a paisagem urbana local. O objetivo é criar uma porta de chegada marítima dos turistas que visitam a cidade e a região. Além do terminal propriamente dito, contará com uma estrutura de apoio, como alfândega, agências de viagens, “free shopping”, postos de serviço de turismo, posto telefônico, correios, livraria e jornaleiro, tabacaria, loja de lembranças, lanchonete, locadora de automóveis, ponto de táxis, estacionamento de ônibus turístico e demais atividades de apoio ao turista” (p. 46).

APARTAMENTOS EM ARMAZÉNS

“O Bairro do Recife possui um grande estoque de galpões, principalmente do século passado, que foram utilizados primeiramente para estiva e, mais recentemente, para depósitos de atacadistas. A revalorização destes imóveis tem sido realizada, normalmente, para atividades de uso coletivo, como mercados, salas de espetáculos e escolas, por exemplo, mas também existem bons exemplos de conversão para o uso residencial.

O imóvel nº 235, da rua do Apolo, e os nº 210, 218 e 224, da rua do Brum, estão sendo indicados para conversão em conjuntos de apartamentos de pequeno e médio porte e num centro de abastecimento e serviços de alimentação.

A transformação de dois desses imóveis em conjunto de apartamentos é de fundamental importância para a estratégia de revitalização do Bairro. Será uma experiência mercadológica que visa a demonstrar, para o mercado imobiliário, a viabilidade de conversão de antigas estruturas em unidades vendáveis no mercado.” (p. 47).

AQUÁRIO

“Pretende-se criar um espaço que estimule o lazer contemplativo



e a curiosidade com relação à fauna e flora aquática regional” (p. 47).

CENTRO MÚLTIPLO DO PILAR

“A proposta de utilização de cinco quadras do Pilar, para um centro de atividades de apoio às atividades do porto, exige uma reconstrução deste espaço. Pretende-se que as quadras sejam reconstruídas por etapas. As atividades de comércio, serviços e habitação a serem instaladas nesta área fornecerão serviços de apoio ao porto e outros negócios.

O projeto de reforma e reconstrução vem na direção de recuperar uma área física e socialmente degradada, visando aumentar a eficiência econômica do espaço físico do Bairro.

O sucesso deste projeto estará na dependência da relocação da Favela do Rato” (P. 47).



3.3. Dimensão funcional

Identifica-se, no Plano de Revitalização do Bairro do Recife e no Projeto Porto Novo Recife, que foi a partir da atividade portuária que a cidade do Recife surgiu e se desenvolveu. Além disso, em ambos, no Plano (1992) e no Projeto (2010), existe a proposta de complementação e diversificação dos usos através da inclusão de atividades, principalmente, voltadas ao turismo, cultura e lazer.

Conforme o Plano, “a economia do Bairro do Recife deve recuperar parte da sua função de economia central da cidade do Recife”. Para que isso ocorra, devem ser instaladas na área novas atividades econômicas, dos setores do comércio varejista e dos serviços de abrangência regional, nacional e internacional (in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 34).

As novas atividades devem conviver de forma integrada, tanto funcionalmente como espacialmente, com atividades já existentes. Do mesmo modo, essas atividades também “devem apresentar uma justaposição temporal de ciclos de funcionamento, permitindo que o espaço público urbano seja utilizado quase completamente durante 24 horas” (PLANO... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 34).

Segundo o Plano, “é necessário inserir a cidade nas vertentes que alimentam o dinamismo das economias modernas e que possam aproveitar o ambiente natural e a cultura social acumulada historicamente pela cidade” (PLANO... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 35).

Para tanto, as atividades que devem ser inseridas no Bairro do Recife são: os serviços modernos, os serviços de cultura e lazer, os serviços turísticos, o comércio varejista moderno e as atividades ligadas à habitação (PLANO... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 35).

Serviços modernos

Os serviços modernos são “constituídos por aquelas atividades que se fundamentam na incorporação da ciência e da tecnologia como base da sua atuação. São os serviços que dependem de conhecimento especializado e de ‘know-how’ de ponta” (PLANO... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 35).



Esses serviços devem ser inseridos no Bairro do Recife, porque “As economias urbanas modernas são, por excelência, economias de serviço. São, também, as atividades de maior dinamismo no conjunto da economia. Este dinamismo se expressa por altas taxas de produto, de geração de empregos e, principalmente, de criação de novas atividades” (PLANO... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 35).

Além disso, o Bairro possui “um atributo que deverá ser reforçado com a implantação do Plano e fundamental no processo de decisão locacional de grandes escritórios de corporações e empresas: o da imagem de espaço central e nobre da cidade” (PLANO... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 36).

Apoio ao turismo

Em diversos países, o turismo tem desempenhado um papel importante para a geração de emprego e renda. “A indústria de viagens tem promovido o crescente fluxo de pessoas atraídas pela convivência com culturas distintas e pela diversidade da natureza, ressaltando-se a vertente histórico-ecológica do turismo” (PLANO... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 37).

De acordo com o Plano, “O Bairro do Recife é um dos mais significativos conjuntos arquitetônicos do Nordeste e, sem dúvida, poderá potencializar o turismo nacional e internacional”. Além do acervo histórico e cultural, estão identificados no Plano como elementos indutores das atividades turísticas: “o patrimônio ambiental – natural e construído -, o clima, o mar e a proximidade do pólo emissor europeu” (PLANO... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 37).

Com a inserção das atividades turísticas no Bairro, segundo o Plano, “A cultura social nas suas várias expressões, tanto no campo das artes propriamente ditas como nas áreas de serviços técnicos especializados, é potencializada” (PLANO... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 37).

A cultura e o lazer

A cultura, enquanto atividade econômica, “contribui com a produção para mudar a feição econômica e social de uma cidade, região ou país”. Segundo o Plano, “existe no Bairro um



patrimônio arquitetônico e ambiental de relevância histórica nacional [...] O Bairro do Recife é um espaço urbano que apresenta características ambientais, locacionais e construtivas para a locação de atividades voltadas para a produção cultural” (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 37).

Em termos ambientais, porque “o Bairro do Recife apresenta um patrimônio arquitetônico de invejável valor em escala nacional e uma situação natural magnífica, por ser uma ilha delimitada simultaneamente pelo mar e pelo rio” (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 37).

Em termos locacionais, porque “O fato de ser uma ilha facilita a formação da imagem de um espaço facilmente identificável e com atributos ambientais únicos relativamente à cidade. Em termos locacionais, o Bairro é uma área que apresenta uma acessibilidade privilegiada relativamente a todas as áreas da cidade” (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 37).

Em termos construtivos, porque “existe no Bairro um patrimônio arquitetônico e ambiental de relevância histórica nacional, como [...] as construções civis dos séculos XVIII e XIX, o rio Capibaribe, os arrecifes, monumentos, obras de arte, jardins, praças e espaços físicos já incorporados à vida cultural, artística e de lazer” (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 37).

Comércio varejista moderno

Conforme o Plano, “O comércio varejista constitui, hoje em dia, o principal conjunto de atividades econômicas responsável pela reabilitação de áreas centrais em todo o mundo”. A volta dessa atividade nos núcleos históricos está associada à introdução de atividades, culturais e de lazer nessas áreas. (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 38).

O espaço do espetáculo urbano é um espaço propício ao consumo eventual, não programado. “O comércio varejista, com imenso potencial de desenvolvimento no Bairro do Recife, é aquele das pequenas lojas de produtos diferenciados, que não encontram espaço nos grandes ‘shoppings centers’, mas que só podem existir na forma de aglomerações” (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 38).



Habitação

O Plano propõe transformar o Bairro do Recife em um centro econômico que seja utilizado durante o dia e a noite. De acordo com o Plano, isso poderá ser realizado mais facilmente “com a introdução da habitação na área, como uma forma de utilização importante dos imóveis. A habitação, pela forma como seus usuários utilizam uma área urbana, permite uma maior presença de pessoas nos espaços públicos durante um período diário maior” (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 38).

Segundo o Plano, no Bairro do Recife, há muitos edifícios cujos andares superiores estão desocupados e podem ser transformados em pequenos apartamentos. “Várias quadras, que hoje estão destruídas e sem ocupação, serão objeto de empreendimentos imobiliários de uso misto, que privilegiem o uso residencial”, pois o Bairro do Recife pode atrair famílias com menor número de membros (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 38).

A introdução do uso habitacional é um elemento fundamental do Plano de Revitalização, uma vez que a habitação permite que o Bairro do Recife:

Perca suas características de área marginal e vazia; Ganhe vitalidade no uso dos espaços públicos em vários momentos do dia e da noite; Atraia atividades econômicas e sociais de suporte à vida familiar; Atraia o turista e o visitante da cidade (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 38-39).

O Projeto Porto Novo Recife não identificou atributos ou significados para as funções existentes no Bairro do Recife, apenas propõe a inserção de novos usos, sendo estes o uso comercial, de serviços e escritórios, as atividades de lazer, turismo e convenções e o estacionamento.

Como foi mencionado no capítulo anterior, identifica-se no Plano de Revitalização do Bairro do Recife e no Projeto Porto Novo Recife a proposta de complementação e diversificação dos usos através da inclusão de atividades voltadas ao turismo, cultura e lazer.

Entretanto, no Plano de Revitalização (1992), também é possível identificar o estímulo ao desenvolvimento de “serviços modernos” e a defesa da manutenção das atividades portuárias e da expansão do uso habitacional, assim como dos serviços e comércios necessários para o desenvolvimento dessas atividades (in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 42).



A partir da análise do Plano de Revitalização, é possível identificar que os atributos funcionais possuem valor de existência pelo fato deles continuarem a ser desenvolvidos no Bairro; valor de uso, porque a partir dos usos ocorre a apropriação dos bens pela população; valor de opção, através da proposta de dar continuidade aos usos tradicionais; valor econômico, através do lucro que é gerado a partir desses usos e valor histórico, que é identificado na permanência das atividades portuárias e residenciais, assim como dos serviços e comércios necessários para o desenvolvimento dessas atividades.

No Projeto Porto Novo Recife, não foram identificados os usos existentes no Bairro do Recife, apenas foi proposta a inserção de novos usos nos armazéns: “comercial, de serviços e escritórios; atividades de lazer, turismo e convenções; e estacionamento”. O que, conseqüentemente, inseriu novos valores, sendo esses o valor de uso e o valor econômico (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 116).

Tabela 07. Síntese dos atributos e valores da dimensão funcional.



PLANO DE REVITALIZAÇÃO DO BAIRRO DO RECIFE

PROJETO PORTO NOVO RECIFE

ENUNCIADOS

VALORES

ENUNCIADOS

VALORES

Serviços modernos

“O Bairro do Recife, pelo reforço de suas condições de centralidade no contexto urbano oferecidas pela implantação do Plano, apresentará potencial para a locação de considerável variedade de empresa de prestação de serviços modernos, especialmente para as grandes corporações e os escritórios de serviços especializados. O Bairro do Recife possui um atributo que deverá ser reforçado com a implantação do Plano e fundamental no processo de decisão locacional de grandes escritórios de corporações e empresas: o da imagem de espaço central e nobre da cidade” (p. 36).

Apoio ao turismo

“O acervo histórico e cultural, estão identificados no Plano como elementos indutores das atividades turísticas: “o patrimônio ambiental – natural e construído -, o clima, o mar e a proximidade do pólo emissor europeu” (p. 37).

A cultura e o lazer

“O Bairro do Recife é um espaço urbano que apresenta características ambientais, locais e construtivas para a locação de atividades voltadas para a produção cultural.

Em termos ambientais, o Bairro do Recife apresenta um patrimônio arquitetônico de invejável valor em escala nacional e

Valor de existência;
Valor de uso;
Valor de opção;
Valor histórico;
Valor econômico.
Inserção de valor de uso e de valor econômico.

“O estoque edificado liberado pelo Porto do Recife deverá abrigar os seguintes usos: comercial, de serviços e escritórios; atividades de lazer, turismo e convenções; e estacionamento” (p. 116).

Inserção de valor de uso e de valor econômico.



uma situação natural magnífica, por ser uma ilha delimitada simultaneamente pelo mar e pelo rio.

Em termos de imagem simbólica, esta ilha também é o berço da cidade e o espaço que abrigou a principal tentativa de construção de uma civilização holandesa na América.

O fato de ser uma ilha facilita a formação da imagem de um espaço facilmente identificável e com atributos ambientais únicos relativamente à cidade. Em termos locais, o Bairro é uma área que apresenta uma acessibilidade privilegiada relativamente a todas as áreas da cidade” (p. 37).

Comércio varejista moderno

“O comércio varejista constitui, hoje em dia, o principal conjunto de atividades econômicas responsável pela reabilitação de áreas centrais em todo o mundo”(p. 38).

“O comércio varejista, com imenso potencial de desenvolvimento no Bairro do Recife, é aquele das pequenas lojas de produtos diferenciados, que não encontram espaço nos grandes ‘shoppings centers’, mas que só podem existir na forma de aglomerações” (PLANO... in ZANCHEITI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 38).

Habitação

“A justaposição temporal de atividades para a utilização do Bairro, em período integral, será mais facilmente realizada com a introdução da habitação na área, como uma forma de utilização importante dos imóveis. A habitação, pela forma como seus usuários utilizam uma área urbana, permite uma maior presença de pessoas nos espaços públicos durante um período diário maior” (p. 38).

“A introdução do uso habitacional é um elemento fundamental



da estratégia de revitalização deste projeto. A habitação permite que o Bairro:

- Perca suas características de área marginal e vazia;
- Ganhe vitalidade no uso dos espaços públicos em vários momentos do dia e da noite;
- Atraia atividades econômicas e sociais de suporte à vida familiar;

Atraia o turista e o visitante da cidade” (p. 38-39).



3.4. Dimensão visual



Figura 54. O Bairro do Recife em 2012.
Fonte: Porto in Brandão, 2012.

A paisagem do Bairro do Recife “é formada pelo somatório de uma variedade de situações que formam micro paisagens específicas, apresentando características e identidades próprias e em potencial” (PLANO... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 34)

Ainda de acordo com o Plano de Revitalização,

O Bairro do Recife possui um dos mais valiosos patrimônios ambientais e culturais urbanos do País. O Plano pretende valorizar este patrimônio de modo a torna-lo um elemento diferenciador, qualitativamente positivo, no interior da estrutura urbana da cidade. Procura-se preservar as características naturais do sítio, a morfologia urbana e a arquitetura dos vários períodos históricos ali presentes (PLANO de... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 34).

O Bairro do Recife é o resultado da “simbiose entre o tecido central da cidade e o corpo de água, formado pelo conjunto dos rios, do mar e do porto protegido pelos arrecifes” (PLANO de... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 27).

A proposta apresentada pelo Plano de Revitalização é a de que, à medida os armazéns se tornem obsoletos para a atracagem de navios e armazenagem, eles sejam transformados em um espaço de lazer permanente e de comércio varejista moderno para turistas e habitantes da cidade. Isto é, que seja criado um “‘water-front’ no centro urbano”. De modo que “a cidade se abria para o mar, incorporando-o definitivamente à paisagem urbana do Recife” (PLANO de... in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 27, 47-48).



O Plano também propõe a manutenção do *skyline* do Bairro, uma vez que os “elementos compositivos da paisagem: escala dos pedestres; escala compositiva de ‘skyline’ e visibilidade e integração do conjunto” deveriam servir como parâmetro para as novas construções (PLANO de... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 40).

A singularidade desse fato proporciona a identificação do valor de existência, bem como do valor de uso dessas visuais para o turismo do qual deriva o valor econômico. Os valores histórico e artístico também podem ser identificados, porque a paisagem do Bairro do Recife surge como “resultado da inter-relação dos fatores naturais e construídos ao longo do tempo”, da “simbiose” da qual deriva uma diversidade de ‘micro paisagens’ que o compõe” (PLANO de... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 27).

O valor de opção é identificado nas propostas apresentadas: a de criar um “water-front” e a de considerar os “elementos compositivos da paisagem: escala dos pedestres; escala compositiva de ‘skyline’ e visibilidade e integração do conjunto” (PLANO de... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 40).

O Projeto Porto Novo Recife identifica “o valioso conjunto urbano edificado pré-existente e com as particularidades do meio ambiente natural e do contexto sócioeconômico-cultural do território”, bem como a paisagem portuária que está “consagrada no imaginário da cidade das atividades do porto - a imagem dos armazéns, a idéia do cais (espaço livre voltado para a água), as máquinas (gruas, guindastes)” (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 108 e 117).

O Projeto identifica ainda, como um atributo visual, o “‘skyline’ na área quando visto a partir da água. A visão da cidade a partir do mar é recorrente em relatos históricos [...] descrita pelos documentos históricos de portugueses e holandeses como a grande entrada da cidade” (PORTO in BRANDÃO, 2012, p. 117).

Apesar de ressaltar a paisagem do Bairro, a paisagem portuária e o *skyline*, o que está proposto no Projeto Porto Novo Recife é a transformação da paisagem histórica em uma nova paisagem, que não possui relação com as especificidades do lugar, nem traduz de forma direta as características físicas, sociais e culturais que a compõem. Tendo como único objetivo a diferenciação para aumentar a competitividade os bens patrimoniais para que esses sejam explorados pelo turismo cultural (ver tabela abaixo).

Tabela 08. Síntese dos atributos e valores da dimensão visual.



SÍNTESE DOS ATRIBUTOS E VALORES DA DIMENSÃO VISUAL

PLANO DE REVITALIZAÇÃO DO BAIRRO DO RECIFE

PROJETO PORTO NOVO RECIFE

ENUNCIADOS

VALORES

ENUNCIADOS

VALORES

“A paisagem urbana do Bairro do Recife é formada pelo somatório de uma variedade de situações que formam micropaisagens específicas, apresentando características e identidades próprias e em potencial. A diversidade das micropaisagens é o resultado da interrelação dos fatores naturais e construídos ao longo do tempo” [...] destaca-se a simbiose entre o tecido central da cidade e o corpo de água, formado pelo conjunto dos rios, do mar e do porto protegido pelos arrecifes” (p.27)

“O Bairro do Recife possui um dos mais valiosos patrimônios ambientais e culturais urbanos do País. O Plano pretende valorizar este patrimônio de modo a torná-lo um elemento diferenciador, qualitativamente positivo, no interior da estrutura urbana da cidade. Procura-se preservar as características naturais do sítio, a morfologia urbana e a arquitetura dos vários períodos históricos ali presentes” (p. 34).

“Assim, a cidade se abriria para o mar, incorporando-o definitivamente à paisagem urbana do Recife” (PLANO de... in ZANCHETI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 48).

Valor de existência;
Valor de uso;
Valor de opção;
Valor artístico;
Valor histórico;
Valor econômico.

“em consonância com o valioso conjunto urbano edificado pré-existente e com as particularidades do meio ambiente natural e do contexto sócio-econômico cultural do território” (p. 108).

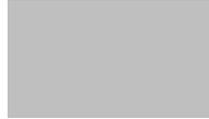
“pretende-se manter e valorizar a memória portuária da área. Por manutenção da memória portuária, entende-se a conservação da paisagem consagrada no imaginário da cidade das atividades do porto - a imagem dos armazéns, a idéia do cais (espaço livre voltado para a água), as máquinas (gruas, guindastes)” (p. 117).

“Um dado importante para a linha de raciocínio projetivo é o desenho do ‘skyline’ na área quando visto a partir da água. A visão da cidade a partir do mar é recorrente em relatos históricos, além da expectativa de que a utilização da água com fins de turismo e lazer na área tende a aumentar. Com isso o resgate da paisagem urbana, descrita pelos documentos históricos de portugueses e holandeses como a grande entrada da cidade, passa a ser imprescindível à lógica projetiva. Compreende-se que os usos estão sendo renovados, mas a relação cidade-água se intensifica (p. 117).

Inserção de valor de uso e de valor econômico.



“elementos compositivos da paisagem: escala dos pedestres; escala compositiva de ‘skyline’ e visibilidade e integração do conjunto” (p. 40).





Ao analisar os atributos do Bairro do Recife que foram identificados no Plano de Revitalização e no Projeto Porto Novo Recife, é possível perceber que apenas em relação aos atributos naturais houve um acréscimo na atribuição de valor, sendo estes os valores histórico e cultural/simbólico que foram atribuídos ao molhe. Provavelmente, isso ocorreu devido a uma maior sensibilização frente às questões ambientais.

Com relação aos atributos construídos, no Plano de Revitalização são atribuídos valores de existência, uso, opção, histórico, artístico, cultural/simbólico e econômico ao padrão de ocupação do Bairro do Recife. Por outro lado, no Projeto Porto Novo Recife esses mesmos valores são atribuídos apenas a algumas edificações, de modo que a proposta apresentada para os armazéns, com exceção do armazém 14, é a de demolição para a inserção de novas construções que contrastam completamente com o preexistente, voltadas para a inserção de valor de uso e econômico.

No que diz respeito aos atributos funcionais, no Plano de Revitalização do Bairro do Recife e no Projeto Porto Novo Recife são identificadas propostas de complementação e diversificação dos usos através da inclusão de atividades voltadas ao turismo, cultura e lazer. Entretanto, no Plano de Revitalização, também é possível identificar o estímulo ao desenvolvimento de “serviços modernos” e a defesa da manutenção das atividades portuárias e da expansão do uso habitacional, assim como dos serviços e comércios necessários para o desenvolvimento dessas atividades (in ZANCHETTI, MARINHO; LACERDA, 1998, p. 42). No Plano de Revitalização são identificados valores de existência, uso, opção, histórico, econômico nos atributos funcionais, além da inserção do valor de uso e do valor econômico, enquanto que no Projeto apenas ocorre a inserção destes últimos.

A proposta apresentada no Plano de Revitalização para os atributos visuais é a de conservação da diversidade tipológica, morfológica e do *skyline* do Bairro do Recife, sendo identificados os valores de existência, uso, opção, artístico, histórico e econômico. Já no Projeto Porto Novo Recife o que se propõe é a transformação da paisagem para a inserção de valor de uso e econômico.

A grande divergência entre as propostas apresentadas pelo Plano e pelo Projeto é o nível de comprometimento com o capital privado, visto que, no Plano de Revitalização, ainda é possível identificar um compromisso com as necessidades sociais, econômicas e culturais da população.



Ao considerar apenas o potencial turístico que estas áreas apresentam, em detrimento da memória a elas vinculada, o sentido dado inicialmente a esses bens, enquanto símbolos de identidade, cultura e memória, não são, verdadeiramente, compartilhados e preservados para a posteridade.

A comparação entre o Plano de Revitalização do Bairro do Recife de 1992 e o Projeto Porto Novo Recife de 2010 permitiu identificar uma mudança considerável na identificação dos atributos e valores. Disso depreende-se que, em 1992, ainda havia uma preocupação com o preexistente, enquanto que o Projeto de 2010 destrói os bens e, conseqüentemente, o conjunto.

É necessário, portanto, repensar a adoção das propostas baseadas no modelo do Planejamento Estratégico, pois apesar delas serem apresentadas como a única alternativa para a sobrevivência dos centros históricos, os seus efeitos são, além da exclusão da população local e da homogeneização, a destruição dos bens e, conseqüentemente, a aniquilação dos valores patrimoniais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo delineado para este trabalho de verificar se os valores atribuídos ao Bairro do Recife estão mudando ou permanecendo, os resultados obtidos a partir da abordagem comparativa entre o Plano de Revitalização do Bairro do Recife e o Projeto Porto Novo Recife permitiram concluir que os valores atribuídos ao Bairro do Recife, mais especificamente, ao porto, foram realmente distintos.

A postura empresarialista de gestão apresentada no Plano de Revitalização do Bairro do Recife e no Projeto Porto Novo Recife, apesar do objetivo de “reintegrar e devolver” os espaços à malha urbana e à população, ainda está apoiada na antiga definição dos papéis, onde o setor público fica responsável pelo planejamento e o setor privado participa da execução, se for de seu interesse, porém o conceito de parceria pressupõe igualdade de forças no sentido de que todos saiam beneficiados. Mas o que se tem observado é a privatização dos espaços públicos, em uma tentativa de tornar estes lugares rentáveis, gerando, conseqüentemente, um aumento da área privada e uma diminuição da área pública.

Apesar de no Plano (1992) e no Projeto (2010) ser reconhecido o dever do poder público em orientar as ações privadas de maneira a garantir um resultado benéfico à cidade como um todo, o que se tem percebido é a predominância, nesses casos, da iniciativa privada na escolha dos projetos.

Ao se conceder a responsabilidade de gerir os serviços públicos às empresas privadas, quase sempre, é gerada uma cidade de exclusão, tornando cada vez mais os espaços urbanos privatizados, isto é, ocupados por atividades relacionadas ao turismo e à animação cultural que quase sempre beneficiam apenas uma pequena parcela da população, enquanto que os projetos de cunho social vão sendo deixados para depois.

Em outras palavras, está claro que temos um grave problema de gestão, que não consegue garantir a conservação urbana através de um efetivo controle das mudanças, através de um processo que garanta a participação de todos os atores patrimoniais. O que se observou foi a progressiva subordinação dos valores de rememoração aos valores de contemporaneidade e, conseqüentemente, a flexibilização as ações sobre o patrimônio como forma de viabilizar a adesão da iniciativa privada.



O Plano de Revitalização do Bairro do Recife propunha, em 1992, que se buscasse a valorização econômica da área como um meio de garantir a preservação do seu patrimônio. Entretanto, em 2010, se observa um cenário no qual foram permitidas transformações radicais em nome da viabilização econômica que, mesmo assim, não parece estar garantida.

A partir da análise das atribuições de valor, a pesquisa aqui desenvolvida revelou algumas distinções quanto ao entendimento do que deveria ser conservado para a posteridade. No entanto, entende-se que essa constatação, fruto da comparação de apenas dois casos, não é suficiente para generalizações. Por outro lado, vislumbra-se aí outro caminho de investigações que pode ser trilhado, a fim de identificar quais as repercussões das diferentes atribuições de valor.

Outra questão em aberto diz respeito às percepções do valor do bem a partir de diferentes atores envolvidos nos processos de tombamento. Nos dois casos estudados, apenas os técnicos participaram da atribuição de valor. Que atributos, valores e hierarquias poderiam ter sido destacados a partir das leituras dos diferentes atores?

Ao final deste trabalho, espera-se que as considerações realizadas sobre as mudanças na atribuição de valor ao Bairro do Recife possam contribuir para conservar o que ainda existe nesse bairro e em diversos outros centros históricos.



REFERÊNCIAS

AMORIM, Luiz Manoel do Eirado. **Do Bom Jesus ao Pilar, que caminho tomar?** In: ZANCHETI, Sílvio (Coord.); MARINHO, Gerado; MILET, Vera (Orgs.). *Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas*. Recife: MDU/UFPE, 1995.

ARANTES, Otilia. **Urbanismo em fim de linha e outros estudos da Modernização Arquitetônica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo Edusp, 1998.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

AVRAMI, Erica; MASON, Randall; DE LA TORRE; Marta (Ed.). **Assessing the Values of Cultural Heritage**, 2000. Research Report. Disponível em: <The Getty Conservation Institute. http://www.getty.edu/conservation/publications/pdf_publications/assessing.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2014.

DE LA TORRE, Marta (Ed.). **Values and Heritage Conservation**, 2002. Research Report. Disponível em: <The Getty Conservation Institute. http://www.getty.edu/conservation/publications/pdf_publications/assessing.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2014.

BARROS, José Assunção. História comparada: um modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, v.1, n. 1, p. 1-30, jun. 2007. Disponível em: <http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/artigos/volume001_Num001_artigo001.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2012.

BOITO, Camillo. **Os restauradores**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

BOTLER, Milton; PEREIRA, Romero; JUREMA, Sílvia. **Estratégias Recentes e Perspectivas de Revitalização do Bairro do Recife**. In: ZANCHETI, Sílvio (Coord.); MARINHO, Gerado; MILET, Vera (Orgs.). *Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas*. Recife: MDU/UFPE, 1995.

BRANDÃO, Zeca (Org.). **Porto**. In: BRANDÃO *et al.* Núcleo Técnico de Operações Urbanas: Estudos 2007 – 2010. Recife: CEPE, 2012.



CABRAL, Renata; HARCHAMBOIS, Mônica; LAGO, Anna Elizabeth; LIRA, Flaviana; MILFONT, Magna; PICCOLO, Rosane; PONTUAL, Virgínia; ZANCHETTI, Sílvio. Metodologia para identificação e autenticação do Patrimônio Cultural. **Textos para Discussão – Identificação do Patrimônio Cultural**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2008. Disponível em: < <http://www.cecibr.org/ceci/br/publicacoes/textos-para-discussao/350-textos-para-discussao-v-27.html> > . Acesso em: 21 de janeiro de 2013.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3.ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2006.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. 6a ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

COMPANS, Rose. O paradigma das global cities nas estratégias de desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais – ANPUR**, São Paulo, v. 1, n. 1. p. 91-142, 1999.

CONNOR, Steven. **Teoria e Valor Cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio, IPHAN, 1995.

De GRACIA, Francisco. **Construir en lo construido, La arquitetura como modificación**. Madrid: Editorial NEREA, 1992.

DF/SEDUH. DISTRITO FEDERAL (Brasil). Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH). **Modelo de gestão estratégica do território do Distrito Federal**. Brasília: Metroquattro Arquitetura Tecnologia, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-IPHAN, 1997.

FRONDIZI, Risieri. **What is value? An introduction to axiology**. Lasalle: Open Court, 1971.

GOMES, Geraldo. **Porque o Bairro do Recife?** In: ZANCHETTI, Sílvio (Coord.); MARINHO, Gerado; MILET, Vera (Orgs.). **Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas**. Recife: MDU/UFPE, 1995.



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, PARQUE EXPO, PORTO DIGITAL, MINISTÉRIO DAS CIDADES, PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA, PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto Recife-Olinda**. Recife, em meio digital/ cd, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Projeto Urbanístico Recife/Olinda**. Recife, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/FIDEM, 1978.

HESSEN, Johannes. **Filosofia dos Valores**. Coimbra: Studium, 1967.

HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. **Indicador de Avaliação do Estado de Conservação Sustentável de Cidades — Patrimônio Cultural da Humanidade: teoria, metodologia e aplicação**. Tese de Doutorado apresentada ao Doutorado em Desenvolvimento Urbano da UFPE. Recife: UFPE, 2011.

JOKILEHTO, Jukka. **Conceitos e Ideias sobre Conservação**. In: ZANCHETTI, Sílvio Mendes/CECI/PPGDU-UFPE (Org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002, p.11-30.

LACERDA, Norma. Revitalização do Bairro do Recife: do lugar de encontro ao espaço de trânsito e fluxo. In: **IX Anais do Seminário Internacional de la Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio**, 2006.

LACERDA, Norma. **Valores dos Bens Patrimoniais**. In: ZANCHETTI, Sílvio Mendes; LACERDA, Norma. *Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), 2012, p.44-55.

LAPA, Tomás e ZANCHETTI, Sílvio Mendes. **Conservação Integrada Urbana e Territorial**. In: ZANCHETTI, Sílvio Mendes/CECI/PPGDU-UFPE (Org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002, p.31-44.

LEAL, Suely Maria Ribeiro. **Condicionantes políticos das estratégias de intervenção em áreas históricas: o município do Recife**. In: ZANCHETTI, Sílvio (Coord.); MARINHO, Gerado; MILET, Vera (Orgs.). *Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas*. Recife: MDU/UFPE, 1995.



LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Aracaju, SE: Ed. UFS, 2007.

LINS, André Gustavo da Silva Bezerra. **Representações de identidades da Cidade Necessária (modelos e configurações urbanas distintas) na iconografia do Recife colonial: Planos de Phernam-buquo do ante-bellum à restauração.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP. São Paulo: USP, 2011.

LIRA, Flaviana Barreto. **Bairro do Recife: O patrimônio cultural e o Estatuto da Cidade.** Trabalho de Graduação apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE. Recife: UFPE, 2004.

LIRA, Flaviana Barreto. **Patrimônio Cultural e Autenticidade: Montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento.** Tese de Doutorado apresentada ao Doutorado em Desenvolvimento Urbano da UFPE. Recife: UFPE, 2009.

LUBAMBO, Cátia W. **Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero.** Recife: CEPE/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. **Reforma Urbana: o que há de novo depois de um século? A experiência do Bairro do Recife.** In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio. *Cidade e História.* Salvador: UFBA; ANPUR, 1992.

MENEZES, José Luiz Mota (Org.). **Atlas Histórico Cartográfico do Recife.** Recife: PCR: Massangana, 1988.

NEVES, Margarita Lara. **Luzes e Sombras da Requalificação Urbana Orientada para as Novas Tecnologias: O caso do Porto Digital.** Tese de Doutorado apresentada ao Doutorado em Desenvolvimento Urbano da UFPE. Recife: UFPE, 2006.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 2003.

PONTUAL, Virgínia. Práticas urbanísticas em áreas históricas: o Bairro do Recife. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales.** Barcelona, Vol. XII, nº 752, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-752.htm>> Acessado em: 09 de abril de 2013.



PONTUAL, Virgínia; PICCOLO, Rosane. **Identificação do Patrimônio Cultural**. In: ZANCHETTI, Sílvia Mendes; LACERDA, Norma. Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), 2012, p.128-147.

PONTUAL, Virgínia; MILET, Vera. Olinda: Memória e esquecimento. **Textos para Discussão** – Identificação do Patrimônio Cultural. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2007. Disponível em: < <http://www.cecibr.org/ceci/br/publicacoes/textos-para-discussao/350-textos-para-discussao-v-5.html> > . Acesso em: 19 de agosto de 2013.

PROGRAMA DE ARQUEOLOGIA URBANA PARA A CIDADE DO RECIFE. **Projeto 01– Bairro do Recife**. Recife, 2000.

RECIFE, Prefeitura Municipal do. Empresa de Urbanização do Recife – URB Recife. **Plano de Reabilitação do Bairro do Recife**. Recife, 1988.

RECIFE, Prefeitura Municipal do. Empresa de Urbanização do Recife – URB Recife. **Proposta de tombamento do núcleo original da Cidade do Recife *Dentro de Portas***. Vol. I – Exposição de Motivos e Vol. II – Detalhamento da Proposta Técnica. Recife, 1998.

RECIFE. **Lei n. 13.957**, de 26 de setembro de 1979. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1979.

RECIFE. **Lei n. 16.290**, de 29 de janeiro de 1997, do Bairro do Recife — ZEPH 09. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1997.

RIBEIRO, Cecília; LIRA, Flaviana. **Autenticidade, Integridade e Significância Cultural**. In: ZANCHETTI, Sílvia Mendes; LACERDA, Norma. Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), 2012, p.32-43.

RIBEIRO, Luiz César de Q.; CARDOSO, Adauto L.. **Plano Diretor e gestão democrática da cidade**. In DE GRAZIA, Grazia (org.). Plano Diretor: Instrumento de Reforma Urbana. Rio de Janeiro: FASE, 1990. p. 70-88.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e sua gênese**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2006.



RUSKIN, John. **A lâmpada da memória.** Tradução de Maria Lucia Bressan Pinheiro. São Paulo: Ateliê, 2008.

SHEPPARD, A. Rehabilitation and Recycling – two case studies in Montreal. In: **CONGRÈS INTERNATIONAL: CONSERVATION, RÉHABILITATION, RECYCLAGE. QUEBEC:** Les Presses de L'université Laval, 1981.

SILVA, Paula Maciel. **Conservar, uma questão de decisão. O julgamento na conservação da arquitetura moderna.** Tese de Doutorado apresentada ao Doutorado em Desenvolvimento Urbano da UFPE. Recife: UFPE, 2012.

SILVA. Aline de Figueirôa. **Critérios para intervenção no Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, na Cidade do Recife-PE.** Trabalho de Especialização PEP. Recife: Iphan, 2007

SOUZA, Paula Aragão de. **Chaminés Simbólicas e Conjuntos Indissociáveis: a condição de integridade nos tombamentos de núcleos fabris.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento Urbano da UFPE. Recife: UFPE, 2013.

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convencion.** Paris, 2005.

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convencion.** Paris, 1994.

VIEIRA, Natália Miranda. **Gestão de Sítios Históricos: A transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas.** Tese de Doutorado apresentada ao Doutorado em Desenvolvimento Urbano da UFPE. Recife: UFPE, 2007.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoría contemporânea de la Restauración.** Madrid: Síntesis, 2003.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

ZANCHETTI *et al.* **Plano de Revitalização do Bairro do Recife.** In: ZANCHETTI, Silvio; MARINHO, Geraldo; LACERDA, Norma (Orgs.). Revitalização do Bairro do Recife – Plano, Regulação e Avaliação. Recife: UFPE/MDU/CECI, 1998.



ZANCHETTI, Silvio. **Revalorização de Áreas Centrais – A Estratégia do Bairro do Recife.**

In: ZANCHETTI, Silvio; MARINHO, Geraldo; MARINHO, MILET, Vera (Orgs.). Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas. Recife: UFPE/MDU, 1995.